

DILEMAS DA SOCIEDADE
BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

LUÍS ANTÔNIO FRANCISCO DE SOUZA E
LAYS MATIAS MAZOTI CORRÊA
Org.

**DILEMAS DA SOCIEDADE
BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA:**
*AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DA ECONOMIA,
DA VIOLÊNCIA E DOS ESPAÇOS COMUNICACIONAIS*

Marília/Oficina Universitária
São Paulo/Cultura Acadêmica

Marília
2018



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS - FFC
UNESP - campus de Marília

Diretor

Prof. Dr. Marcelo Tavella Navega

Vice-Diretor

Dr. Pedro Geraldo Aparecido Novelli

Conselho Editorial

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)

Adrián Oscar Dongo Montoya

Ana Maria Portich

Célia Maria Giacheti

Cláudia Regina Mosca Giroto

Marcelo Fernandes de Oliveira

Maria Rosângela de Oliveira

Neusa Maria Dal Ri

Rosane Michelli de Castro

Parecerista:

Marcelo Fernandes de Oliveira - Faculdade de Filosofia e Ciências/UNESP - campus de Marília

Ficha catalográfica

Serviço de Biblioteca e Documentação - FFC

D576 Dilemas da sociedade brasileira contemporânea : as novas configurações da economia, da violência e dos espaços comunicacionais / Luis Antônio Francisco de Souza, Lays Matias Mazoti Corrêa, orgs. – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2018.

180 p. : il.

Inclui bibliografia

Apoio: CAPES

ISBN 978-85-7983-991-7 (Impresso)

ISBN 978-85-7983-992-4 (Digital)

DOI <https://doi.org/10.36311/2018.978-85-7983-992-4>

1. Brasil – Política e governo. 2. Brasil – Condições econômicas. 3. Violência – Brasil.
4. Comunicação – Aspectos sociais. I. Souza, Luis Antônio Francisco de. II. Corrêa, Lays Matias Mazoti.

CDD 320.981

Copyright © 2018, Faculdade de Filosofia e Ciências

CAPES, Processo PAEP Nº 23038.003568/2015-45

Editora afiliada:



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora UNESP
Oficina Universitária é selo editorial da UNESP - campus de Marília

SUMÁRIO

Prefácio	
<i>Lays Matias Mazoti Corrêa</i>	07
Apresentação	
<i>Luís Antônio Francisco de Souza e Lays Matias Mazoti Corrêa</i>	09
Notas sobre os impactos da crise estrutural do capitalismo no Brasil	
<i>Francisco Luiz Corsi</i>	13
Novas tendências da militarização da Segurança Pública no Brasil	
<i>Luís Antônio Francisco de Souza; Thaís Battibugli;</i> <i>Luana de Carvalho Silva Gusso</i>	29
Qual África? Diálogos entre africanos e afro-brasileiros no Brasil	
<i>Egor Vasco Borges</i>	47
Da colonização à contemporaneidade: discutindo a violência contra povos indígenas no Brasil	
<i>Michele Carlesso Mariano; Franz Arnaldo Cezarinho</i>	71

Vidas no limite: experiências de sobrevivência de mulheres em situação de violência doméstica em Marília-SP <i>Camila Rodrigues da Silva; Zuleika de Andrade Câmara Pinheiro</i>	89
Mídias digitais, processos sociais e subjetividades: notas preliminares para uma abordagem sociológica <i>Felipe Padilha; Lara Facioli</i>	113
A internet como espaço público de ação e produção de visibilidades <i>Juliana Laet; Késia Maximiano.....</i>	137
Entre o passado e o presente: música popular e cinema no Centro-Oeste Paulista <i>Lays Matias Mazoti Corrêa; Thiago Henrique de Almeida Bispo</i>	153
Sobre os Autores	173

PREFÁCIO

É com imensa satisfação que apresentamos a todas/os leitoras/es a coletânea *Dilemas da sociedade contemporânea: as novas configurações da economia, da violência e dos espaços comunicacionais*. A presente obra é decorrente do *I Seminário Internacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Brasil Contemporâneo: perspectivas e desafios* realizado de 22 a 24 de setembro de 2015, na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Marília-SP e o objetivo de sua publicação concentra-se em divulgar pesquisas que foram debatidas no evento supracitado.

Essa coletânea expressa o resultado final de um trabalho intenso e consistente realizado pelas/os discentes do PPGCS da UNESP/Marília. Organizados através do *Grupo de Estudos Mundo Contemporâneo* (GEMUC) as/os pós-graduandas/os apresentaram um protagonismo inédito, desafiando a verticalização acadêmica de produção e promoção do conhecimento científico. Para o devido reconhecimento do empenho e do desafio enfrentado, congratulamos todo o trabalho efetuado por Annelise Faustino da Costa, Camila Rodrigues da Silva, Egor Vasco Borges, Franz Arnaldo Cezarinho, João Vicente Nascimento Lins, Juliana Larissa, de Laet Gomes, Késia Maria Maximiano de Melo, Michelle Carlesso Mariano, Rodrigo Bischoff Belli, Tamires Barbosa Rossi Silva, Thiago Henrique de Almeida Bispo e Zuleika Câmara Pinheiro. Estendemos nossos agradecimentos ao

Prof. Dr. Antônio Mendes da Costa Braga, Prof. Dr. Edemir de Carvalho e Prof. Dr. Luís Antônio Francisco de Souza - coordenador geral do evento e organizador dessa coletânea - pelo amplo incentivo prestado; e aos órgãos de fomento – PROPG/UNESP, CNPQ e CAPES – que contribuíram financeiramente para a realização do evento e publicação dessa obra.

Por fim, acreditamos que a tão almejada excelência acadêmica não pode ser alcançada sem o profícuo diálogo e trabalho conjunto de sujeitos em seus mais variados níveis de formação. Iniciativas como essas contribuem significativamente para todas/os, em especial para as/os pós-graduandas/os, estimulando-as/os na apreensão da indissociabilidade da tríade acadêmica: ensino, pesquisa e extensão. A presente obra expressa esse pensamento, assim como nossos anseios e esforços empreendidos na construção de uma universidade pública mais democrática, constituída por sujeitos e temáticas plurais.

Desejamos a todas/os uma ótima leitura!

Lays Matias Mazoti Corrêa

Coordenadora do GEMUC/2015

Professora Assistente da UFV, campus de Rio Paranaíba-MG

Doutora em Ciências Sociais pela Unesp, campus de Marília-SP

APRESENTAÇÃO

Os artigos que compõem a presente coletânea estabelecem uma relação sagital com o presente. Os temas que estão hoje no centro do debate sobre a sociedade brasileira são abordados nos artigos, mas de maneira indireta. A coletânea coloca os problemas do país numa perspectiva diversa daquela do noticiário. No Brasil contemporâneo, a economia está em crise, em razão da estagnação e da fuga de capitais. A crise de legitimidade da política, que se agravou em 2013, com os movimentos de rua, mostra a total incomunicabilidade entre os anseios populares e a estrutura esgarçada da política partidária. O processo de judicialização da política mostra-se forte quando ações legais contra a corrupção ultrapassam certos limites constitucionais e se transformam em verdadeira caça às bruxas. Os artigos desta coletânea não deixam de abordar estes problemas, mas a perspectiva aqui é colocar no centro da discussão as velhas mazelas e os antigos desafios da sociedade brasileira. Esses problemas ainda não encontraram espaço público suficiente para serem enfrentados a partir de uma razão política crítica. Ainda são temas considerados marginais numa sociedade que se vê no espelho da modernidade a partir do modelo do neoliberalismo, do risco econômico generalizado e da incapacidade de redução das margens aviltantes das desigualdades sociais e de acesso aos benefícios do desenvolvimento. Além da desmontagem da política, no interior da desconfiança em partidos e políticos, o Brasil contemporâneo ainda deve à sua população, de uma forma geral, a efetivação das garantias constitucionais, a redução da violência e a distribuição da renda. No país,

ainda lidamos, neste momento de mudanças globais problemáticas, com o aumento do apelo securitário em torno do uso sistemático de técnicas militares para o “combate” ao terrorismo e ao fortalecimento das bandeiras políticas conservadoras. Ainda lidamos com problemas que perduram desde meados do século XX: violência policial, baixa capacidade de inserção brasileira no cenário da economia mais dinâmica do mundo, violência de gênero, violência étnico-racial, violência contra comunidades indígenas, espoliação urbana, aumento da fragilidade das condições de vida das famílias e uma constante sensação de que o Estado não é mais capaz de dar soluções para os problemas locais e para os desafios globais. A agenda de pesquisa desvelada por esta coletânea ainda coloca a questão da disseminação da internet, seu uso como forma de ação política orquestrada, os efeitos da massificação da cultura, assim como os enigmas da persistência do racismo em nossa sociedade. São contribuições importantes que se desdobram e abrem espaço para novas perspectivas de pesquisa e de busca de soluções para os problemas aqui colocados.

Num primeiro bloco de estudos, o leitor encontrará o estudo de Francisco Luiz Corsi, “NOTAS SOBRE OS IMPACTOS DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO NO BRASIL”, que aborda o problema da crise estrutural do capitalismo, a partir das políticas econômicas adotadas pelos governos Lula e Dilma. O capítulo mostra que, não obstante a adoção de medidas saneadoras da economia, esses governos não foram capazes de romper com o modelo de dependência em relação ao capitalismo global, que coloca a economia brasileira ainda como fornecedora de commodities para o mercado externo. Sem uma mudança substantiva nesta política econômica, o país continuará sofrendo crises periódicas cujos efeitos são perturbadores. Encontrará também o estudo de Luís Antônio Francisco de Souza, Thaís Battibugli e Luana de Carvalho Silva Gusso, sobre as “NOVAS TENDÊNCIAS DA MILITARIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL”. Os autores apontam para as limitações do aparato estatal em relação ao controle social, à transparência e à efetividade das políticas sociais. Essas limitações são traduzidas em incompletudes da esfera política e da esfera das políticas públicas que permitem o aggiornamento da opção pela militarização da segurança, como resposta à escalada da violência, da criminalidade, do crime organizado e

da desestrutura urbana. Esta tendência atual, que também se reflete nas ações de segurança no mundo global, reforça o modelo do combate da criminalidade com estratégias de caráter essencialmente militar.

O tema da violência ainda está presente na discussão de Michele Carlesso Mariano e Franz Arnaldo Cezarinho presente no capítulo “DA COLONIZAÇÃO À CONTEMPORANEIDADE: DISCUTINDO A VIOLÊNCIA CONTRA POVOS INDÍGENAS NO BRASIL” Os autores nos oferecem um relato apaixonado sobre os povos indígenas no Brasil, que enfrentam condições de violência estrutural e racismo institucional desde muito tempo na história do país. Os autores dão ênfase à Proposta de Emenda Constitucional, PEC nº 215, que pretende alterar as regras do processo de demarcação de terras. Caso seja aprovada, implicará continuidade das violências históricas contra os indígenas e seus territórios. A violência ainda é tematizada por Camila Rodrigues da Silva e Zuleika de Andrade Câmara Pinheiro no capítulo “VIDAS NO LIMITE: EXPERIÊNCIAS DE SOBREVIVÊNCIA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. MARÍLIA, SP”. Aqui, as autoras discutem, a partir dos relatos de mulheres em situação de violência doméstica, como elas vivenciam a violência, a dor e o sofrimento. E como, no processo de retomar controle de suas vidas, procuram superar a vergonha por meio da ação da justiça e da necessidade de recontar suas histórias, como alternativa ao silêncio e à vontade de esquecer a violência sofrida. Ainda na chave da violência, há a contribuição de Egor Vasco Borges, com o capítulo “QUAL AFRICA? DIALOGOS ENTRE AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS NO BRASIL”. Neste, o autor, a partir de uma perspectiva pós-colonial, reflete sobre o racismo brasileiro. A análise é reveladora na medida em que mostra as sutilezas do racismo e sua presença constante nas práticas e nos discursos das pessoas, que tem dificuldade de se colocar diante do espelho da alteridade.

Na coletânea há um bloco sobre o tema da esfera pública. São pertinentes a esta discussão os trabalhos de Felipe Padilha e Lara Facioli que, no capítulo “MÍDIAS DIGITAIS, PROCESSOS SOCIAIS E SUBJETIVIDADES: NOTAS PRELIMINARES PARA UMA ABORDAGEM SOCIOLOGICA”, colocam várias questões sobre os processos de produção e disseminação das mídias digitais. Os autores discutem o impacto destas na produção de novas subjetividades, bem como os efeitos do ciberespaço numa

nova e ampliada forma de regulação social, no contexto brasileiro. Nesta direção, Juliana Laet e Késia Maximiano, no capítulo “A INTERNET COMO ESPAÇO PÚBLICO DE AÇÃO E PRODUÇÃO DE VISIBILIDADES”, exploram os novos temas ligados à expansão do uso do espaço virtual como possibilidade de construção de identidades e subjetividades. A internet pode se construir, e vem se constituindo, como espaço de ação política. Adicionalmente, a internet tem servido ao propósito de dar expressão àqueles grupos sociais tradicionalmente sem acesso ao espaço da comunicação política, a despeito dos problemas e das limitações, novas visibilidades e novas formas de atuação política estão emergindo no contexto do espaço virtual brasileiro. Pode ser considerada uma contribuição nesta direção a reflexão proposta por Lays Matias Mazoti Corrêa e Thiago Henrique de Almeida Bispo que, no capítulo, “ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: MÚSICA POPULAR E CINEMA NO CENTRO-OESTE PAULISTA”, colocam o problema de como os processos de modernização econômica e social implicam a construção e reconstrução dos espaços tradicionais da memória. No caso específico da música e do cinema no interior paulista, os autores perguntam como correu a transformação complexa que recria um modelo cultural considerado tradicional e o coloca como parte de um mercado fonográfico e cinematográfico globalizado.

Os temas da crítica contemporâneos estão colocados de forma abrangente, dinâmica e instigante nos capítulos da coletânea. Os autores apontam para problemas persistentes no cenário do Brasil contemporâneo, todavia não se conformam com as formas de regulação do espaço social ou com a degradação das condições de vida da população brasileira. Os autores também apostam num vir-a-ser, mesmo que este se manifeste na forma da ação política assentada no espaço virtual ou na esfera da cultura. A mensagem está dada. E como tal, esta a espera de seus destinatários não passivos, aqueles que sabem ler que o presente estabelece uma relação sagital com futuro. Espero que estes trabalhos de inspiração e aspiração políticas possam ser inspiradores para novas pesquisas e novas indagações, sobretudo quando o Brasil parece hesitar diante de seu problemático legado.

*Luís Antônio Francisco de Souza
Lays Matias Mazoti Corrêa*

NOTAS SOBRE OS IMPACTOS DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO NO BRASIL

Francisco Luiz Corsi

INTRODUÇÃO

As presentes notas têm por objetivo discutir os impactos da crise estrutural do capitalismo global aberta a partir de 2007 na economia brasileira, mais especificamente no que se refere ao crescimento econômico e a política econômica. Os impactos da referida crise foram múltiplos e não temos aqui a pretensão, dentro dos limites do presente artigo, de esgotar a discussão. As notas que seguem visam apenas tecer breves comentários sobre alguns pontos que reportamos importantes para a compreensão da atual conjuntura da economia brasileira.

Para entendermos os impactos da crise no Brasil será preciso discutir primeiro a natureza da crise e, sobretudo, como o Brasil se inseriu nas últimas duas décadas na economia mundial. Consideramos que isso implica discutir a reconfiguração do capitalismo resultante da crise de sobreacumulação da década de 1970 e como a periferia do sistema se inseriu neste processo. Sem dúvida que não é possível entender a evolução da economia brasileira unicamente levando-se em conta as tendências e as determinações do capitalismo global, por mais importantes que elas sejam. É também fundamental para entendermos as razões da crise atual por que passa o Brasil abordar um conjunto de determinações internas, que se ar-

ticulam as externas, mas que guardam certa autonomia. Especial atenção será dispensada a política econômica adotada pelos governos Lula e Dilma no seu primeiro mandato. O artigo segue os passos acima delineados.

A PERIFERIA NO CONTEXTO DE CRISE DO CAPITALISMO GLOBAL

De forma muito esquemática, podemos afirmar, seguindo Chennais (2005), Brenner (2003) e Harvey (2011), que o capitalismo desde a década de 1980 ficou mais instável que no passado. As crises, que são inerentes a própria dinâmica contraditória da acumulação de capital, ficaram muito frequentes e isto decorre, em grande parte, da maneira pela qual os países desenvolvidos, particularmente os EUA (Estados Unidos de América), os grandes bancos, as grandes empresas e os fundos de investimentos encaminharam a reestruturação do capitalismo, sob a égide política e ideológica do neoliberalismo, a partir da década de 1980.

A crise estrutural aberta em 1974, que pôs fim aos chamados “30 anos gloriosos”, foi resultado de vários processos intimamente articulados, quais sejam: perda de competitividade da economia norte-americana, esgotamento do fordismo, ascensão das lutas de classe no mundo, crise do sistema monetário internacional, crescente peso do capital financeiro, queda da taxa de lucro (cuja queda foi um dos principais determinantes da crise de sobreacumulação de capital), crise energética e crise de hegemonia dos EUA. Reagindo a crise, o capital buscou reestruturar o sistema com o objetivo de controlar a contestação social, recuperar a taxa de lucro, e recompor a hegemonia norte-americana. As principais linhas da reestruturação do capitalismo foram as seguintes: desmonte do Estado de Bem-Estar Social; abertura das economias nacionais; desregulamentação dos mercados financeiros; reestruturação produtiva, com a introdução da chamada acumulação flexível de capital; nova onda de inovações tecnológicas e reconfiguração espacial da acumulação de capital.

Não seria possível aqui discutir esses processos em detalhes. Interessa para os nossos propósitos abordar alguns de seus desdobramentos para a periferia. Um dos pontos centrais foi a hegemonia do capital financeiro. O inchaço da esfera financeira, iniciado 1970, se aprofundou a partir da década de 1980, viabilizado pela abertura das economias nacionais, pela

desregulamentação financeira e pelo desenvolvimento de novas tecnologias da informação. O pano de fundo deste processo consistia nas crescentes dificuldades de valorização do capital na esfera produtiva, sobretudo nos países centrais, não obstante os salários terem crescido abaixo da produtividade a partir do início dos anos 1980 e, desta forma, terem propiciado a recuperação das taxas de lucro (BRENNER, 2003; CHESNAIS, 2005). A existência de crescente capacidade produtiva em escala global, em grande medida decorrência da abertura de novo espaço de acumulação de capital na Ásia (aspecto que discutiremos mais adiante), que também derivou da reestruturação do capitalismo, inibe a acumulação no centro do sistema, dado os problemas de competitividade das economias centrais. O incremento da concorrência estimula os capitais aí formados a valorizarem-se em outras regiões ou na esfera financeira. Soma-se a isso o crescimento endógeno desse capital fictício valorizado na própria especulação, gerando volumes gigantescos (HARVEY, 2011).

Neste contexto de sobreacumulação crônica, os investimentos esmorecem. As pressões para conter os salários também contribuem para reduzir a demanda agregada. A expansão da economia passou a depender cada vez mais do endividamento das famílias, das empresas e do setor público. A valorização fictícia também depende do endividamento generalizado. O endividamento, portanto, tornou-se peça central do padrão de valorização no capitalismo globalizado. A insuficiência da acumulação, que decorre da própria sobracumulação, implica que um volume cada vez maior de capital ter de valorizar-se na especulação. Não por acaso, o capitalismo global passou a depender de forma crescente de bolhas especulativas, que se sucederam com maior frequência desde meados da década de 1980 (BRENNER, 2006; HARVEY, 2011).

A hegemonia do capital financeiro teve enorme repercussão para os países em desenvolvimento. Como uma das consequências da forte majoração das taxas de juros nos EUA, no início dos anos 1980, a crise das dívidas externas pôs de joelhos vastas áreas da periferia, sugando enormes quantidades de excedente via pagamento das dívidas, o que contribuiu para a valorização do crescente volume de capital fictício em circulação no mercado mundial, e jogou esses países em profunda crise econômica e social, além de preparar o terreno para a desregulamentação comercial

e sobretudo financeira dos anos de 1990, que transformou a maior parte da dessa zona em um espaço de valorização desse capital fictício e de acumulação por espoliação (HARVEY, 2007), conferindo a mesma enorme instabilidade, evidente nas crise que assolaram o México, o Leste asiático, a Rússia, o Brasil e a Argentina nos anos de 1990.

Outro ponto fundamental para a compreensão do papel da periferia no capitalismo global foi a ascensão de um novo polo dinâmico de acumulação de capital no Leste asiático. Observa-se crescente formação de cadeias globais de produção. O capital buscou incorporar novos espaços de acumulação, nos quais pudesse dispor de mão-de-obra barata, qualificada e disciplinada. O objetivo era recompor o exército industrial de reserva em escala global. As grandes corporações passaram a coordenar e controlar processos globais de produção e distribuição, cujas fases encontram-se espalhadas geograficamente. Isto foi feito por meio de empresas organizadas em rede. Neste processo a região do Leste asiático recebeu enorme fluxo de capitais (CARNEIRO, 2002; BASUALDO; ARCEO, 2006).

Os impactos da reconfiguração espacial do capitalismo no centro e na periferia do sistema denotam que o desenvolvimento é desigual e combinado. Alguns poucos países do Leste asiático entraram em uma fase de grande crescimento e se inseriram de maneira dinâmica no processo de mundialização. Isto se deveu a uma série de determinações geopolíticas, econômicas, sociais e políticas. A ascensão do Leste asiático não pode ser entendida sem considerar o papel do Japão, que intensificou suas exportações de capital e tecnologia para a região a partir dos anos 1980, e dos EUA, que ao buscarem conter a URSS (União das Republicas Socialistas Soviéticas) contribuíram para o desenvolvimento da região, abrindo seu enorme mercado para as mercadorias asiáticas e contribuindo para a reinserção chinesa na economia mundial (MEDEIROS, 2008).

Todavia, as transformações estruturais na economia mundial isoladamente não explicam o crescimento do Leste asiático. É preciso levar em conta as peculiaridades nacionais. Porém, é possível detectar algumas características comuns, quais sejam: crescimento calcado, em boa medida, nas exportações de manufaturas; controle por parte do Estado de variáveis fundamentais da economia, como câmbio, taxa de juros e crédito; coordenação estatal dos setores estratégicos e esforço autônomo

de produção de tecnologia, o que implicou pesados investimentos públicos e privados em educação e pesquisa. A experiência chinesa, parte desse processo, apresenta uma série de peculiaridades impossíveis de serem tratadas aqui, mas cabe mencionar que a revolução chinesa foi sobretudo uma revolução nacional, pautada por um projeto de transformar a China em grande potência (MEDEIROS, 2008).

Os países da América Latina, que seguiram uma estratégia de desenvolvimento distinta, baseada na substituição de importações, entraram em uma fase de baixo crescimento e instabilidade por duas décadas. A crise de sobreacumulação e os impasses econômicos e políticos da região levaram ao desmonte do modelo desenvolvimentista, que começou a partir da implantação das ditaduras no Chile, em 1973, e na Argentina, em 1976. Na década de 1980, as economias latino-americanas foram assoladas pelas crises da dívida externa, inflacionárias e fiscais e tornaram-se exportadoras líquidas de recursos para os países desenvolvidos. Sob pressão dessas crises, dos EUA, do FMI (Fundo Monetário Internacional), do capital financeiro global e de amplos setores internos das classes dominantes, vários governos da região adotaram, com pronunciados matizes nacionais, planos de estabilização, abertura e desregulamentação de suas economias e amplo processo privatização, inspirados no chamado Consenso de Washington. De maneira geral, os Estados perderam, em parte, o controle sobre suas economias nacionais, quando por exemplo deixaram de ter moeda própria ao ancorarem suas moedas no dólar, e deixaram de ter condições de coordenar e liderar o desenvolvimento (CARNEIRO, 2002).

No Brasil, a crise da dívida externa, a crise inflacionária e a crise fiscal, que colocaram em xeque o modelo desenvolvimentista, associadas a possibilidade de vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições de 1989, contribuíram para unificar os diferentes setores das classes dominantes em torno da candidatura Collor e de seu projeto neoliberal. A adoção de políticas neoliberais implicou em uma reacomodação das frações das classes dominantes. Observou-se o fortalecimento dos setores financeiros e do agronegócio. Setores de classe fortemente articulados com o capital estrangeiro e favoráveis a uma maior abertura da economia brasileira. Os setores do capital mais vinculados ao mercado interno perderam terreno nesse novo contexto.

O projeto neoliberal, inspirado no chamado Consenso de Washington, ganhou consistência no governo FHC (Fernando Henrique Cardoso), que adotou uma política de estabilização baseada na âncora cambial, na abertura e desregulamentação da economia nacional e na redução do papel do Estado na economia, em especial por meio de amplo programa de privatização das empresas estatais. Esta política controlou o processo inflacionário, mas ao implicar em deterioração das contas externas, exigia, em um contexto de instabilidade da economia mundial, a constante majoração das taxas de juros com o objetivo de atrair um fluxo crescente de capitais externos, necessários para fechar o balanço de pagamentos, o que resultou, entre outros pontos, em baixo crescimento econômico, desemprego, expansão da dívida pública e vulnerabilidade externa. Esse processo desembocou na crise cambial do final dos anos 1990.

A âncora cambial foi abandonada. Em sua substituição o governo FHC introduziu as metas de inflação, o câmbio flexível e a meta de superávits primários. Medidas que continuaram a garantir os interesses do capital financeiro. Qualquer ameaça da inflação superar as metas implica na elevação dos juros e na obtenção de superávits primários cada vez maiores. O resultado tende a ser crescimento medíocre, altas taxas de desemprego, polpuda remuneração ao capital financeiro, submissão da política econômica aos interesses rentistas e câmbio valorizado. Por meio do superávit primário, da manutenção em patamar confiável para o capital financeiro da relação Dívida/PIB (Produto Interno Bruto) e do controle da inflação o Estado precisa mostrar que tem condições de pagar suas dívidas.

Paralelamente, FHC com o objetivo de melhorar as contas externas, em um contexto de redução dos fluxos de capital para a periferia em virtude das crises asiáticas, russa, brasileira, argentina e da bolsa de valores das empresas de alta tecnologia nos EUA, adotou uma série de medidas para favorecer o agronegócio, embora àquela altura não fosse previsível o boom de *commodities* que se desencadearia a partir de 2003. Ao adotar essa política preparou o terreno para o Brasil adequar-se à reorganização da divisão internacional do trabalho decorrente ascensão do Leste asiático como centro dinâmico da acumulação de capital, que começava a se consolidar a partir da superação da crise asiática.

A China, depois da crise asiática de 1997, se tornou paulatinamente no centro da economia da região. Este país, antes da desaceleração recente de sua economia, parecia tender a criar sua própria periferia. A América Latina, entre 2003 e 2010, parecia estar sendo atraída pela força gravitacional da China de forma inexorável, pois o acelerado crescimento chinês elevou os preços das commodities, que também subiram devido à especulação. A melhora dos termos de intercâmbio da América Latina contribuiu para expansão da economia e para a redução da vulnerabilidade externa, possibilitando políticas econômicas expansivas. O crescimento da região decorreu também dessas políticas econômicas expansivas e das medidas distributivas da renda adotadas por alguns governos latino-americanos. Para os países mais desenvolvidos da região, a ascensão chinesa contribuiu para uma certa involução estrutural ao reforçar a posição dos mesmos como exportadores de produtos primários e de produtos manufaturados intensivos em recursos naturais e força de trabalho, com baixo valor agregado. Exemplo foi a reprimarização da pauta de exportação de países como o Brasil (MEDEIROS, 2008; CANO, 2014). A crise desencadeada a partir de 2008 parece ter arrefecido essa tendência.

O prenúncio da crise de 2008 foi o estouro da NASDAQ, em 2001. À época, parecia que o capitalismo estava diante de uma grande crise. As previsões pessimistas não se confirmaram naquele momento. A resposta dada à crise de 2001 contornou momentaneamente o problema da sobreacumulação. O governo dos EUA, que liderou o combate à crise, adotou uma política expansiva, pautada na redução dos juros, na ampliação do crédito, na expansão do gasto público (em boa medida vinculados as ações militares no Iraque e no Afeganistão) e no corte dos impostos, com o objetivo de estimular o consumo e os investimentos (BRENNER, 2006, p. 128-133).

As taxas de juros dos empréstimos hipotecários de longo prazo declinaram consideravelmente entre 2000 e 2003 (cerca de 40%) e mais suavemente até 2006. O resultado foi o aquecimento do mercado imobiliário, que já estava em expansão desde os anos 1990. O aquecimento desse mercado estimulou o conjunto da economia norte-americana. A elevação do valor dos imóveis estimulou ainda mais o endividamento das famílias e inflou a bolha especulativa. A recuperação da economia baseou-se no cres-

cente endividamento das famílias, das empresas e do Estado e na expansão da bolha imobiliária (BRENNER, 2006, p. 128-130; HARVEY, 2011).

A expansão norte-americana contribuiu por meio do aumento dos déficits comerciais acelerar o crescimento da economia mundial, em especial o Leste asiático, que a partir de sua relação simbiótica com a economia norte-americana se firmou como um polo dinâmico de acumulação de capital, responsável, em parte, pela fase expansiva 2003-2007 (BELLUZZO, 2009). A expansão imobiliária no EUA sustentava-se em imenso volume de emissão de títulos hipotecários, dos quais uma quantidade razoável era de solvência duvidosa. Através da especulação global estes títulos espalharam-se pela economia mundial (CHESNAIS, 2012; HARVEY, 2011).

A elevação dos juros nos EUA, em 2006, para deter as pressões inflacionárias e para desarmar a bolha especulativa precipitou a crise. O resultado foi a elevação da inadimplência, que atingiu, em 2007, 2 milhões de famílias. A demanda e os preços dos imóveis retraíram-se. Processo reforçado pela recolocação dos imóveis retomados pelas execuções hipotecárias no mercado. A explosão na inadimplência fragilizou as instituições financiadoras da expansão imobiliária e toda a rede de especulação formada a partir dessas operações de financiamento em escala mundial. Este processo foi potenciado pela existência de outras bolhas imobiliárias na Espanha, na Inglaterra e na Irlanda. É importante frisar que a crise em pauta é uma crise de sobreacumulação, que se manifesta sobretudo pelo acúmulo explosivo de capital fictício, que apresenta crescente dificuldade em valorizar-se, mas também existe excesso de capacidade produtiva em escala global, particularmente em alguns países asiáticos e centrais. A resolução desse problema indica que a crise será longa (HARVEY, 2011, p. 9-12).

A rápida ação dos bancos centrais dos países desenvolvidos e de alguns países emergentes, que garantiram os depósitos e injetaram bilhões de dólares na economia para evitar o colapso da liquidez, salvou o capital da debacle financeira (BELLUZZO, 2009). Mas o enorme volume de ativos tóxicos nas carteiras de inúmeros bancos, fundos de investimento e companhias de seguros disseminou a crise. Inicialmente a crise concentrou-se no centro do sistema. EUA, Japão e União Europeia sofreram forte retração. A zona do euro foi particularmente atingida e entrou em um processo de estagnação e crise que se estende até os dias de hoje, sobretudo em

sua periferia. A retração do centro do sistema, em um segundo momento, afetou o conjunto da periferia, que no início da crise parecia mais resistente a seus efeitos. Vários países periféricos passaram a apresentar crescente tendência de desaceleração econômica, em especial a China, o que impactou vastas regiões da periferia que tinham neste país um importante mercado para as suas commodities. É neste contexto que temos que entender os impactos da crise do capitalismo global na economia brasileira.

A CRISE E O BRASIL

A crise atingiu a economia brasileira pela retração do comércio, pela diminuição do crédito, pela saída de capitais, pela queda do preço das commodities e pela diminuição acentuada dos fluxos de capitais. Um dos resultados foi a desvalorização da moeda. Os bancos nacionais restringiram o crédito. A redução da liquidez afetou o conjunto da economia. Devido a especulação, muitas grandes empresas brasileiras ficaram à beira da insolvência. Os investimentos e o consumo caíram. Em 2009, o PIB encolheu 0,9% (BARBOSA, 2013, p. 80-81).

O governo Lula reagiu a crise adotando medidas anticíclicas, quais sejam: redução do depósito compulsório dos bancos, aumento da emissão de moeda, majoração do gasto público (maior dispêndio com os programas sociais, com o seguro desemprego, com a previdência social, com os salários do funcionalismo e com os investimentos em infraestruturas relacionados ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), redução do superávit primário, desonerações fiscais, ampliação do crédito e expansão da atuação do BNDES no financiamento a longo prazo dos investimentos a juros reduzidos (BARBOSA, 2013, p. 81-83). Contudo, o governo demorou para reduzir a taxa de juros, que continuou uma das maiores do mundo.

O resultado dessas medidas foi a recuperação da economia, que cresceu 7,5% em 2010, puxada pelo incremento do consumo e do investimento. A rápida recuperação baseada na expansão do mercado interno começou, contudo, deixar mais evidente os limites do padrão de acumulação que vinha sendo implementado desde 2003.

O governo Lula manteve os pilares centrais da política macroeconômica de seu antecessor descritos acima. Um dos resultados dessa política foi a tendência a apreciação cambial, que teve forte influência negativa sobre o setor industrial e sobre as contas externas. A manutenção dessa política respondia sobretudo aos interesses do capital financeiro, pois eram a garantia de valorização a alta taxas do capital fictício em um mundo onde as taxas de juros tendiam a ser baixas.

Embora a política macroeconômica de FHC tenha sido mantida em suas linhas gerais, sem confrontar o capital, Lula implementou medidas expansivas, destinadas a dinamizar o mercado interno e a enfrentar o problema da miséria e da desigualdade social. Dentre as quais destacam-se as seguintes: o programa bolsa família, a política de majoração do salário mínimo, a política de aumento de gastos com a educação, ampliação do crédito; o lançamento do PAC e a utilização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como instrumento de política industrial. Essas medidas foram importantes para Lula articular ampla uma base política e social para o seu governo (SICSÚ, 2013).

Em um quadro de expansão da economia mundial, o resultado foi um crescimento bem superior ao período anterior, sustentado pelo aumento do consumo, do investimento e das exportações, acompanhado de melhorias nos salários e no emprego. A situação fiscal melhorou e as reservas internacionais do país cresceram (SICSÚ, 2013).

No entanto, o forte crescimento de 2010 aguçou as contradições do padrão de acumulação, o que começou a ficar evidente quando a inflação encostou no teto da meta de 6,5%. O governo temeroso de um descontrole inflacionário elevou a taxa de juros e o depósito compulsório dos bancos e reduziu moderadamente os gastos público. A elevação dos juros atraiu grande volume de capital especulativo para o Brasil, resultando em maior valorização do real. Esse processo, somado a melhora dos preços das commodities, aprofundou a valorização da moeda. (BARBOSA, 2013, p. 84).

As altas taxas de juros e câmbio excessivamente valorizado resultaram na deterioração das contas externas quando da crise mundial. Depois de superávits entre 2003 e 2007 nas transações correntes, os défi-

cits voltaram e se agravaram. O balanço de pagamentos tem sido fechado graças aos investimentos externos diretos e aos voláteis investimentos em carteira. (GONÇALVES, 2013, p. 102-104, 124-125). Mas é preciso assinalar que o nível elevado de reservas e a política fiscal permitiram suportar a crise mundial, sem que esta se desdobrasse, como nos anos 1990, em crise financeira interna (BELLUZZO, 2009).

Juros altos e câmbio valorizado impactaram negativamente o setor industrial, que sofreu forte concorrência de produtos importados, pois muitos países, como a China, levaram a cabo uma política de rebaixamento dos preços de seus produtos manufaturados e de desvalorização cambial. Embora a economia tenha crescido, parte da demanda tem vasado para o exterior. A indústria tem perdido terreno nos mercados internos e externos. Esta situação se reflete no nível baixo dos investimentos em relação ao PIB ao longo da última década. O crescimento dos investimentos públicos foi insuficiente para alterar a situação. Observam-se fortes indícios de desindustrialização no Brasil. Este processo tem sido acompanhado no período recente pela reprimarização da pauta de exportações (GONÇALVES, 2013).

Ao termino do governo Lula, em um contexto de grave crise internacional, apesar do crescimento econômico, uma série de problemas se acumulavam, quais sejam: deterioração das contas externas, excessiva valorização da moeda, taxas de juros extremamente elevadas, perda de terreno do setor industrial, reprimarização das exportações, gargalos importantes na infraestrutura, perda de competitividade no setor industrial, declínio da produtividade e taxa de investimento insuficiente para sustentar o crescimento. Parte considerável desses problemas derivava da manutenção do arcabouço macroeconômico neoliberal, que parece ser incompatível com um crescimento voltado para o mercado interno, à medida que inibe os investimentos e induz ao retrocesso estrutural da economia.

No geral, o governo Dilma manteve a política econômica do seu antecessor. Pressionada pela alta da inflação, Dilma a partir do início de 2011 restringiu o crédito, aumentou o compulsório e as exigências de capital dos bancos, aumentou o IOF (Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro - ou relativas a títulos ou valores imobiliários incidências)

sobre as operações de crédito pessoal, elevou os juros e conteve o gasto público, mas não cortou os gastos com os programas sociais.

Medidas que somadas ao recrudescimento da crise internacional em 2011 acarretaram uma desaceleração do PIB neste ano e em 2012. O governo mostrou-se incapaz de aumentar substantivamente seus investimentos em áreas estratégicas, como em infraestrutura. Dilma a partir de agosto de 2011 tentou reverter o baixo crescimento reduzindo a taxa básica de juros, tentando desvalorizar o câmbio, flexibilizado a postura em relação à meta da inflação e adotando medidas de controle dos preços administrados pelo Estado. O governo parecia estar disposto a modificar a política macroeconômica neoliberal. A taxa básica de juros, em outubro de 2012, atingiu a cifra de 7,25%, aproximando-se, em termos reais, das taxas vigentes nas principais economias do mundo. Além de incentivar o consumo e o investimento, a redução dos juros reduzia o peso da dívida pública no PIB. Ao mesmo tempo, outras medidas de estímulo foram adotadas. O governo esperava que essas medidas fizessem com que a economia retomasse uma trajetória de crescimento acelerado (SICSÚ, 2013).

Os setores rentistas ficaram bastante descontentes com essas medidas e com o largo apoio da grande imprensa passaram a pressionar cada vez mais o governo para alterar sua política. Os liberais avaliavam como inadmissível a aparente flexibilização da política macroeconômica.

As medidas adotadas por Dilma, contudo, não conseguiram reverter a desaceleração da economia e as pressões inflacionárias, que derivavam de vários fatores, a saber: 1- elevação dos preços no setor de serviços em virtude do alto nível de emprego e do crescimento dos salários; 2- elevação dos preços dos produtos agrícolas devido a problemas de quebra de safras; 3- elevação dos preços das commodities; 4- manutenção de mecanismos de indexação de preços, principalmente dos controlados pelo Estado. Os preços subiram apesar do fraco desempenho da economia, o que indica não ser o excesso de demanda, como asseveram os ortodoxos, a causa da inflação. (SICSÚ, 2013).

As causas do fracasso da política de Dilma são as seguintes: 1- cenário internacional adverso; 2- efeitos defasados das medidas restritivas adotadas no primeiro semestre de 2011; 3- deterioração das expectativas

dos empresários; 4- dificuldade de o Estado deslanchar os investimentos no setor de infraestrutura para enfrentar os pontos de estrangulamento da economia; 5- juros altos e 6- câmbio apreciado. A associação de juros altos e câmbio valorizado inibiu o investimento, sobretudo o industrial e desviou parte importante do crescimento da demanda para o exterior, o que teve efeitos deletérios sobre o setor industrial em um contexto de acirramento da concorrência internacional. Aqui se encontram os motivos principais para a continuidade do baixo crescimento. O crescimento do consumo, que vinha sendo o principal elemento da expansão da economia desde 2003, não mais conseguia cumprir essa função, pois o endividamento das famílias apresenta limites ao que se soma o desequilíbrio das contas externas.

A manutenção dos juros sistematicamente acima da média internacional, em um contexto de elevada liquidez global manteve a tendência de apreciação do real até fins de fins de 2014 e início de 2015. Na situação de crise mundial e de acirrada concorrência, a valorização da moeda é um dos elementos fundamentais para explicar a crescente deterioração da balança comercial. A valorização também estimulou as remessas para o exterior, o que também contribuiu para os crescentes déficits das transações correntes. O Brasil se defronta com o agravamento do problema da vulnerabilidade externa.

Neste contexto, a grande imprensa, principal porta voz dos setores mais conservadores, intensificou as críticas a incapacidade do governo em conter uma pretensa crise inflacionária, que não existe. Passou a defender de maneira cada vez mais furiosa a elevação dos juros, a contenção do crédito e o corte severo dos gastos públicos e de direitos sociais. Paralelamente, desencadeou-se uma série de movimentos sociais reivindicando melhorias nos transportes urbanos, na educação e na saúde e o fim da corrupção generalizada no setor público. Movimentos heterogêneos, compostos por vários setores de classe com interesses e reivindicações distintas. Esses movimentos acuaram o governo, que foi pego de surpresa, sobretudo pela abrangência das manifestações. Estes movimentos evidenciaram os limites das políticas sociais focalizadas do governo e indicam a necessidade de políticas universais.

Sob fogo cruzado, o governo Dilma cedeu às pressões conservadoras e elevou os juros com o objetivo de deter a inflação. Esta medida contribuiu para aprofundar a desaceleração da economia, ao que se soma o quadro internacional instável. A situação de crescente vulnerabilidade externa, o baixo crescimento econômico, a perda de terreno do setor industrial, a persistência das pressões inflacionárias, a reprimarização das exportações, a necessidade de ampliar substantivamente os investimentos nas áreas sociais, na infraestrutura e na proteção ao meio ambiente colocam questões de difícil solução a curto ou médio prazo. Na campanha eleitoral do ano passado, Dilma indicou que enfrentaria esta situação buscando uma alternativa ao ajuste recessivo, embora sinalizasse desde a retomada da majoração dos juros pelo Banco Central uma guinada para uma política de contenção. Esta postura foi reforçada após a vitória eleitoral de novembro de 2014.

Apesar da vitória eleitoral, o governo rapidamente anunciou que implementaria uma política recessiva, o que não foi suficiente para acalmar as oposições inconformadas com a derrota e decididas a retomar o poder. Em pouco tempo, as condições de governabilidade se deterioraram sob a pressão da deterioração da situação econômica (em parte causada pelas próprias medidas recessivas adotadas pelo governo), da persistência da crise internacional, da onda de casos de corrupção, da campanha diuturna da imprensa contra seu governo e pela implosão de sua base no Congresso. Símbolo dessa linha política foi a nomeação de Joaquim Levy, indicado diretamente pelo capital financeiro para ocupar o Ministério da Fazenda. Ao optar por essa estratégia fechou a possibilidade de articular apoio popular contra a austeridade e em favor do emprego e dos salários.

Esta política levou o governo Dilma a se afastar dos setores populares ao mesmo tempo em que sua base de sustentação no Congresso se esfarelou. O governo enfrenta acirrada oposição da esmagadora maioria da classe dominante e das classes médias. O espaço parece aberto para saídas mais à direita, em consonância com o encaminhamento da crise estrutural do capitalismo global, que até o momento tem sido conservador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas econômicas de Lula e de Dilma buscaram manter o arcabouço macroeconômico neoliberal herdado de FCH e ao mesmo tempo implementar medidas voltadas para a expansão do mercado interno e para enfrentar os históricos problemas sociais brasileiros. Esta linha de ação mostrou-se possível enquanto a economia mundial cresceu a taxas elevadas, o que permitiu reduzir momentaneamente a vulnerabilidade externa e controlar a inflação, à custa de uma das mais elevadas taxas de juros do mundo e de persistente valorização cambial. Os efeitos dessa estratégia foram deletérios para a economia brasileira. A crise mundial e a política macroeconômica neoliberal, calcada sobretudo no câmbio valorizado, nas altas taxas de juros, nas metas inflação e no superávit primário, inviabilizaram essa estratégia, pois a medida que a inflação chegou perto do teto da meta o governo aumentou os juros, o que desestimulou o consumo e o investimento e contribuiu para valorizar ainda mais a moeda, em um contexto de elevada liquidez internacional e deterioração das contas externas. Os estímulos a demanda, adotados para neutralizar a crise, vazaram, em grande parte, para o exterior. Parte dos subsídios recebidos pelas empresas foram desviados para aplicações financeiras. Com a retração da indústria e do investimento o crescimento foi decrescente e acompanhado de maior vulnerabilidade externa. Este quadro projetou-se para o segundo mandato de Dilma, que ao invés de romper com a terapia recessiva a aprofundou, distanciando-se da sua maior base de sustentação, os trabalhadores, que poderiam se mobilizar para a manutenção do emprego e dos salários. A política recessiva imposta pelos interesses do capital globalizado fragiliza a posição do Brasil e joga a maior parte do ônus da crise sobre os trabalhadores.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, N. Dez anos de política econômica. In: SADER, E. (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 69-102.
- BASUALDO, E.; ARCEO, E. *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- BELLUZZO, L. G. M. *Os antecedentes da tormenta: origens da crise global*. São Paulo: Edunesp, 2009.

- BRENNER, R. *O bomm e a bolha*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- _____. Novo boom ou nova bolha? In: SADER, E. (Org.). *Contragolpes*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 117-158.
- CANO, W. *(Des) industrialização e subdesenvolvimento*. Campinas: IE-UNICAMP, 2014.
- CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Edunesp, 2002.
- CHESNAIS, F. *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- GONÇALVES, R.. *Desenvolvimento às avessas*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M.; SANTOS, A.; VIEIRA, R.. L.(Org.). *Economia e sociedade: o Brasil e a América Latina na conjuntura de crise do capitalismo global*. Marília: Oficina Universitária/Cultura Acadêmica, 2014.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2007.
- _____. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MEDEIROS, C. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transição na Rússia e na China. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C.. H.; SERRANO, F. (Org.). *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 173-277.
- SICSÚ, J. *Dez anos que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Geração, 2013.

NOVAS TENDÊNCIAS DA MILITARIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Luís Antônio Francisco de Souza

Thaís Battibugli

Luana de Carvalho Silva Gusso

INTRODUÇÃO

Ponto fundamental para a compreensão dos atuais dilemas da segurança pública brasileira reside no fato de que a Constituição de 1988 não avançou significativamente na reforma do aparato de segurança e justiça criminal do país herdado do regime militar. As instituições policiais não foram suficientemente adaptadas para a vivência do estado de direito, para atuar nos ditames da legalidade, transparência, eficiência com sistemas de avaliação, controle e *accountability* independentes e confiáveis (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2009, p. 6; FONTOURA; RIVERO; RODRIGUES, 2009, p. 148). O modelo institucional de segurança pública no pós-88 conservou ampla margem de autonomia dos estados regionais na gestão da segurança local. Com isso, o sistema se apresenta descentralizado e multiplamente descoordenado (BATTIBUGLI, 2009, p. 40-46; CRISTINO, 2008).

Devido a essa ausência de reformas estruturais no modelo de segurança pública, o governo federal pouco atuou na segurança pública local, deixada sob-responsabilidade dos governos estaduais. Nos anos 90, diagnósticos sobre a (in)segurança pública no país apontaram três tipos de

problemas a serem enfrentados: a) autoritarismo e violência ilegal; b) grave situação das polícias e penitenciárias estaduais; e c) criminalidade violenta crescente (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2007, p. 268).

Nesse contexto, a partir dos anos 2000 o governo federal se incumbiu da tarefa de criar e coordenar um Sistema Nacional de Segurança Pública (SNSP) ao lançar o Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), que estabeleceu quinze compromissos para aperfeiçoar o setor, dentre os quais, a redução da violência urbana, eliminação de chacinas e execuções sumárias. Em 2007, é lançado o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), para efetivar diretrizes do PNSP e articular ações de segurança e políticas sociais com proteção e respeito aos direitos humanos na esfera federal, estadual e municipal (FONTOURA; RIVERO; RODRIGUES, 2009, p. 171; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2010, CRISTINO, 2008). Entretanto, em paralelo ao projeto de “segurança cidadã”, o governo federal também optou por regulamentar a utilização direta das Forças Armadas (FA) na segurança pública, como atribuição subsidiária, em “Operações de Garantia da Lei e da Ordem” (Op. GLO), como polícia ostensiva, com aval do Presidente da República (BRASIL, 1999, Lei Complementar 97; BRASIL, 2001, Decreto 3.897).

As forças policiais (militarizadas) passam a oscilar entre o dever de “enfrentar” ou “combater” a criminalidade utilizando os recursos apreoados pela força e pela doutrina de segurança (o uso da arma, da violência, da força e da hierarquia) e o dever de promover cidadania a partir da segurança. Uma lógica que fomenta o caminho para uma cidadania concebida a partir da pacificação social e do enfrentamento dos inimigos da ordem pública, Uma ambiguidade perigosa que, evidentemente, nos alerta para problema ainda não totalmente resolvido nas jovens democracias continentais (BAYLEY, 2001; LIMA, 1995)¹.

Tematizar o recrudescimento da militarização da segurança pública brasileira demanda análise dos processos históricos, sociais e jurídicos dos modelos, das doutrinas, dos procedimentos e da formação de pessoal, adotados a partir do discurso militarizado para a realização de atividades de

¹ A tendência é regional, por várias razões. Para uma visão geral, ver Revista Latinoamericana de Seguridad Ciudadana. Militarización de la seguridad ciudadana. Número 12, 2013.

segurança de natureza civil (ZAVERUCHA, 2005, 2010). Deve-se apontar para os contornos de poder delineados pela atuação das Polícias Militares em todo o país. Como principal corporação policial, é responsável pelo policiamento ostensivo e preventivo, sendo organizada militarmente e, embora, legalmente subordinada ao poder executivo estadual, em última instância, continua atrelada ao modelo militarizado do Exército brasileiro (ZAVERUCHA, 2005, 210; AGUILAR, 2012).

De modo geral, as doutrinas de segurança costumam atribuir às instituições militares o monopólio estatal da força física por meio do uso autorizado e legal da arma. Modelo de uso da força que ora transita pela legitimidade – atribuída legalmente; ora pela coação – devido ao abuso de autoridade. Embora a autorização para o uso da força seja uma característica fundadora destas duas instituições, é importante ressaltar que a polícia é caracterizada pela ausência do uso sistemático da força enquanto que o exército preconiza o uso da arma como instrumento dissuasório por excelência. Além do mais, a doutrina militar, o armamento, a instrução e o treinamento da Polícia e do Exército são distintos. Em termos de concepção e de prática, a polícia não deve aprender nem usar táticas de guerra, assim como o Exército não deve ensinar ou usar técnicas de policiamento em contextos urbanos, por exemplo. Mas, em países como o Brasil, as competências policiais e militares não estão claramente definidas, como se nota na falta de lei complementar do parágrafo 7º do art. 144 da CF de 1988, sobre a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública. A segurança pública acaba por se confundir com segurança nacional. O país adotou modelo de polícia que ainda está fortemente atrelado à defesa do Estado. No Brasil, “o processo de policialização das FA ocorre simultaneamente ao de militarização da Polícia.” (ZAVERUCHA, 2005, p. 19).

Pensando com Michel Foucault, as novas tecnologias de poder e de controle caminham na direção de um governo “dos homens e das coisas” (FOUCAULT, 1999, 2008) focado na gestão da população e da administração das vidas selecionadas a partir de diversos critérios, como a eficiência para o trabalho e a utilidade econômica. Nesse sentido, estaríamos no percurso de um processo histórico cujo escopo é a politização da vida útil a partir de mecanismos de poder e de saber cada vez mais refina-

dos com a produção e manutenção da vida populacional. Tais mecanismos são descritos por Foucault como mecanismos de segurança, destinados a controlar o nascimento, a mortalidade, a reprodução e a manutenção cotidiana das vidas úteis. São estratégias de poder reiteradas pela lógica da manutenção de um “bom” corpo populacional requerendo dispositivos de seleção, proteção e garantia dos corpos humanos. Eis a entrada dos saberes demográficos, estatísticos, biológicos, geográficos e médicos nas análises sobre a população e, concomitantemente, a incursão da vida em uma política de segurança.

Se a vida populacional se torna um alvo de poder (ou biopoder), os mecanismos de segurança não serviriam apenas para “proteger e manter” as vidas úteis politicamente. Faz parte destes mecanismos a elaboração de estratégias de seleção e de segregação das vidas desprezadas. Uma gestão da vida humana que preserva e exclui segundo os dispositivos de poder associados. A partir deste cenário, é possível inferir que a gestão da criminalidade se torna instrumento interessante para lógica de poder pautada sobre a vida humana.

É nesse sentido que diversos autores, entre eles Foucault, delimitam cenário social designado como sociedade punitiva ou sociedade de controle. Um cenário em que a lógica da punição e do enfrentamento da criminalidade obedeceria à lógica dos mecanismos de segurança, ou seja, obedeceria às estratégias de seleção, de controle e de punição para parcelas da população mais vulneráveis. Esta é uma estratégia tão vitoriosa que o próprio termo “segurança” se tornou uma espécie de senso comum para ações de controle populacionais por meio de estratégias, não raro, ligadas a um macro sistema de justiça penal, cuja forma englobaria os aparelhos policiais, judiciais e penitenciários. Nesse sentido, especialmente em relação à formação das polícias, um governo centrado na gestão da vida articula de modo bastante preciso uma instituição de controle que intervém diretamente na vida humana, selecionando e “prendendo” aqueles que estão para além da utilidade do sistema econômico ou a docilidade do poder. As polícias em uma sociedade de controle tem seu papel institucional constantemente preservado e reafirmado como um mecanismo vital para a segregação das parcelas inadequadas das populações.

ESTADO, POLÍCIA E ORDEM SOCIAL

A segurança interna dos Estados Nacionais, no mundo ocidental, foi construída como extensão do militarismo. As forças de vigilância e o policiamento rural e urbano foram extensão das funções das organizações militares. A segurança interna pode ser compreendida como extensão da guerra pelos meios da violência, mas também por outros meios, como é o caso da justiça.

O modelo de polícia dos países europeus continentais foi construído, neste processo, como polícia do rei, que o defende contra os inimigos externos e contra os súditos rebelados ou infiéis. A divisão de funções policiais começa a se dar entre policiamento militarizado e o policiamento enquanto gestão política da população. As guarnições militares, estacionadas em várias regiões do território, começam a dividir suas atribuições com a polícia que neste momento era parte da estrutura judicial. Basicamente este é o modelo francês que será exportado para vários países após a era napoleônica: *gendarmérie* e polícia nacional. Com variações importantes, este modelo será adotado no continente sul-americano. E a *gendarmérie* cada vez mais assumirá a função de policiamento armado e preventivo e, gradualmente, assumirá um papel destacado na gestão governamental (FOUCAULT, 2008; DIEU, 1993).

O modelo anglo-saxão, baseado na *common law* é uma experiência diversa. A polícia é tida como extensão da comunidade, os policiais são cidadãos jurados e armados que cumprem mandato comunitário. O policiamento como forma local de auto-vigilância. Durante muitos anos nos séculos XVII e XVIII os ingleses não aceitavam a presença da polícia como um exército aquartelado. Esta situação muda em parte com a criação da Polícia Metropolitana de Londres (1829). Referência para as polícias modernas, criadas durante o século XIX e XX, a Polícia Metropolitana será composta por policiais civis, uniformizados, sem uso de armas de fogo, voltados para o controle da ordem pública, de forma permanente, contínua e estratégica. Ao invés do policiamento se dar, como no modelo continental, em situações casuais, com o uso de companhias ou grupos de homens armados percorrendo aleatoriamente o espaço social em busca de malfeitores, o famoso *bobby* inglês percorre seu setor de policiamento diuturnamente, conhecendo os moradores e os problemas

locais e construindo a confiança entre governo e cidadãos (REINER, 1992; WADDINGTON, 1999).

BREVE HISTÓRIA DA POLÍCIA NO BRASIL

Em 1969, ditadura militar extingue a Guarda Civil e funde sua estrutura à Força Pública, que passa a ser denominada de Polícia Militar (PM). A PM passa a ter competência *exclusiva* pelo policiamento ostensivo, sendo vedada a criação de qualquer outra polícia fardada pelos estados. A partir deste momento, de forma explícita, a Polícia Militar será considerada reserva do Exército. Com a criação da PM, as diferenças entre o policiamento fardado e civil se acirram. Neste período também foram criados batalhões que tiveram importante papel na repressão política e na montagem da máquina de exceção do estado brasileiro: a Ronda Ostensiva Tobias de Aguiar (ROTA) e o Batalhão de Choque. A Rota, tropa de elite do militarismo autoritário, terá em suas contas as maiores taxas de letalidade policial do período e, mesmo hoje, ainda ostentam alto grau de violência em suas ações. O batalhão de choque teve e ainda tem papel de destaque no controle de multidões, greves e manifestações públicas, sendo conhecido por sua terrível participação no Massacre do Carandiru em 1992, quando 111 detentos foram mortos (BATTIBUGLI, 2007; SOUZA, 2009; ZAVERUCHA, 2005).

A responsabilidade pelas forças policiais brasileiras, com exceção da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia dos Portos, é do Poder Executivo. As polícias respondem aos governadores dos Estados. As Assembléias Legislativas estaduais são responsáveis pela definição de seus regulamentos, da aprovação dos efetivos, do orçamento e das principais funções legais das forças policiais, mas os comandantes e os delegados-gerais têm importante autonomia para definir suas prioridades e políticas. Como a segurança no Brasil ainda é vista como questão de Estado, o processo de *agenda setting* ainda é cercado de obscuridades e inconsistências.

A CF de 1988 constitucionalizou o modelo tripartite da estrutura policial brasileira: Polícia Federal, Polícia Civil (PC) e Polícia Militar (PM), com as Forças Armadas como garantia de que o sistema não ultrapassará seus limites (FONTOURA; RIVERO; RODRIGUES, 2009; SOUZA NETO, 2008). De toda forma, a CF de 1988, pela primeira vez

na história brasileira, vai dedicar um capítulo à segurança pública. Como afirma Zaverucha (2005, p. 75-76), “a Constituição de 1988 nada fez para devolver à PC algumas de suas atribuições existentes antes do início do regime militar”, o que contribuiu para que hoje esteja “consolidada a militarização da área civil de segurança.” Pinheiro (1991, p. 51) é mais enfático ao afirmar que a Constituição de 1988 reiterou a organização dos aparelhos repressivos formulada durante a ditadura: a Constituinte reescreveu o que os governos militares puseram em prática. Não há transição, mas plena continuidade. Mas o debate sobre a militarização da segurança pública não se esgota por aí. Os municípios, que historicamente já tiveram sua cota de responsabilidade na área da segurança, desde a Constituição de 1988 passaram a ter a prerrogativa de criar suas guardas policiais. Na Constituição, entretanto, os municípios poderiam criar guardas apenas para ajudar na fiscalização de serviços públicos e na proteção de patrimônios municipais. Mas, desde então várias cidades brasileiras vêm formando seus pequenos exércitos de policiais armados, muitos dos quais carregando poderes de polícia ou auxiliando as polícias em funções essencialmente de combate ao crime (SENTO-SÉ, 2005). O efetivo de policiais armados vem crescendo acompanhando a pressão midiática por mais segurança e, por que não dizer, acompanhando de perto o crescimento exponencial do mercado privado de segurança.

Embora na última década os crimes de homicídio, cometidos por policiais militares em serviço, sejam passíveis de julgamento pela justiça comum, mediante processo investigatório que se inicia tanto na caserna quanto na delegacia de Polícia Civil, os policiais militares ainda estão submetidos à justiça castrense. Seus crimes ou desvios são investigados e julgados por meio de mecanismos e comissões disciplinares militares. O policial no seu trabalho civil responde à Corregedoria de Polícia que tem características essencialmente militares e é uma forma de controle disciplinar interno. Nos últimos anos no Brasil as Ouvidorias de Polícia foram criadas, mas estas não têm poder de investigação, resumindo-se a coletar denúncias e encaminhá-las às autoridades processantes. O controle externo das polícias militares ainda é pouquíssimo desenvolvido no país o que dá às polícias militares ampla margem de arbítrio em função essencialmente civil que é a da segurança pública.

A Constituição Federal (CF) de 1988 não alterou o Código de Processo Penal Militar (CPPM) nem a decisão do Supremo Tribunal Federal de 1978, que definiu o foro militar para julgar o policial. Em síntese, quando um policial comete um crime, é aberto inquérito policial militar (IPM), presidido por colega, e o julgamento se dá nos chamados conselhos de sentença, compostos por quatro juízes militares e um juiz togado, sendo que, para ser juiz militar basta ter patente ou posto superior ao do policial que está sendo julgado. Para muitos analistas, esta sem dúvida é receita para a impunidade decorrente de crimes cometidos por policiais militares. Esta situação perpetua as práticas de violência, por um lado, e a falta de confiança da população nos agentes de segurança pública, por outro lado (ZAUERUCHA, 2010; NÓBREGA JÚNIOR, 2010; LIMA, 2011).

DESMILITARIZAÇÃO, UM CAMINHO SEM SOLUÇÕES

A militarização da segurança, portanto, é problema fundamental das sociedades latino-americanas. Sob o influxo do narcotráfico, do contrabando de armas e de bens, do tráfico de pessoas e do terrorismo, a política externa norte-americana tem insistido na intervenção direta nos países produtores de drogas, por meio de uma forte militarização do combate, com emprego de armas, helicópteros, técnicos especializados em guerrilhas, pessoal com formação militar etc. A integração latino-americana parece ser pautada pela desconfiança mútua e pelo reforço ao militarismo como vetor de relações internacionais.

Nas nossas atuais sociedades complexas e dinâmicas, o problema da militarização da segurança, portanto, dever ser colocado em perspectiva. Identificamos três aspectos correlacionados para que possamos compreender o problema e colocá-lo em perspectiva analítica.

Em primeiro lugar, o Exército, e as FA de uma forma mais ampla, penetram profundamente na organização das polícias militares, mantendo as forças sob sua autoridade. Os estudos de Zaverucha (2010) exploram estas permanências e apontam para suas consequências de democracia ainda tutelada pelos militares.

Em segundo lugar, a estrutura e organização das polícias militares continuam sendo feitas segundo o modelo e a disciplina militares; a força militar continua sendo essencialmente aquartelada; há baixo grau de *accountability* e controle social; nas academias há pouco treinamento específico de caráter essencialmente policial; a formação continua predominantemente militar; linha hierárquica forte e pouco flexível; sistema de duplo ingresso na carreira policial; os praças têm baixíssima possibilidade de vir a compor a elite da força policial (LIMA, 2011).

Em terceiro lugar, desde os anos 2000, o próprio Exército começa cada vez mais acentuadamente a assumir papéis de policiamento, com a regulamentação da atuação direta das Forças Armadas na segurança pública, como atribuição subsidiária, em “Operações de Garantia da Lei e da Ordem” (Op GLO), como polícia ostensiva, com aval do Presidente da República (BRASIL, 1999, Lei Complementar 97; BRASIL, 2001, Decreto 3897; MINISTÉRIO DA DEFESA, 2014).

Tal fato foi possibilitado pela previsão legal do art. 142 da CF de 1988 da permanência do papel de tutela das Forças Armadas na manutenção da ordem pública, ao definir sua missão de “defesa da Pátria, dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem” (BRASIL, 1988), ou seja, abriu-se, em plena democracia, espaço para o papel de polícia das FA.

Note-se que nos países desenvolvidos há clara divisão entre a função das FA de proteção contra ameaças externas e da polícia na proteção da ordem pública interna, mas na América Latina, em geral, há mescla entre as áreas de defesa externa e de segurança interna, com exceção da Argentina, que após o regime militar, separou formalmente as atribuições de defesa para as FA e de segurança interna para a polícia (SANTOS, 2004; NÓBREGA JR, 2010).

A presença das Forças Armadas na manutenção da ordem pública na CF de 1988 foi conseguida por lobby dos militares, mas sua efetivação deu-se, no plano interno, por interesse do governo federal em ter as FA como papel complementar na segurança interna e, no plano externo pela redefinição da missão estratégica das FA da América Latina feita pela Otan e pelos EUA, que, após a Guerra Fria, adotaram novos parâmetros

de defesa para o continente. Nova ordem mundial, novas ameaças. Assim, as FA, antes utilizadas na luta anticomunista interna passaram a ter papel de polícia e ter como principal foco o combate ao narcotráfico, crime organizado e violência e distúrbios urbanos, de forma secundária, além de se juntarem às forças de paz da ONU, o que ocorreu no Brasil com envio de tropas do Exército em missão da ONU ao Haiti desde 2004 (SANTOS, 2004; NÓBREGA JR, 2010).

A partir do decreto 3.897 de 2001, foi permitido o emprego das FA no âmbito interno não somente em caso de estado de defesa, estado de sítio, mas também em caso de intervenção federal, solicitada pelo governador de estado ou do Distrito Federal (DF). Com a ressalva de que o emprego das FA “deverá ser episódico, em área previamente definida e ter a menor duração possível.” (BRASIL, 2001).

Em 25 de agosto de 2010, o governo do presidente Lula sancionou a Lei Complementar nº. 136 que atribuiu poder de polícia para as Forças Armadas (FA) nas regiões fronteiriças do Estado Brasileiro. Segundo o dispositivo legal, as FA passam a exercer certos atributos de “poder de polícia”, como a possibilidade de realizar patrulhamento, revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações, de aeronaves e, ainda, prisões em flagrante delito (BRASIL, 2010).

Como exemplo, o exército foi mobilizado para prestar segurança na conferência da ONU para o meio-ambiente, a Eco 1992; em várias oportunidades, o exército interveio em ações nas favelas do Rio de Janeiro; o exército foi chamado para dar conta da segurança nas greves da polícia dos anos 1997, 2014; o exército garantiu segurança durante a realização dos Jogos Panamericanos do Rio de Janeiro em 2007; teve e continua tendo papel na viabilização dos projetos de construção e reforma de moradias e de acessos às comunidades do Rio de Janeiro, dentro do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Os militares destacados para esta missão em particular eram treinados pela polícia para lidar com contexto de guerrilha urbana e ameaças de gangues de jovens (BRITO; BARP, 2005; MARIANO; FREITAS, 2002; FONTOURA, 2005).

Na Copa das Confederações de 2013, formou-se operação militar de defesa com 23 mil militares a custo de 710 milhões de reais (GODOY,

2013). Durante a Jornada Mundial da Juventude, da Igreja Católica, mais uma vez os militares foram chamados, para a segurança do Papa (MILITARES..., 2013). Durante a onda de protestos da população em junho de 2013, os militares fizeram a segurança dos principais prédios do governo em Brasília (CORREIO BRAZILIENSE, 2013; MINISTÉRIOS... 2013; GODOY, 2013).

Em 2014, os militares atuaram ostensivamente na segurança pública interna durante a realização da Copa do Mundo. A segurança da Copa foi coordenada pelo Ministério da Justiça com apoio do Ministério da Defesa e foi dividida em três eixos: o Eixo Segurança, coordenado Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça (SESGE/MJ), criada em 2011, é responsável pela coordenação dos órgãos envolvidos na segurança pública e na defesa civil da União, Estados e Municípios; o Eixo Defesa, integrado pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, e o Eixo Inteligência, integrado pela Agência Brasileira de Inteligência e pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. O governo federal investiu cerca de 1,17 bilhão de reais em equipamentos e capacitação das forças de segurança, que reuniram aproximadamente 180 mil homens, dentre os quais, 100 mil policiais, 60 mil militares, 20 mil profissionais da segurança privada.

Coube às Forças Armadas a atribuição de defesa do espaço aéreo e marítimo, de fronteiras, guardas das infraestruturas críticas, defesa em ataques com armas químicas, biológicas, radiológicas e nucleares (QBRN) e ações de contraterrorismo. Em cada Estado com cidade-sede da Copa havia uma força de contingência do Exército, em média com 3 mil homens, de prontidão para restabelecer a ordem sob comando de general, que atuaria caso o governador do respectivo Estado solicitasse à Presidência da República. Dessa forma, o tema da policialização das FA merecerá dos pesquisadores mais atenção e pesquisa nos próximos anos (PORTAL DA COPA, 2014a, 2014b; SESGE, 2014; CASTRO, 2014).

Outros indicadores podem ser somados melhor problematização desta imbricação entre segurança nacional e segurança pública, como a consolidação da Força Nacional de Segurança Pública (BRASIL, 2007, Lei 11.473), na forma de convênio cooperativo entre a União e os Estados e o Distrito Federal (DF) para “executar atividades e serviços imprescindíveis

à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”, com policiais civis e militares dos Estados e do DF, com atuação em conflitos em áreas urbanas vulneráveis como favelas e até em grandes eventos, além da implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no Rio de Janeiro, com a participação de policiais civis, policiais militares e das Forças Armadas. Em 2012, o Exército foi utilizado na ocupação dos Morros do Alemão e da Penha.

No caso da ocupação do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, iniciada em abril de 2014, com a participação de policiais militares e civis e militares do Exército e da Marinha, a participação das FA deverá se estender até abril de 2015, totalizando um ano de duração, o que contraria o decreto 3.897 de 2001 que previa ser o emprego das FA apenas episódico, com a menor duração possível. Como forma de contornar a legislação, o governo federal renovou por três vezes o instrumento de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). A ocupação se estendeu por 16 comunidades que compõem o Complexo de Favelas da Maré, no Rio de Janeiro, de cerca de 130 mil habitantes, com mais de 2 mil homens apenas das FA. A GLO assegura aos militares das FA o poder de efetuar prisões em flagrante, patrulhamentos e vistorias. Poder que teria sido extrapolado, pois moradores e representantes de associações de moradores denunciaram invasões de domicílios sem mandato judicial, humilhações nas abordagens, agressões feitas por militares e policiais militares (UPPRJ, 2014; PORTAL BRASIL, 2015; CAVALCANTI, 2014; VALDEVINO; ANTUNES, 2014).

A opção pela GLO deveria ocorrer, de forma excepcional e breve, ao se esgotarem todas as outras formas possíveis de manutenção da ordem pública, como o uso das forças policiais estaduais, a mobilização da Força Nacional de Segurança Pública, e não ser a GLO o recurso preferencial e de impacto midiático para os governadores, como ocorreu, em 2014, na Bahia, em conflitos de demarcação de terras indígenas, em 2014, em Pernambuco, durante greve da PM, também em 2014, e no Rio de Janeiro, de 2012 a 2015 (G1, 2014; GOMIDE, 2012; MILANEZ, 2014, PORTAL BRASIL, 2015). Ou seja, as imbricações entre segurança nacional e segurança pública, bem como o recrudescimento da militarização, indica claramente uma demanda por “militarização do campo social” (FLEURY, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Polícia e segurança pública são temas e conceitos muito vastos. Temos a tendência a conceber estas questões de forma restritiva pela via do combate ao crime e do direito penal-punição e não num senso mais amplo de gestão e governança públicas. Nos anos 1990, houve um renovado ânimo para discutir polícia no Brasil a partir da proposta de unificação das duas polícias estaduais (estranhamente estas discussões nunca colocam a Polícia Federal na equação). Mas o debate chegou a um *dead-end*. Talvez hoje seja o caso de retomá-lo a partir de uma análise mais ampla sobre os benefícios da desmilitarização da segurança. As festejadas experiências cariocas das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), por exemplo, são importantes iniciativas de pacificação dos espaços sociais urbanos na medida em que introduzem a chave do policiamento de proximidade e permanente nas comunidades antes dominadas pelos traficantes e pelas milícias. Mas elas ainda estão fortemente atreladas ao modelo militar da ocupação territorial e os policiais estão sempre esperando o momento em que a ordem de cima venha para a sua desmobilização.

Além de o militarismo considerar a segurança como um problema de Estado e defesa da soberania, ele reforça a idéia equívoca de que a segurança deve ser dimensão meramente policial, unidimensional de combate aos criminosos de rua, e não um problema que necessita de estratégias amplas e versáteis de políticas públicas. O problema hoje no Brasil é que não há um modelo de estrutura policial a ser seguido. A unificação e a desmilitarização ainda não cativaram a opinião pública e não são consensuais entre os especialistas em relação aos seus efeitos imediatos. O limite ainda é que a estrutura policial no país está constitucionalizada e qualquer mudança envolve movimentações de grande porte e não garante o resultado final. Por isto muitos pesquisadores estão pensando mais em mudar sutilmente a instituição por dentro e não sua doutrina de segurança nacional, incluindo direitos humanos e disciplinas policiais e de ciências humanas na formação do policial militar, aumentando a exigência de escolarização dos policiais e introduzir novas ideias sobre segurança no debate nacional. Em síntese, o Brasil pode escolher vários caminhos para mudar a segurança pública e a desmilitarização pode ser um passo na direção de sociedade mais justa e de justiça mais adequada às demandas sociais por cidadania, inclusão e respeito.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, S. L. C. Segurança pública e as operações de construção da paz pós-conflitos armados. *Estudos de Sociologia*, v. 17, n. 33, p. 429-445, 2012.
- BATTIBUGLI, T. *Democracia e segurança pública em São Paulo (1946-1964)*. 2006. 318f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- _____. A difícil adaptação da polícia paulista ao estado de direito (pós-1946 e pós-1985). *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 2, n. 3, jan/mar, 2009.
- BAYLEY, D. *Padrões de policiamento*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- _____. Presidência da República. Casa Civil. *Lei Complementar 97 de 09 de junho de 1999*. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp97.htm>. Acesso em: 10 jul. 2015.
- _____. Presidência da República. Casa Civil. *Decreto 3.897 de 24 de Agosto de 2001*. Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3897.htm>. Acesso em 10 jul. 2015.
- _____. Presidência da República. Casa Civil. *Lei Complementar nº 136 de 25 de Agosto de 2010*. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp136.htm>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- _____. Presidência da República. Casa Civil. *Lei 11.473 de 10 de maio de 2007*. Dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública e revoga a Lei nº 10.277, de 10 de setembro de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11473.htm>. Acesso em: 10 dez. 2015.
- BRITO, D. C.; BARP, W. J. (Org.). *Violência e controle social: reflexões sobre políticas de segurança pública*. Belém: NUMA/UFPA, 2005.
- CASTRO, V. Segurança da copa tem 80 mil homens e elite do exército para emergência. *UOL Copa*, 10 jun. 2014. Disponível em: <<https://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/06/10/seguranca-da-copa-tem-80-mil-homens-e-elite-do-exercito-para-emergencia.htm>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

CAVALCANTI, H.. Aumento no número de pedidos de tropas do Exército por estados provoca críticas. *Rede Brasil Atual* 25 mai 2014. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2014/05/aumento-no-numero-de-pedidos-de-tropas-do-exercito-nos-estados-provoca-criticas-5664.html>>. Acesso em 11 de jan. 2015.

CORREIO BRAZILIENSE, 21 de jun. 2013. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/06/21/interna_cidadesdf,372629/apos-quebra-quebra-policia-federal-faz-levantamento-de-danos-na-esplanada.shtml>. Acesso em: 05 dez. 2015.

CRISTINO, F. R. Segurança pública e democracia: um novo paradigma. *Âmbito Jurídico*: Penal, Rio Grande, ano 11, n. 57, set. 2008. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5157&revista_caderno=3> . Acesso em: 10 jul. 2014

DIEU, F. *Gendarmerie et modernité*. Paris: Montchrestien, 1993.

FLEURY, S. Militarização do social como estratégia de integração. o caso da UPP do Santa Marta. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 14, no 30, p. 194-222, mai./ago. 2012.

FONTOURA, N. O.; RIVERO, P. S.; RODRIGUES, R.I. Segurança Pública na Constituição Federal de 1988: continuidades e perspectivas. *Boletim de Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise*. Vinte Anos de Constituição Federal, Brasília: IPEA, v. 3, n. 17, p. 135-196, 2009.

FONTOURA, P. R. C. T. *O Brasil e as operações de manutenção da paz das Nações Unidas*. Brasília, DF: MRE; Instituto Rio Branco; FUNAG, 2005.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Mapeamento das conexões teóricas e metodológicas da produção acadêmica brasileira em torno dos temas da violência e da segurança pública e as suas relações com as políticas públicas da área adotadas nas duas últimas décadas (1990-2000). Relatório de pesquisa apresentado a Fapesp, jul. 2009.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
_____. *Em defesa da sociedade*: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GODOY, R. Mais de 23 mil militares vão para as ruas na Copa das Confederações. *O Estado de S. Paulo*, 14 de jun. 2013. Esporte. Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/geral,mais-de-23-mil-militares-vaio-para-as-ruas-na-copa-das-confederacoes,1042154>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

GOMIDE, R. Exército treina para Garantia da Lei e da Ordem e guerra no meio do povo. IG, Rio de Janeiro, 27 de ago. 2012. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2012-08-27/exercito-treina-para-garantia-da-lei-e-da-ordem-e-guerra-no-meio-do-povo.html>>. Acesso em: 10 jan. 2015

- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Políticas Sociais: Acompanhamento e análise*. Edição especial nº 13, 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/BPS_13_completo13.pdf>. Acesso em: 10 set. 2014.
- LIMA, J. M. M. *Democracia e accountability: violência policial e práticas de controle sobre a Polícia Militar no Estado de São Paulo*. 2011. 159f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.
- LIMA, R. K. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- MARIANO, B.; FREITAS, I. (Org.). *Polícia: desafio da democracia brasileira*. Porto Alegre: governo do estado do Rio Grande do Sul, 2002.
- MILANEZ, F. Dilma decreta “Estado de Exceção” e envia Exército para conflito no sul da Bahia. *Carta Capital*, 19 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-milanez/dilma-decreta-estado-de-excecao-e-envia-exercito-para-conflito-no-sul-da-bahia-6583.html>> . Acesso em 10 de jan. 2015.
- MILITARES que farão a segurança do Papa já são quase 10 mil. *Folha de S. Paulo*, 09 jul. 2013. Poder. Disponível em: <<http://feeds.folha.uol.com.br/fsp/poder/118032-militares-que-farao-seguranca-do-papa-ja-sao-quase-10-mil.shtml>>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. *Garantia da Lei e da Ordem* . 2.ed. Brasília, 2014. Disponível em: <http://defesa.gov.br/arquivos/2014/mes02/md33_m_10_glo_2ed_2014.pdf>. Acesso em 10 jan. 2015.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos - SESGE. *História*. 2014. Disponível em: <http://sesge.mj.gov.br/?page_id=2267>. Acesso em: 10 jul. 2014.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. O que é o Pronasci.2010. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/pronasci/data/Pages/MJE24D0EE7ITEMIDAF1131EAD238415B96108A0B8A0E7398PTBRIE.htm>>. Acesso em: 23 de abr. de 2012.
- MINISTÉRIOS são alvos de vandalismos e ataques em Brasília. *Folha de S. Paulo*, 21 jun. 2013. Cotidiano. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2013/06/21/15/>>. Acesso em: 10 dez. 2015.
- NOBREGA JR., J. M. P. A militarização da segurança pública: um entrave para a democracia brasileira. *Revista Sociologia e Política*. v. 18, n. 35, p. 119-130, 2010.
- PINHEIRO, P. S. Autoritarismo e transição. *Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, n. 9, p. 45-56, 1991.
- PORTAL BRASIL. Forças Armadas preparam desocupação do Complexo da Maré para 1º de abril. 08 de jan. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2015/01/forcas-armadas-preparam-desocupacao-do-complexo-da-mare-para-1-de-abril>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

- PORTAL DA COPA. Segurança pública na Copa do Mundo já colhe resultados. 2014a. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/seguranca-publica-na-copa-do-mundo-ja-colhe-resultados>>. 2014a. Acesso em: 10 jul. 2014.
- _____. Em Brasília, Exército simula operações extremas que podem ocorrer na Copa. 2014b. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/em-brasilia-exercito-simula-operacoes-extremas-que-podem-ocorrer-na-copa>>. Acesso em: 10 jul. 2014.
- REDE GLOBO DE TELEVISÃO. G1 de Pernambuco. Militares podem ficar nas ruas do Recife até o dia 29 de maio. 16 de mai. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/05/militares-podem-ficar-nas-ruas-do-recife-ate-o-dia-29-de-maio.html>>. Acesso em: 10 jan. 2015.
- REINER, R. *The politics of the police*. Londres: Harvester Wheatsheaf, 1992.
- ROSEMBERG, A. *De chumbo e festim: uma história da polícia paulista no final do Império*. São Paulo: Edusp, 2010.
- SANTOS, D. A militarização da justiça e a defesa da democracia. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 4, n. 1, p. 123-140, 2011.
- SANTOS, M. H. C. A nova missão das Forças Armadas Latino-Americanas no mundo pós-Guerra Fria: o caso do Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 54, p. 115-129, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000100007>. Acesso em: 09 jan. 2015.
- SENADO FEDERAL. Projetos e matérias legislativas, 2014 Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=114516>. Acesso em: 10 jul. 2014.
- SENTO-SÉ, J. T. (Org.). *Prevenção da violência: o papel das cidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SILVA, L. A. M. (Org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FAPERJ; Nova Fronteira, 2008.
- SOARES, L. E. *Meu casaco de general: quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SOUZA, L. A. F. S. *Lei, cotidiano e cidade*. Polícia Civil e práticas policiais na São Paulo republicana (1889-1930). São Paulo: Ibccrim, 2009.
- SOUZA NETO, C. P. Segurança pública na Constituição Federal de 1988: conceituação constitucionalmente adequada, competências federativas e órgãos de execução das políticas. *Atualidades Jurídicas: Revista Eletrônica da OAB*, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/oabeditora/users/revista/1205505974174218181901.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2015.
- UPPRJ - UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA DO RIO DE JANEIRO. Forças Armadas ocupam o Complexo da Maré. 05 de abr. 2014. Disponível em: <<http://www.upprj.com/index.php/acontece/acontece-selecionado/forcas-armadas-ocupam-o-complexo-da-mare/PPP>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

VALDEVINO, D.; ANTUNES, T. Moradores do Complexo da Maré relatam supostas torturas de militares. *O Dia*, 05 nov. 2014. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-11-05/moradores-do-complexo-da-mare-relatam-supostas-torturas-de-militares.html> Acesso em 11 de jan. 2015.

WADDINGTON, P. A. J. *Policing Citizens: Authority and Rights*. Londres: UCL Press, 1999.

ZAVERUCHA, J. *FHC, Forças Armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia, 1999-2002*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. A doutrina da garantia da lei e da ordem e o crescente envolvimento das Forças Armadas. In: LIMA, R. K. et al. *Conflitos, direitos e moralidades em perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. V 2. p. 11-50.

QUAL ÁFRICA?

DIÁLOGOS ENTRE AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS NO BRASIL

Egor Vasco Borges

[...] De qual África falamos? De qual África somos filhos? Qual África amamos? Qual África conhecemos? [...] (FONSECA, 2007, p.05)

INTRODUÇÃO

Tomando como ponto de partida as questões supracitadas pode-se, explícita e implicitamente, constatar que são várias as “Áfricas” vividas e retratadas tanto em estudos, livros, revistas e na mídia no geral, são várias as que se buscam cotidianamente tanto pelos africanos bem como pelos afro-diasporicos e ainda aqueles que para além de seus traços, fenotípicos e/ou genotípicos, possuem algum vínculo afetivo, acadêmico ou praticam religiosamente cultos associados aos povos do velho continente.

Para Mia Couto (2013), a África presente no imaginário e no cotidiano dos brasileiros, seja qual for sua origem étnico-racial, é folclorizada - condenada por destino a pobreza, conflitos permanentes, ignorada pelos deuses do cristianismo e ao mesmo tempo repleta de outros deuses, para além daqueles que as religiões oficiais implantaram. Ainda que estejamos em pleno século XXI, as instituições de ensino brasileiro, incluindo as universidades, continuam alheias a esse mundo tão ignorado e por isso desconhecido. O que faz com que prevaleçam ideias pré-concebidas que nos

remetem a uma África sofrida – retrato da mídia - objeto de invenções, de construções estereotipadas, estigmatizantes e preconceituosas, sobretudo na literatura colonizante e colonizadora cristalizando verdades e influenciando modos de pensar e agir em relação aos negros/as e/ou africanos/as.

Para preencher tamanha ausência ou negligência no sistema educacional, o governo brasileiro aprovou a lei 10639 de 2003 na qual se depositou a fé no resgate do passado histórico dos afro-brasileiros vislumbrando-se uma possibilidade de reencontros ou restabelecimento de vínculos identitários entre africanos e afro-brasileiros ainda que se desconheça qual das áfricas teria relevância pedagógica para dar amparo a esse vazio de memória ou ajustes com o passado. Em nosso entendimento, a existência ou vontade de se constituir um projeto educacional multicultural é de extrema importância no respeito da diferença e da diversidade e principalmente no mundo em que vivemos. A aldeia global a qual vivemos exige igualmente que o debate sobre a cultura dos povos tenha a verdadeira dimensão universal.

Nesse contexto, o exercício pedagógico de transmissão das histórias ocultas de povos colonizados transcende a complexa expectativa de encontrar conexões com o passado, ou seja, o ensino da história da África não deve ter o fundamento no retorno às origens, mas sim numa possibilidade de se dar a conhecer outras realidades e outros saberes outrora silenciados pelas circunstâncias históricas e geopolíticas (PELÚCIO, 2012)¹ por forma a encontrarem-se zonas de contato para reflexões em perspectivas contra-hegemonicas que se distanciem das preestabelecidas pelas sociedades ocidentais e que se revelem como contributo dos povos subalternos para uma humanidade melhor.

Certamente, para a lei supracitada a África continua sendo essencializada - una e indivisível - e ignorada do ponto de vista da sua diversidade étnico-racial. Importa frisar que a diversidade cultural dos povos africanos esta amplamente marcada por uma pluralidade étnica, racial, religiosa,

¹ Importa realçar aqui a experiência da autora Larissa Pelúcio de nacionalidade brasileira que descreve o contexto das ausências de determinados povos no cenário de ensino aprendizagem brasileiro: “Foi também nos bancos escolares que aprendemos que as teorias produzidas em determinados lugares geo-históricos e escritas em línguas como inglês, francês e alemão, são mais “avançadas” e possuem um valor universal incontestável, servindo para descrever realidades diversas e falar de ciência com a mesma propriedade com que se faz poesia. [...] É compreensível que nossas alunas e alunos, muitos deles vindos das classes média e média alta do Brasil, tenham dificuldade de se pensarem como “os outros.” (PELÚCIO, 2012, p. 397-398).

política mesmo no interior de cada país e tem sido considerado principal obstáculo na construção da identidade nacional e dos Estados pós-coloniais majoritariamente considerados étnicos o que tem propiciado disputas que, significativamente, desembocam em conflitos armados interétnicos (KI-ZERBO, 2009).

A ideia de empreender este esforço de entender a África presente nos diálogos entre africanos e seus interlocutores de raça negra – afro-brasileiros – é resultante de interações que ocorreram no espaço acadêmico e em circunstâncias extracurriculares, especificamente, em algumas regiões do interior do Estado de São Paulo por onde transitei na vigência do convenio educacional PEC-PG (Programa Estudante Convênio de Pós Graduação). O propósito é discutir alguns elementos da linguagem presentes nesses diálogos que reiteram o binarismo (bárbaro*civilizado versus atrasado*evoluído), uma lógica da cultura colonial que se mantém presente na atualidade e que expressa distanciamentos entre dois grupos, aparentemente, semelhantes. Em momentos, contextualmente, justificáveis se aceitam como iguais enquanto recurso político para legitimar suas práticas de militância, religiosa e/ou beneficiar-se de políticas públicas e outros, como diferentes destacando-se, hierarquicamente, e reivindicando para si uma negritude de superioridade ou distinta.

Aqui encontramos um dos efeitos diretos da colonização, pois a expressiva diáspora africana não guarda em si apenas similaridades como também múltiplas divergências que se revelam revitalizadoras de um ato em que a própria vítima é também autora e não se reconhece como tal fato constatado há várias décadas: “O negro tem duas dimensões. Uma com seu semelhante e outra com o branco. Um negro comporta-se diferentemente com o branco e com outro negro. Não há dúvida de que esta cissiparidade é uma consequência direta da aventura colonial [...]” (FANON, 2008, p.33).

Diante de experiências pessoais vividas, fora de meu país, à segunda dimensão da qual o autor não desenvolve na sua obra *Peles negras mascaradas brancas*, é a que pretendo retratar no presente artigo, sobretudo nos aspectos divergentes em que se busca estabelecer fronteiras e delimitar os aspectos de ordem identitária. Ainda que o autor não tenha dado a devida atenção ao assunto é possível reter no seu raciocínio a seguinte reco-

mendação: “Um estudo deveria ser dedicado à explicação das divergências que existem entre antilhanos [*diáspora negra*] e africanos. Talvez o façamos um dia.” (FANON, 2008, p.31).

Se retomarmos a história da colonização europeia veremos que esta relação hierarquizada entre africanos e a diáspora negra tem lá o seu respaldo. A administração colonial, em vários países do continente africano, atribuía aos negros da diáspora funções de seu imediato colaborador ou auxiliar. Um tratamento diferenciado que os colocava numa posição de superioridade em relação aos negros africanos. A relação entre ambos, desde essa época, passou a ser estruturada a partir dessas posições em que os mais próximos do colonizador se viam superiores e os mais distantes como inferiores de todos. Sentiam-se diferentes dos demais colonizados desencadeando comportamentos diversos de negação de si como é possível constatar neste relato:

Conhecemos no passado, e, infelizmente, conhecemos ainda hoje, amigos originários do Daomé [Benin] ou do Congo que declaram ser antilhanos. Conhecemos no passado e ainda hoje antilhanos que se envergonham quando são confundidos com senegaleses. É que o antilhano é mais “evoluído” do que o negro da África: entenda-se que ele está mais próximo do branco; e esta diferença existe não apenas nas ruas e nas avenidas, mas também na administração e no Exército. Qualquer antilhano que tenha feito o serviço militar em um regimento de infantaria colonial conhece essa atormentante situação: de um lado, os europeus, os velhos colonos brancos e os nativos; do outro, os infantes africanos. Lembro-me de certo dia, quando, em plena ação, o problema era destruir um ninho de metralhadoras inimigo. Por três vezes os senegaleses foram enviados, e três vezes rechaçados. Então um deles perguntou porque os toubabs [europeu ou branco] não iam. É nesses momentos que o antilhano não sabe ao certo se é toubab ou indígena, mas não considera a situação preocupante, pelo contrário, a considera normal. Só faltava essa, sermos confundidos com os pretos! [...] eles são mais selvagens do que nós (FANON, 2008, p.40-41).

A situação retratada aqui descreve o cenário de relações entre africanos e afro-diasporicos na França na década de 1940-50 sendo de destacar o contexto de combate militar em defesa do país colonizador em que negros provindos das colônias representavam o exército Francês, em plena segunda guerra mundial. Uns na infantaria, praticamen-

te, com menos possibilidade de sobrevivência mera carne de canhão e os demais numa posição relativamente favorável sendo a linha intermediária entre a base da pirâmide e o topo da hierarquia militar composto pelos franceses brancos.

Contudo, o dialogo é travado num momento posterior em que alguns como Frantz Fanon (antilhano) e Leopold Sédar Senghor (senegalês), participantes na guerra e após o fim decidiram ingressar para a o ensino superior francês. Embora fossem universitários, minimamente informados, para eles ser negro-africano era estritamente desconfortável, corpo em que ninguém queria estar, pois não havia positividade nenhuma. Para os africanos, estar no meio dos afro-diasporicos para ser confundido como tal tornava-se principal estratégia de enfrentamento a discriminação. Para os antilhanos, distanciarem-se destes, para não se inferiorizarem era também vista como a saída do problema. Ambos negros porem o estar próximo um do outro possuía efeitos diferentes. Para uns a ascensão e para outros a depreciação diante dos olhares europeus. Em suma, a autonegação se destaca entre as principais escolhas de superação a discriminação e, simultaneamente, desencadeia outros processos discriminatórios inter-raciais entre os excluídos remetendo aos negros africanos a um duplo racismo.

Estas manifestações de auto inferiorização através da condição fenotípica não foram verificadas apenas na diáspora negra como também eventos semelhantes são comuns na África de hoje. Parte significativa dos nativos desacredita a governação do negro que desde as independências, em substituição ao branco-colonizador, não conseguiu transformar a liberdade em bem estar social e econômico assistindo-se, gradativamente, um declínio das condições de vida e do funcionamento das instituições do Estado. Esta forma de ver e interpretar o mundo faz com que os africanos, ainda hoje, vejam nos brancos-estrangeiros como a salvação dos problemas e o negro a decadência, a incompetência e a ignorância. Esta autoflagelação que parte de essencialismos mantendo a superioridade de uns como os portadores da razão, salvação e desenvolvimento e os outros como eternos serviçais. Esta forma de pensar se na linha de análise designada por afro-

-pessimismo² principal fator que condiciona o não retorno dos intelectuais e acadêmicos africanos para o continente, o desenfreado movimento migratório de africanos para Europa em condições penosas, o retraimento do investimento estrangeiro bem como do entendimento da África como o lugar das trevas. Esta descrença sobre o território africano e seus nativos como “condenados da terra” vem sendo defendida desde a era colonial. O que per si reiteram o entendimento de que a Europa é o terreno das possibilidades diferentemente da África ou outros espaços terceiro-mundistas que se encontram num tempo primitivo.

Ainda no continente africano e do ponto de vista racial o arquipélago de Cabo-Verde, é um exemplo emblemático da rejeição de ser negro. Um país resultado da exploração comercial colonial europeia onde o tráfico e tráfego negreiro deixou marcas bem visíveis do ponto de vista populacional. Antes um conjunto de ilhas despovoado em que foi constituída a base de apoio logístico ao processo de exportação de escravos através do Atlântico. Nela permaneciam e transitavam escravos e escravas bem como colonizadores europeus de diversas nacionalidades até que desse encontro emergiu um povo negro e mestiço. As discussões sobre sua negritude ou africanidade não cessam, resultando no movimento intelectual *claridade* que por algum período lançou as bases teóricas justificando-se portadores de traços e civilidade européia. A ideia de que as origens geológicas da ilha eram distantes da África são reforçadas e defendidas como forma de se distanciar ou ignorar sua maternidade africana, pois seus nacionais são resultantes das relações forçadas entre as escravas africanas e os colonizadores (PEREIRA, 2011). Ainda atualmente os cabo-verdianos retomaram

² Há inúmeras divergências em torno da temporalidade a que o termo se refere. Inicialmente, o colonizador colocou o cristianismo como fator de salvação dos nativos africanos, havia que batiza-los para retirá-los das trevas e dar-lhes a luz como se não cultuassem alguma religião fato que foi se arrastando ao ponto de indivíduos renomados no campo da literatura, medicina, antropologia e filosofia fundarem seus discursos nessa lógica da inferiorização da África e do negro. O exemplo emblemático do filósofo alemão Hegel ao considerar como um lugar sem razão e logo sem história e sem liberdade havia que levar a ciência ou a escrita para retirá-los da ignorância e, ainda no contexto das independências, os Estados se mergulham em várias crises algumas geradas por esse processo todo que desestimulava tanto parcerias internacionais e investimento no sentido de que não há o que obter da África se não prejuízos. Uma época em que o continente era predominado por “ONG’s” humanitárias internacionais. Nesse contexto, o termo transita entre o discurso religioso, político e científico e, ficou amplamente difundido na área das relações internacionais desde a década de 90 e se refere “A ideia [...] que todos os males de hoje adviriam, então, de um pecado original, [...] É esse o raciocínio que amarra a reconstrução do passado a um presente infértil, [...] que vigorou até pouco e que ainda persegue mentes cultas e especializadas [...] em vários centros de estudos estratégicos no mundo, mesmo no Brasil.” (SARAIWA, 2015 p.39). O termo significa basicamente a descrença sobre o desenvolvimento da África;

o debate no contexto das relações internacionais solicitando sua inclusão aos Estados membros da comunidade dos países da união europeia como uma via para se esquivar das adversidades que assolam o continente e garantir novas e positivas parcerias rumo ao desenvolvimento. A sua bandeira nacional espelha de forma clara essa intenção de querer ser de outro lugar.

Em ambos os continentes e ocasiões distintas continuam patentes os resquícios da colonização mobilizando debates para legitimar a incapacidade racional do negro, o estranhamento entre indivíduos da mesma raça e igualmente com o lugar – África – do qual todos pretendem se distanciar ou aproximar quando assim convém. Embora racialmente semelhantes não se pode falar de povo negro – proposta dos entusiastas do movimento pan-africano e negritude - que antes tinha validade enquanto unidade política e intelectual em oposição à colonização europeia e branca. A categoria raça perde a sua eficácia enquanto elemento fundante de uma concepção identitária ancorada em pressupostos biológicos, rígida e essencialista do ser negro ou africano.

Conforme Stuart Hall: (2011, p.12-13).

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, esta se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. [...] o próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. [...] a identidade torna-se uma celebração móvel; [...] é definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas [...]. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções.

Para Fanon (2008) a discriminação do negro contra o negro é um exemplo da forma de narcisismo no qual os negros buscam a ilusão dos espelhos que oferecem uma reflexão distorcida do seu ser e lhe dá certa ideia de superioridade perante aos demais semelhantes. Estes elementos são comuns aos africanos no Brasil que se vem quase que, cotidianamente, imersos numa realidade discriminatória da qual parte significativa das vezes é vista como propiciada pelo olhar branco, mas a realidade é demasiadamente assustadora porque a mesma prática é reforçada por algumas

pessoas de quem menos se espera constituindo-se assim numa realidade complexa e ilustrando a permanência do racismo numa vertente que envolve subjetividades no qual indivíduos de mesma cor não se vêem como iguais recorrendo a demarcadores de diferenças usados, há vários séculos, pelo poder colonial.

AFRICANOS E A DIÁSPORA NEGRA: DIÁLOGOS NO ESPAÇO ACADÊMICO E OS RIMÓRDIOS DO DEBATE PÓS-COLONIAL

Com o nosso olhar atento nas Américas, continente que recebeu parte significativa da população negra, na vigência da colonização, procuraremos localizar as discussões teóricas sobre o diálogo entre os africanos e afro-diasporicos. A ênfase será dada aos afro-brasileiros e as discussões no espaço acadêmico onde várias interações entre ambos os grupos aconteceram e que repercutiram no enfrentamento dos problemas resultantes da inferiorização do negro imposto pela colonização a partir de produções literárias, movimentos sociais, entre outros buscando caminhos para se pensar a partir de corpos, lugares e saberes menos privilegiados.

Segundo Ralston e Mourão (2007) as relações históricas entre os africanos e as suas diásporas se arrastam desde século XIX e tem o seu epicentro nos EUA. A iniciativa partiu da juventude negra intelectualizada que buscou construir um discurso que possibilitasse a união entre os de raça negra bem como a tomada de autoconsciência dos negros para que se assumissem como tal. Nesse contexto, vários debates foram travados em torno da liberdade e igualdade dos negros perante os outros indivíduos. Um tema que aglutinou interesses comuns entre os africanos e a sua diáspora. A raça constituía principal demarcador da diferença entre o colonizado e o colonizador e por esse motivo as discussões ignoravam as fronteiras geográficas e todos os outros elementos de distinção considerando o povo negro todos aqueles que vivenciavam a experiência colonial confirmando-se a importância, durante este período e contexto, dos aspectos biológicos na construção da identidade do negro, ou seja, a primeira etapa da luta contra a colonização europeia foi a racialização dos movimentos emancipatórios. Segundo Avtar Brah ((2006, p. 336):

O conceito de negro foi mobilizado como parte de um conjunto de princípios e ideias constitutivas para promover a ação coletiva. Como movimento social, o ativismo negro tinha como alvo gerar solidariedade; ele [...] supunha que todos os membros das diversas comunidades negras inevitavelmente se [identificassem] com o conceito em seu uso [...].

A África movia assim os sonhos da sua diáspora por diversas partes do mundo um sentimento que enaltecia os vínculos com o continente, através de um olhar preocupado de seus descendentes que desejavam poder modificar o curso da história e ser sujeito dela. Este intercâmbio se caracterizou de diversas formas e fases, designadamente:

De 1880 a 1935, os laços entre africanos e negros americanos foram essencialmente de cinco tipos: a) movimentos de retorno dos negros a África [...] da América do Norte, [...] das Antilhas e do Brasil – para diversas regiões da África [...] b) evangelismo americano, com a ida de missionários afro-americanos para a África a fim de propagar o Evangelho; c) [...] corrente de estudantes africanos que se matriculavam em escolas e universidades americanas para negros; d) pan-africanismo, revestido de diversas formas (conferências, criação de organismos, atividades educativas, literárias e comerciais), que puseram africanos em contato com o mundo negro das Américas e contribuíram para influir na evolução da África colonial; e) persistência e transformação dos valores culturais africanos na América Latina e nas Antilhas. (RALSTON; MOURÃO, 2007, p.875-876).

Como se pode notar as relações entre estes reconfigurava o sentido das migrações. Por um lado, os afrodescendentes na diáspora iniciavam um novo fluxo tomando o caminho de volta para países como Libéria, Etiópia, Benin, Nigéria, Togo e Gana para atuarem nos setores de comércio e impulsionarem o desenvolvimento naqueles países. Por outro, assistiu-se também a saída de africanos do continente por motivos diferentes da escravidão, pois eram migrações voluntárias para estudarem nas universidades americanas motivados pelas igrejas evangélicas que impulsionavam os debates sobre a liberdade e o papel da educação na formação de uma consciência emancipatória:

igrejas negras dos Estados Unidos incentivaram estudantes da África central britânica e da África ocidental a frequentarem suas escolas, concedendo-lhes muitas vezes ajuda financeira. A permanência desses

estudantes no outro lado do Atlântico abriu caminho a uma nova e importante fase da interação entre africanos e afro-americanos durante o período colonial, que teve profundas consequências para os movimentos nacionalistas negros de meados do século XX (RALSTON; MOURÃO, 2007, p.891).

É a partir do espaço acadêmico que as interações entre os africanos e a sua diáspora se acentuam e se institucionalizam dois grandes movimentos numa primeira fase, o pan-africanismo com origem nos EUA cujos desdobramentos geram, posteriormente, a negritude (pan-africanismo cultural) na França. Obviamente, os registros indicam o aparecimento de diversas frentes e organizações engajadas com projetos emancipatórios dos negros, porém a literatura enquadra-os como decorrentes destes dois movimentos culturais, intelectuais e, sobretudo políticos constituídos pelos africanos e a sua diáspora. Ambos os movimentos impactaram significativamente na conquista das independências dos países africanos como se pode constatar abaixo:

nos Estados Unidos durante o período colonial, os estudantes africanos criaram condições para uma nova relação entre sua gente e afro-americanos e entre eles próprios, que vinham de todas as partes do continente. [...], desde 1880 ate a segunda Guerra Mundial aumentou [...] o numero de estudantes africanos nos Estados Unidos e prolongou-se o tempo de contato entre grupos negros de um e de outro lado do mundo. Entre os [...] africanos que, [...] cursaram escolas norte-americanas, contam-se recentes chefes de Estado (tais como Nnamdi Azikiwe [*Quenia*], Kwame Nkrumah [*Gana*] e Kamuzu Banda [*Malawi*]) [...]. (RALSTON; MOURÃO, 2007, p.893).

Segundo Hans e Sokolsky (1968) o Kwame Nkrumah ao deixar os Estados Unidos em 1945, enquanto o barco passava pela estatua da liberdade, acenou seu olhar cheio de lagrimas e prometeu que não descansaria sem levar sua mensagem a África. Nkrumah influenciou o movimento independentista de seus pais – Gana - tendo sido a primeira colônia independente. Mesmo assim, não cruzou os braços e assumiu sua vontade de levar a liberdade para outros povos do continente o que lhe tornava o principal expoente do pan-africanismo em Africa. Embora se tenham conseguido alguns êxitos visíveis é importante frisar que tais resultados só foram possíveis graças ao

envolvimento de africanos e sua diáspora. No meio acadêmico, uma produção científica ganhava notoriedade visando legitimar seus discursos sobre si e desconstruir o caráter universal dos saberes etnocêntricos, hegemônicos que colocavam o negro - simplesmente assujeitado, mero objeto de estudo, dotado de todas potencialidades físicas e mais emotivo do que racional. A incontornável obra de Frantz Fanon decorre desse contexto, sob o guarda-chuva da negritude (Pan-africanismo cultural) então proposto por Aime Cesaire (Antilhano) e Leopold Sedar Senghor (Senegalês) desvenda que a emancipação do negro não reside apenas na ruptura com a tutela político-administrativas dos países europeus, mas sim e, fundamentalmente, exige a descolonização das mentes e dos saberes.

Decorre deste entendimento que a descolonização deveria produzir *homens novos* com outra mentalidade. A elevação do capital cultural dos colonizados através da sua inclusão ou participação no espaço acadêmico é uma dessas possibilidades. O que permite afirmar que a liberdade ou emancipação se alcançaria a partir de determinadas formas de colonização, aculturação ou dominação dentro do espaço escola.

No meio acadêmico, africanos e afro-diasporicos, sobretudo os provenientes de colônias anglofonas e francófonas confrontaram-se, novamente, com o dilema da colonização dos saberes quando frequentavam o ensino universitário Francês. Ainda que tenham sido provenientes de classes privilegiadas – *assimilados* – viram-se triplamente subalternizados. Primeiro pela condição de colonizados, segundo pelo racismo e terceiro pela ausência de suas sociedades nas discussões tratadas em sala de aula – eram impedidos a se pensarem como franceses ou britânicos, etc. Conforme ilustra a experiência relatada pelo historiador de Burkinabe:

Fiz todos os meus estudos no âmbito francês, com manuais franceses. Não havia nada no programa que tratasse da África. [...] na universidade, fiz todos os meus estudos sem uma referencia a historia da África, salvo de modo superficial, em relação á historia europeia, para assinalar o papel da África durante o trafico dos negros, [...]. Pouco a pouco, essa exclusão foi me parecendo uma monstruosidade. Ao estudar a idade media europeia e o período contemporâneo, tive vontade de conhecer a historia africana. [...] sua ausência nos doía e nos deixava sequiosos. O desejo de exuma-la, de me envolver nela, nasceu dessa contradição. [...] despertou meu interesse pela historia africana foi o fato de nossos colegas [...] como os poetas Aime Cesaire, Leopold-Sedar Senghor [...] terem apresentado

um olhar alternativo [...] sem complexos que respondia o desprezo com um desafio. (HOLENSTEIN; KI-ZERBO, 2009, p.14-15).

Experiência semelhante foi vivida por Fanon que viu seu projeto de pesquisa ser recusado sendo obrigado a dar outro enfoque na abordagem do seu objeto de estudo enveredando por estudar questões que não eram de seu interesse para cumprir com os pré-requisitos de conclusão do seu curso de graduação.

Embora a presença de estudantes dos países africanos nas universidades brasileiras tenha se iniciado em 1974 com a fixação das representações diplomáticas de diversos países africanos que acabavam de se constituir após as independências políticas (SARAIVA, 2007), os problemas vivenciados em épocas anteriores continuam persistindo no espaço acadêmico amplamente marcado por discussões centradas em contextos distantes da realidade dos países africanos e por vezes do próprio Brasil.

Esta realidade faz com que os estudantes africanos se vejam várias vezes desamparados na busca de referenciais teóricos para desenvolvimento de suas pesquisas. Quase sempre se associam, afetivamente, aos NEAB's (Núcleos de Estudos Afro-brasileiros) e demais núcleos negros ou afro-brasileiros de pesquisa com enfoque nas relações raciais e com presença destacável de pesquisadores negros, para dar seguimento aos seus trabalhos. Parece um recuo no tempo quando os movimentos negritude bem como os africanos e afro-diasporicos dialogavam sobre e entre si como se a questão fosse de ordem exclusivamente racial. Nestas experiências o monólogo tem sido persistente e, em algumas ocasiões, dominado pela visão unificada, racializada e religiosa sobre o continente. Outras vezes polarizado pelos africanos que os transformam em espaços acadêmicos-culturais que tem conduzido a inúmeros eventos sobre o continente africano que culmina com celebrações envolvendo gastronomia, festas, moda e danças típicas que decorrem um pouco pelo Brasil inteiro, anualmente, no mês de maio.

O espaço acadêmico o qual deveria ser o universo de discussões diversificadas e inclusivas dos diversos povos de forma desinteressada ou apolítica se revela como sendo o lugar onde se cristalizam pensamentos e práticas preconceituosas e estereotipadas sob a máscara de uma institui-

ção isenta de qualquer forma de discriminação e onde se cultivam saberes humanos e humanizantes. Neste espaço a África continua ausente e sendo vista apenas de joelho, esmolando espaços de aculturação para seus nacionais, na esperança de que tais experiências adquiridas possam gerar uma mudança significativa no seu desenvolvimento. É a possibilidade de que seus cidadãos tem de se colocar em pé de igualdade nas disputas pelas oportunidades de emprego que tem vindo a ser geradas pelas transnacionais que concorrem na extração de minérios e demais riquezas no solo africano.

Aos olhos de alguns afro-brasileiros estamos tomando um lugar que por direito é deles e equivocadamente consideram a vinda de africanos não como decorrentes de acordos de cooperação internacional, mas como política de cotas para negros estrangeiros. O Brasil passa a ser visto com um país que privilegia os negros estrangeiros e não os nacionais. Para os demais brasileiros um país que beneficia bolsas aos outros em detrimento dos nacionais um entendimento que jamais é colocado quando se trata de Franceses, ingleses, Japoneses, Austríacos, Espanhóis, Argentinos beneficiários do mesmo acordo.

Obviamente, como africano me causa certa estranheza estar numa sala de aulas onde os poucos negros presentes nesse processo sejam apenas estrangeiros revelando-se explicitamente que uma política racial e de classe orienta o acesso à educação no Brasil (PELÚCIO, 2012). Esse fator pode ter propiciado a ausência de afro-brasileiros no cenário de discussões travadas no meio acadêmico em prol da emancipação dos negros. Tanto no pan-africanismo como no movimento negritude são raras as menções a afro-brasileiros participantes do movimento. As poucas produções literárias que se encaixam na linha da negritude são tardias, datam de 1960 com autores como Solano Trindade e Oliveira Silveira vislumbrando-se de certo modo uma inércia dos movimentos negros brasileiros em aderir às propostas de internacionalização dos movimentos emancipatórios negros na academia.

Parte significativa dos africanos também esteve ausente desse debate devido a sua condição de sociedades ágrafas, menos alfabetizada fazendo com que as várias frentes de resistência em busca da autonomia político administrativa na vigência do colonialismo fossem menosprezadas enquanto portadoras de um sentido emancipatório dando-se principal

relevo aos movimentos intelectuais na diáspora como principais protagonistas devido a capacidade de ordenamento de discursos para confrontar os saberes canônicos e cartesianos europeus. A valorização da capacidade de refletir e criticar a realidade social de seus países sob controle colonial revitaliza a crença de que é na razão – no intelecto – que esta a liberdade do indivíduo.

Certamente, a luta contra o colonialismo produziu certa reviravolta nos saberes e conduziu-nos a independência política. Contudo, o pós-colonial continua insuperável sendo necessário retirar de dentro de nós o arcabouço de conceitos, metodologias e categorias que sustentaram a crítica ao colonialismo, mas que até hoje controlam o nosso ser, mesmo se demonstrando desajustadas para a resolução dos problemas concretos dos países do terceiro mundo, após a descolonização. Continuamente, os Africanos e afro-diasporicos permanecem localizados na base da pirâmide social como se não estivessem fazendo algum esforço para dela se livrar. É necessário ter coragem de admitir que ainda não conseguimos produzir uma nova gramática para a superação dos problemas pós-coloniais nas ex-colônias.

AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS: DIÁLOGOS EM EVENTOS CULTURAIS E ACADÊMICOS

Nesta parte, descrevo as minhas curtíssimas experiências em espaços de interação, extracurriculares, com afro-brasileiros no interior do Estado de São Paulo. A primeira situação me ocorreu quando presenciava a apresentação de uma palestra sobre o dia de África, numa cidade do interior do Estado de São Paulo. Chegado ao local à sala estava repleta de afro-brasileiros que acorreram ao local em número expressivo e, sem dúvidas, em busca de respostas em torno de suas inquietações sobre as origens.

No meio dessa multidão de espectadores uma senhora de idade procurou saber sobre as religiões em Moçambique, país africano da nacionalidade do palestrante que, seguidamente, a respondeu que existem várias dentre elas o cristianismo e o islamismo e não enumera nenhuma das que a interlocutora, ansiosamente, esperava ouvir – as nativas – que são religiosamente preservadas no Brasil como herança das comunidades africanas

provenientes desse continente em tempos de escravidão. Esta dúvida perpassa a mente de muitos afro-brasileiros que muitas vezes por terem certeza de sermos africanos já chegam convidando para participar de um culto de *Candomblé* ou de *Umbanda* ou mesmo questionando sobre a nossa religião deixando implícita a ideia de que o fazem apenas para confirmar sua dedução: O *Candomblé* vem de África logo, quem vem de lá é praticante.

Para além dessa ideia previa sobre a religiosidade dos africanos, a pergunta demonstra outra preocupação o querer entender como os africanos valorizam as “suas” práticas religiosas nativas. De certo modo, se relaciona com a questão do pós-colonial. Será que foi superado ou trata-se da continuidade, em outras formas, do processo civilizatório europeu fortemente alicerçado na evangelização que preconizava levar a religião cristã, por meio dos missionários, para as comunidades africanas. Um mecanismo de purificação que impunha que estes rejeitassem seus costumes e demais práticas religiosas locais em favor do cristianismo. Segundo afirma Arcenio Cuco (2013, p. 32) “para os [colonizadores], o missionário era o único capaz de inflamar a imaginação do homem selvagem, de amolecer o coração do bárbaro, e de obrigar um e outro a quebrar todos os vínculos dos seus costumes, e preocupações para se lançar a vida civilizada”.

Deste entendimento pode-se afirmar que, implicitamente, a interlocutora está segura que o africano (moçambicano) diante de si é fruto de uma política de branqueamento. O que faz com que ele não tenha consciência ou conhecimento de sua religiosidade originária remetendo-nos a ideia de que a religiosidade, para os afro-brasileiros, é um campo de lutas políticas sendo inconcebível, para alguns, que um africano possa ser evangélico (ou católico). Este fato justifica, até certo ponto, a impossibilidade de interseção de religiões e expressões culturais africanas no Brasil. No caso de Moçambique, país do qual partilho a nacionalidade com o interlocutor desta acesa discussão, o que se assemelha a religiosidade afro-brasileira é considerada como uma prática costumeira que de forma alguma disputa espaço com as demais. Parte significa das pessoas as exercitam, simultaneamente, com as religiões formalmente estabelecidas sejam elas praticantes do cristianismo ou islamismo entre outras impostas de fora. Importa reter que o processo de evangelização imposto pelos governos coloniais no continente africano exigia dos missionários um envolvimento com a cultu-

ra local para ampliar as possibilidades de convencer os nativo-africanos a prática das religiões formais e obviamente assistiu-se uma transferência de instrumentos e canções nativos para o culto. Algo inconcebível dentro do contexto brasileiro.

Posteriormente, já indignada – a afro-brasileira - em ver suas expectativas descorarem-se, não se deixou convencer com a resposta e, persistiu na sua questão procurando saber por que o palestrante (Moçambicano) não enumerou as religiões africanas. Seguidamente, enfatizou ainda que elas são muito importantes e que ele não as deve desvalorizar, mas sim assumi-la com muito orgulho. Alguns dos estudantes africanos presentes no evento e que participam do circuito de eventos e dos espaços afro-brasileiros na cidade, comentaram no final da palestra que questões desta natureza têm sido comuns nesse tipo de eventos. Reiteraram que há certa insistência em compreender não somente a religião como também questões ligadas à música, à dança e ao desporto naquilo que tem de comum e que transcendam a exclusão tecnológica, o analfabetismo e a pobreza.

Entre tantos eventos participados foi comum o afluxo massivo de mulheres negras com idade elevada que, posteriormente, reagem com certo desagrado quando os palestrantes-africanos demonstram-se distantes da realidade mítica mantida em espaços religiosamente preservados por algumas comunidades afro-brasileiras. Num primeiro momento tal desapontamento pode ser entendido como se de fato desprezássemos tais rituais. Num segundo momento pode ser compreendido que o lugar sobre o qual a afro-brasileira ouvira histórias, com seus antepassados, não é mais o mesmo e que nos 500 anos de colonização se destruíram parte significativa das referências culturais nativas permitindo que as identidades sejam postas em causa. O passado que se mantém nos seus imaginários e memória se desfazem ou se desmancham como se tudo que praticasse não tivesse suporte algum na sua fonte, ou seja, há certo esvaziamento em outras palavras diria que escasseiam os lastros do passado que unem esses dois povos.

Um terceiro cenário remete a pensar que esse grupo de jovens alfabetizados, majoritariamente de proveniência urbana é fruto de políticas pós-coloniais dos Estados africanos. Com a descolonização exigiu-se desde início a rompimento com o passado em prol de um projeto de desenvolvimento ancorado no maior acesso à escolarização nos moldes europeus bem

como a extinção ou harmonização dos particularismos étnicos em prol da construção de uma identidade nacional forjada pelos Estados-nação. Por conta desse processo, liderado pelas elites africanas com formação cultural europeia, e a influencia externa protagonizada pelo acesso, cada vez maior das tecnologias de informação, bens e serviços importados a desvalorização pelo local, pela tribo, pelo não alfabetizado em suma pelo tradicional, tornou-se uma realidade embora hajam focos dispersos de resistência. Parafraseando o historiador Burkinabe,

Somos forjados, moldados, formados e transformados através dos objetos manufaturados que nos vem dos países industrializados [...] com o que eles tem de carga cultural. [...] tudo o que é valor agregado é vetor da cultura. Quando utilizamos esses bens entramos na cultura daquele que o produziu. (HOLENSTEIN; KI-ZERBO, 2009, p.12).

Diante destes diálogos é notável que a colonização continua presente e a produzir efeitos nestes dois grupos. Por um lado, os africanos e por outro, os afro-diasporicos que mesmo com a mesma origem e raça se distanciam se auto rejeitam e se juntam enquanto *Bantu* ³. É como se ambos não tivessem história ou então por mais que tenham a consciência de um denominador comum sobre seu passado fica difícil re-estabelecer pontos de contato entre ambos.

Com base nesses fervorosos diálogos pode-se inferir que dos dois lados há uma busca incessante pela África e, igualmente, há uma África presente no imaginário dos afro-diasporicos que é movida de lembranças, narrativas e, sobretudo de certezas configurando-se num choque as respostas adversas de nossa parte enquanto africanos e como “portadores” desses valores. Enquanto africano a dúvida também me ocorre em entender de que África faço parte e que África é essa sobre a qual não nos sentimos contemplados enquanto nativos mais que move os afro-brasileiros na justificativa de que é a herança desse lugar que é desconhecido, desejado e amado que preservam cotidianamente.

³ Se refere a um grupo etnolinguístico localizado atualmente abaixo do deserto do Sahara englobando cerca de 400 subgrupos étnicos diferentes situados em diversos países pode-se afirmar que a maioria das etnias dos países africanos tem origem neste povo seguindo-se os Khoisan. A unidade desse grupo, pode ser notável através de determinadas praticas bem como de forma mais clara no âmbito linguístico, pois é nas centenas de variantes da língua materna que se identifica a origem da família linguistica bantu por exemplo: mandje, mate, mace (a primeira sílaba e a ultima vogal permanece todas elas significam água em três etnias diferentes que vem da mesma matriz bantu)

A palestra a qual me referi, anteriormente, ocorreu em meses de maio de 2010. Meses depois fomos convidados a participar de outro evento chamado “Baile do Carmo” que é um evento cultural que reuni parte significativa de afrodescendentes do Brasil inteiro e, sobretudo da região de São Paulo. Nela vivenciei a segunda situação. Novamente, a moldura humana de raça negra despertou minha atenção e, obviamente, diálogos se travam entre nós, afro-nativos e afro-diasporicos, os últimos quase sempre em busca de respostas em torno dessa África. Nessas conversas quase sempre sob formato inquisitorial as certezas sobre algumas verdades se apagam e isso desconcerta algumas pessoas pela contradição que a realidade contada se lhes apresenta e em silêncio suas expressões faciais manifestam um desalento. Contudo, esse desapontamento mexe com a nossa identidade. É como se não fossemos africanos, ou como se estivéssemos a falar de outra África. Embora exista uma África em cada um de nós elas parecem não mais se cruzarem ou ao menos caminharem para um permanente desencontro. Sem dúvidas isso gera certa estranheza parece uma brincadeira gerada para tirar do foco a centralidade do problema, para quando a África? Com ou sem consensos a África continua tão real desamparada pelos seus filhos que a disputam somente, ferozmente, para reclamar por políticas públicas ou ainda para se beneficiar de doações.

Ainda no decurso do evento, em jeito de suspeita um afro-brasileiro nos aborda no momento de confraternização e suspeitosamente afirma que os estudantes africanos que vêm ao Brasil, provavelmente, são preparados ou moldados para que quando questionados sobre a religião respondam que são cristãos ou então muçulmanos. Considera esse fato como parte do processo civilizatório europeu e da demonização ou inferiorização das práticas religiosas “africanas” dentre as quais o *candomblé*, ou seja, só fomos incluídos no processo de intercâmbio universitário por termos comprovado em alguma etapa do processo sermos assimilados ou culturalmente alienados. E, em tom de cochicho insiste que poderíamos nos organizar para estabelecer, secretamente, interações em outros espaços no sentido de que longe dessa tal vigilância, institucional-formal das universidades e das igrejas, pudessemos mostrar o que eles anseiam ou tem certeza de que somos portadores desse legado, em parte, supersticioso. Nesta conversa fica implícita a ideia de que, culturalmente, os estudantes africanos não são autênticos apenas meros reprodutores miméticos da cultura dos colonizadores e, portanto frutos da globalização e por isso distante de suas

tradições. Nesse sentido, só participa do cenário universitário um grupo de africanos privilegiados e despidos do conteúdo cultural que anseiam ver.

Um terceiro reencontro, entre nós, ocorre no evento “CONCLADIN⁴”. Novamente, encetamos novas e breves conversas sobre nossas origens *Bantu* e durante as palestras a questão central recaía sobre os discursos em torno das identidades e quase todos os palestrantes suas intervenções perpassavam, persistentemente, pela raça enquanto fator ou elemento que os distingue dos demais se confundindo muitas das vezes raça e etnia cuja indissociação parece nula nas abordagens dos pesquisadores brasileiros que adotam a categoria analítica aglutinadora ou hifenizada etnia-raça ou étnico-racial como se de fato se tratassem de conceitos com mesmo significado. Pode até ser contextualmente justificável, porém para os africanos a raça e a etnia são categorias diferentes e muita das vezes prevalece à última, particularmente, em seus países de origem consubstanciando-se num grande entrave na construção da identidade ou dos Estados nacionais após as independências. A categoria etnia envolve diversos segmentos raciais e rituais que distinguem uma das outras e simultaneamente dentro deles podem coabitar diversas formas de religiosidade como também predominar particularmente uma.

Igualmente, no interior do mesmo evento e em espaços informais outros diálogos se travavam entre os participantes. Constou-me que para além de pesquisadores e estudantes um número significativo de negros afro-brasileiros militantes que defendem a bandeira da igualdade racial muitos dos quais não estudantes acorreram no evento. Uns provinidos de movimentos sociais e outros de instituições organizadas em busca não somente da conquista de direitos como também de fortalecimento e reconstrução de suas identidades. Na fala de alguns de meus interlocutores provenientes de outros pontos das cidades do Estado de São Paulo retive o seguinte:

Somos amigas, viemos de outras cidades, [...] eu sou de Limeira e ela é de Prudente [...] não estamos a estudar quem sabe no futuro? [...] sempre viemos para cá para ver o CONCLADIN e a festa do Carmo [...] viemos em busca de conhecimento sobre a África [...] viemos saber pouco mais das nossas origens [...] e infelizmente não conseguimos nos encontrar no Brasil [...] a minha avó fala kimbundo e eu gostaria de aprender (A e B em conversas no III CONCLADIN, 19.05.2011).

⁴ Congresso do Centro das Culturas e das Línguas Africanas e da Diáspora Negra – UNESP – Araraquara (2011).

Como se pode notar resulta destes argumentos que os eventos quer sejam festivos ou acadêmicos que tenham como pano de fundo a autoafirmação dos povos negros envolvem uma massa enorme de afro-descendentes que os consideram de espaços vitais de manutenção de suas culturas, espaço onde poderão com liberdade expressar suas lutas e preservar memórias de seus deuses e heróis. Porém, em nosso entendimento esta ideia de se africanizar ou com ela se identificar pareceu-nos percorrer apenas a um segmento de afro-brasileiros, aparentemente, de movimentos políticos, pouco escolarizados e praticantes de religiões afro-brasileiras o que se relaciona também com o que nos deparamos nas ruas quando transitamos por ela. A simpatia dos mendigos conosco não é fruto do acaso, mas sim uma expressão resultante de um processo histórico colonial de categorização ou catalogação das pessoas e que espelha a hierarquização econômica, política, social, cultural baseado nas raças.

Enquanto, os mendigos nos cumprimentam de *mano* quando transitamos em praças no trajeto para a universidade, estranhamente, nos demais lugares como: campus universitário, avião, shopping mantém-se um silêncio ensurdecedor entre os nossos olhares poucos são, os afro-brasileiros, que acenam ou se aproximam, pois a maioria simplesmente, não fala e procura evitar algum contato.

A experiência de se estar fora de seu lugar e a percepção de que sua presença é incomoda nos coloca o desafio e comprometimento com outras causas para além das que nos motivou em estar no solo brasileiro. As circunstâncias impelem-nos a despir a capa étnica e dos nacionalismos para enveredar pela via de uma identidade militante marcada pela negritude e pela africanidade ambas com pouco relevo em nossos contextos políticos e sociais, mas que nos possibilita, na diáspora, tecer redes de unicidade e fortalecimento entre os demais nacionais dos países africanos a residir no Brasil para o enfrentamento do problema comum – o racismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sempre muito complexo escrever sobre as realidades as quais vivenciamos e buscamos extrair dela o melhor conteúdo para possibilitar uma reflexão séria e que, sobretudo permita a mudança do olhar sobre

determinadas questões como é o caso do racismo. Não existe racismo menor ou racismo maior. Tudo cabe dentro de uma prática discriminatória e repudiável. Certamente, que existirão aqueles que se recusarão em aceitar esta dura realidade – a presença do estigma racial no interior de um grupo aparentemente homogêneo. Ela é revelada que a dimensão psicológica é o seu ponto mais alto e onde há convergência desta prática tanto entre os brancos e negros. Como remover essa forma de agir e pensar de nossos cérebros é o que a humanidade ainda não conseguiu descobrir. Remédios faltam para curar as patologias da colonização, como sair desse buraco negro que o sistema colonial nos colocou? Como podemos enfrentá-lo? Que armas devemos usar?

Parece mais fácil inventar uma doença, mas a cura é sempre uma busca incessante. Mas do que procurar terapias é tempo para recuperarmos os métodos da psicanálise. Uma introspecção pode ser a saída deste mal, precisamos nos vigiar frequentemente para que esses falsos reflexos dos nossos múltiplos espelhos não nos forneçam as imagens distorcidas de quem nós somos. Os *apartheids* intra-racial, inter-racial e de qualquer forma tendem a ser recorrente em nossas sociedades, e nos encontrar quase sempre de surpresa quando com ele nos deparamos. Uma certa impotência e paralisia nos dominam a indiferença tem sido o caminho mesmo tendo certeza que, algum momento, ocorrerá novamente. Precisamos, urgentemente, abandonar esse mundo cindido que nos faz homens e sub-homens, mulheres e sub-mulheres, etc.

Nessa trama toda de autoinferiorização ou da inferiorização do *outro* a África continua ali no seu lugar vendo seus filhos partirem e nunca voltarem há mais de cinco séculos. Culparíamos a colonização ou fracasso do processo de descolonização. Se a descolonização não ocorreu para quando será o pós-colonial? Nossa experiência dá evidências claras que um pan-movimento negro ou de qualquer outro grupo subalterno estaria longe de acontecer e, portanto, não vale nem tentar dar unidade aos cacos e fragmentos dessa humanidade fragmentada em múltiplos interesses identitários em que impera o indivíduo e menos a coletividade.

Mesmo diante dessa adversidade caótica somos impelidos a não negar a nossa história. A busca pelo passado e a releitura das memórias precisam ser trazidas para o espaço acadêmico e, publicadas e debatidas,

para que nos reconheçamos como semelhantes. Tanto africanos como brasileiros – indígenas, negros, pardos, brancos - precisamos nos ver como vítimas do processo de colonização. Reproduzir essa lógica não faz de nós seres melhores ou superiores aos demais. Já dizia Fanon (1968) não adianta copiar o sistema colonial, não percamos tempo em mimetismos, se é isso que pretendemos com as nossas liberdades melhor deixá-los colonizar para sempre. Se quisermos ser livres precisamos sair desse buraco escuro que não permite ver os nossos reflexos e muitos menos autoreconhecemo-nos.

Em qualquer localização as áfricas continuarão sendo variadas em nossas memórias, imaginações e sonhos e se tivermos que disputar por ela não deve ser entre povos que tem lá seus ascendentes. Não é isso que ela espera de nós. É com todos aqueles que não se saciam de extrair dela sua máxima força, suas riquezas, empobrecendo milhares de pessoas que temos que enfrentar. As disputas pelo (in) autenticidades são meras retóricas que em nada alteram o curso da história do continente.

REFERÊNCIAS

- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 26, p.329-376, jan./jun. 2006.
- COELHO, P. M. P.; SARAIVA, J. F. (Org.). *Fórum Brasil-África: política, cooperação e comércio*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2004.
- CUCO, A. F. *Cultura jurídica e tradição: o conflito entre os usos e costumes tradicionais moçambicanos e a herança jurídica dos colonizadores*. 2013. 125f. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. (Original publicado em 1952).
- _____. *Os condenados da terra*. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (Original publicado em 1961).
- FONSECA, D. J. Relação Brasil X África: interpretações sobre a construção de uma identidade afro-brasileira e africana. *Revista Ethnos Brasil*, São Paulo: Ed. NUPE, ano V, n. 5, p.21-32, 2006.
- _____. Qual África. *Revista Ethnos Brasil*, São Paulo: Ed. NUPE, ano VI, n. 1, 2007.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

_____. Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite. In: _____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO ao Brasil, 2003. p. 101-130.

HARRIS, J. E.; ZEGHIDOUR, S.. A África e a diáspora negra. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Ed.). *Historia Geral da África VIII: África desde 1935*. São Carlos: Ed.UFSCar, 2007. p. 849-873. Cap. 23.

HOLENSTEIN, R.; KI-ZERBO, J. *Para quando a África?* tradução de Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

PELÚCIO, L. Subalternos quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. *Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 2, p. 395-418, 2012.

PEREIRA, D. A. *Das relações históricas Cabo Verde/Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

RALSTON, R. D.; MOURÃO, F. A. A. A África e o novo mundo. In: BOAHEN, A. A. *Historia Geral da África VII: África sob dominação colonial. 1880-1935*. São Carlos: Ed.UFSCar, 2007. p. 875-918. Cap. 29.

SARAIVA, J. F. *África no século XXI: um ensaio acadêmico*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2015.

DA COLONIZAÇÃO À CONTEMPORANEIDADE: DISCUTINDO A VIOLÊNCIA CONTRA POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Michele Carlesso Mariano

Franz Arnaldo Cezarinho

INTRODUÇÃO

*Nos deram espelhos e vimos um mundo doente
Tentei chorar e não consegui.
(Renato Russo, 1986).*

Dois de novembro de 2015, feriado nacional. Eu, um dos autores desse texto, estava com alguns membros da linhagem parental paterna em São Paulo. Fomos curtir o feriado numa cidade do interior chamada Paranapiacaba. Além de mim, havia mais cinco pessoas no carro, duas primas, uma tia, um tio e sua genitora. Decidimos sair cedo, pois era a primeira vez que estávamos indo para lá e não conhecíamos totalmente o caminho. Dirigimo-nos para Paranapiacaba muito contentes, brincando e dando boas risadas com os desencontros que o desconhecimento do trajeto nos acometia.

Depois de uma hora de viagem avistamos uma placa de trânsito sinalizando que faltava apenas quatorze quilômetros para o nosso destino. Na rádio, tocava uma música muito bonita e interessante. Eu e a prima mais velha cantávamos a letra inteira. Realmente é uma bela canção. De

repente, a tia pergunta o nome daquela música e eu, de imediato replico: Índios! A genitora do meu tio ficou nervosa e amedrontada, começou a olhar para os lados, enquanto o carro estava em deslocamento. Por alguns segundos todos/as ficamos calados/as Ela então me pergunta, onde estão? Eu juro que não compreendi, mas em seguida o tio diz sorridamente: “Mãe pensou que tinha índio aqui, ficou com medo de sermos atacados”. Eles/as começam a rir do acontecido e eu, fiquei sem reação.

Nosso desiderato nesse artigo é o de analisar e discutir algumas formas contemporâneas de violências física e simbólica contra povos indígenas no Brasil. Ademais, discutiremos o Projeto de Emenda Constitucional nº 215 que altera regras do processo de demarcação de terras indígenas no país, deixando-a sob os auspícios do legislativo federal e tangenciaremos o etnocídio/genocídio indígena que tem cada vez mais se multiplicado.

Para tal, faremos análise de conteúdo, entendendo-a como uma técnica de investigação que possibilita inventariar frequências de práticas e, com isso, determinar correspondências sobre o fenômeno (VALA, 1986). É dessa maneira que poderemos analisar o relatório da violência contra povos indígenas no Brasil do ano de 2014 e a Emenda Constitucional nº 215.

A violência contra povos indígenas nas Américas é um ato que se constituiu no processo colonial quando os europeus começaram a invadir territórios como forma de dominação. Propomos sugerir algumas reflexões que precisem o motivo da continuidade dessas violências contra os indígenas.

O trabalho está subdividido em cinco partes. Após esta introdução traremos os referenciais teórico-conceituais que amparam nosso olhar sobre a realidade investigada. Em seguida, será discutido historicamente o processo constitutivo do índio substancializado e a PEC nº 215. No quarto subtítulo serão analisados alguns pontos importantes do Relatório – Violência contra povos indígenas com os dados referentes a 2014. Fechando o trabalho faremos as considerações finais.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS PARA A COMPREENSÃO DO PROBLEMA

Antes de adentrarmos nos fatos empíricos que serão problematizados precisamos delinear o paradigma no qual nos alocamos para que fique evidente por onde estamos falando. Utilizaremos dois conceitos chave para o entendimento da violência étnico-racial contra os indígenas no Brasil. São eles: Colonialidade do Poder e Situações Coloniais. Colonialidade do Poder é um conceito desenvolvido pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (2000). Este conceito permite que percebamos as reminiscências das formas de dominação e opressão colonial operado nos planos material e subjetivo da existência social. Metodologicamente este conceito é difícil de ser operacionalizado, no entanto, por meio dele podemos constatar relações coloniais na contemporaneidade.

Quijano compõe o grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) formado na década de 1990 por intelectuais Latino-americanos. Esses/as teóricos/as radicalizaram o argumento pós-colonial evidenciando que a Colonialidade criou a modernidade. A Colonialidade sobrevive e se reproduz nas sociedades democráticas pós-coloniais (BALLESTRIN, 2013).

O processo de colonização que se efetivou nas Américas no século XVI trouxe consigo o homem/branco/heterossexual/patriarcal/capitalista/cristão. Se esses elementos forem desconsiderados não se poderá entender como as situações coloniais existem na contemporaneidade. “Por situações coloniais entendo a opressão/exploração cultural, política, sexual e econômica dos grupos étnicos/racializados subordinados por parte de grupos étnicos/raciais dominantes com ou sem a existência de administrações coloniais (GROSFOGUEL, 2008, p. 126-127). Esses dois conceitos nos levam a entender que a construção da ideia de raça foi fundamental para a constituição do processo de colonização e, além disso, mesmo com o fim da colonização político-jurídico dos Estado-Nações a Colonialidade ainda se impõe e a raça continua sendo um dos elementos mais importantes.

Esses conceitos ajudam a construir uma lente que possibilite enxergar as várias violências contra os povos indígenas, desde a invasão de suas terras, patologização de suas práticas, expropriação da cultura e espiritualidade, adequação ao trabalho capitalista e o etnocídio/genocídio que vem ocorrendo sobre os mesmos.

DO ÍNDIO SUBSTANCIALIZADO AO SUJEITO HISTÓRICO PORTADOR DE DIREITOS

Qual era a realidade do território que hoje corresponde ao Brasil há aproximadamente 500 anos atrás? Estudos antropológicos estimam que a população indígena nesse período era de até 10 milhões¹ de indivíduos, falando mais de 1.300 línguas. No entanto, ao imaginário popular, parece que somente após o descobrimento – já que do ponto de vista indígena está mais para invasão - começou a história do Brasil. Isso é um discurso do dominador.

O acervo simbólico acerca dos povos indígenas é construído através das informações que chegam até nós por meio de imagens e textos e foi assim desde o momento em que o europeu chegou ao continente americano. Ao se depararem com os nativos, surgiu nos colonizadores a necessidade de compreendê-los enquadrando-os em seu modo de ver o mundo, diga-se, o mundo ocidental. Daí apareceram relatos de exploradores com descrições dos povos e seus costumes das terras do Brasil, sendo que o primeiro foi realizado pelo escrivão Pero Vaz de Caminha em 1500, comparando os indígenas aos habitantes do Éden. Nota-se isso na carta ao Rei D. Manuel, cujas impressões sobre os índios são descritas a seguir:

Ali verieis galantes, pintados de preto e vermelho, e quartejados, assim pelos corpos como pelas pernas, que, certo, assim pareciam bem. Também andavam entre eles quatro ou cinco mulheres, novas, que assim nuas, não pareciam mal. Entre elas andava uma, com uma coxa, do joelho até o quadril e a nádega, toda tingida daquela tintura preta; e todo o resto da sua cor natural. Outra trazia ambos os joelhos com as curvas assim tintas, e também os colos dos pés; e suas vergonhas tão nuas, e com tanta inocência assim descobertas, que não havia nisso desvergonha nenhuma.

[...]

Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos [...] se os degredados, que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão de fazer cristãos e crer em nossa santa fé, à qual preza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho,

¹ Estudos estimam que só na bacia amazônica havia em torno de 5,6 milhões de indivíduos. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/>. Acesso em: 02 set. 2015.

que lhes quiserem dar. E pois Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa (CAMINHA, 2003).

De maneira geral, os colonizadores europeus espantaram-se com a selvageria dos homens das terras baixas da América, conforme analisa Descola (1999, p. 107), onde os observadores penam para reconhecer nas práticas indígenas dispositivos sociais sem equivalentes no Velho Mundo. Para entender estes homens aparentemente sem instituições políticas, aparece a concepção de que os indígenas são inteiramente submetidos aos decretos da natureza. O navegador Américo Vespúcio (apud *Ibidem*, p. 108), ao passar aproximadamente um mês com os indígenas da costa da Venezuela, por exemplo, não percebe que a guerra intestina e seus corolários, o canibalismo e a escravidão doméstica, são instituições sociais que constroem identidades. De maneira distinta, a interpreta como algo espontâneo e natural, inaugurando um preconceito que dominou a reflexão filosófica por muito tempo: os ameríndios possuem “sinais de humanidade”, mas as guerras que não possuem por finalidade a conquista territorial ou hegemonia política só podem ser encaradas como expressão de uma “bestialidade natural”, uma a-socialidade absoluta que só caracterizariam um homem em seu “estado de natureza”. É esse preconceito colonizador que acompanhará toda a construção do imaginário acerca dos povos indígenas e que refletirá nos dias atuais tanto nas tentativas de cercear os seus direitos como na violência latente e manifesta conforme será demonstrado neste texto.

Em relação aos textos que circulavam no primeiro século do “descobrimento” e que vieram a fundamentar a imagem pejorativa e reificada sobre os indígenas, destacamos Pedro de Magalhães Gandavo e Hans Staden. Este último, navegador alemão, narra em prosa o tempo em que permaneceu cativo dos Tupinambás descrevendo os seus hábitos e práticas cotidianas. No entanto, o que chama a atenção em sua obra são as xilogravuras que representam rituais de antropofagia² praticados por esse povo, tidos como “prova” da ausência de Deus e de “alma” na concepção

² O cientista social Florestan Fernandes, na obra *A função social da guerra na sociedade tupinambá*, explica a guerra dessa etnia indígena, que aguçava a imaginação europeia por envolver vingança e canibalismo, como um fato social total. A antropofagia fazia parte do sistema social Tupinambá, passível de ser compreendida e explicada.

cristã. Já Gandavo apresenta com muita naturalidade o extermínio de povos hostis aos portugueses, chamados de “gentios”.

Havia muitos destes índios pelas costas junto das capitânicas, tudo enfim estava cheio deles quando começaram os portugueses a povoar a terra; mas porque os mesmos índios se levantaram contra eles e faziam-lhes muitas traições, os governadores e capitães da terra destruíram-nos pouco a pouco e mataram muitos deles, outros fugiram para o sertão, e assim ficou a costa despovoada de gentios ao longo das capitânicas. (GANDAVO, 2008, p. 65).

Gandavo ainda interpreta o modo de vida indígena de uma forma que se tornou recorrente entre os cronistas, a carência em seu vocabulário das letras F, L, e R, “cousa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei” (*Ibidem*). Além disso, muitos deles foram levados ao velho continente para saciar a curiosidade das cortes sobre o “exótico”. Em contrapartida aos relatos depreciativos, o filósofo francês Montaigne no ensaio “Dos canibais”, de 1580, analisa o encontro da cultura europeia com a cultura nativa do Novo Mundo. O autor prefere o relato de pessoas “simples e grosseiras”, condições próprias para dar testemunho verdadeiro, melhor que pessoas “finas”, pois essas, com a intenção de persuadir, acabam alterando os fatos em seu favor. Recomenda aos seus despir-se de todo preconceito ao lidar com os indígenas, utilizando da retórica para criticar a civilização europeia que possuía o vício de chamar de “bárbaro” tudo o que destoava de sua cultura. Antecipa Rousseau a considerar os indígenas como seres criados por Deus em seu estado puro, inclusive, minimizando os hábitos de canibalismo, pois considera que se portavam mais dignamente na guerra do que aqueles das guerras religiosas.

Essas primeiras representações no período colonial criaram imagens profundamente negativas dos povos indígenas derivadas do sentido religioso do empreendimento colonial. A “superioridade moral” do europeu diante do povo “degenerado” justificava a conquista, pois era necessário integrar os nativos ao trabalho e assim mudar seus costumes e valores, salvando-os de seus pecados.

Já o século XVIII foi marcado por imagens difundidas tanto pela empresa colonial como por pensadores que ainda viam os indígenas como em um “estado de natureza” como Rousseau. Se, por um lado, os

colonizadores defendiam uma intervenção nos povos indígenas com a finalidade desses “progredirem”, por outro, os iluministas viam o “bom selvagem” como um estado natural que deveria ser respeitado. Tal ideia foi apropriada pelo Romantismo no Brasil, século XIX, e encontrou em José de Alencar e Gonçalves Magalhães grandes defensores. Suas obras em prosa e verso enaltecem a natureza, o meio ambiente indígena e a sua idealização física e moral. Entre as principais, em José de Alencar estão *O guarani* (1857) e *Iracema* (1865). Gonçalves Dias publicou poemas mostrando um índio mais real, menos idealizado, como o autor anterior. Suas principais obras são *O canto do índio* (1946), *Canção do tamoio* (1851) e *Juca Pirama* (1851).

Ainda no século XIX, desenhistas que integravam missões de história natural fizeram circular pela Europa e na elite brasileira imagens de indígenas baseadas em observações, fortalecendo o estereótipo romantizado, naturalista e preconceituoso, que colocava como sujeitos a-sociais em um paralelo com a natureza. Para Pacheco de Oliveira e Freire (2006), essas expedições coletavam inúmeros artefatos e impressões sobre a diversidade de povos indígenas, um método científico baseado no “coleccionismo”. Por isso o interesse em pinturas naturalistas, sobretudo as que retratavam aspectos morfológicos humanos. Os autores afirmam que, a partir dessas coletas de informações, “os índios seriam posteriormente enquadrados em ‘estágios sociais’, correspondentes às noções oriundas das ideias evolucionistas que começaram a impor-se na metade do século XIX” (*Ibidem*, p. 95). De acordo com os autores, o século XIX foi marcado por discussões em termos “evolutivos”, baseados na noção de raça, sendo que os principais representantes dessas discussões no Brasil foram von Martius e Varnhagen. Nesse período, a imagem associada aos indígenas era de uma “sociedade selvagem” que necessitava ser civilizada pela imposição.

No começo do século XX ainda perdurava uma ideia romantizada do indígena, influenciada pela literatura e pela imprensa, sobretudo com as notícias e imagens advindas das expedições telegráficas no interior do país. Chefiadas pelo Marechal Rondon sob o ideal positivista “morrer se preciso for, matar nunca”, as Comissões Telegráficas forneceram ao mundo inúmeras fotografias e filmes sobre os “índios selvagens”, suas reações diante do “homem civilizado”, sua passividade em “cobrirem suas vergonhas”,

a admiração diante de objetos brilhantes e quinquilharias mostrando o quão dadivosos eram aqueles que mudariam suas vidas para sempre em nome do progresso. Vale lembrar que, para os positivistas, os indígenas se encontrariam na “fase fetichista”, o primeiro grau em uma escala evolutiva, mas com potencial para ascender. Foi somente a partir da Expedição Roncador - Xingu, segundo Pacheco de Oliveira e Freire (*Ibidem*, p.158), que imagens sobre o cotidiano indígena começaram a aparecer na mídia, enfocando a vida em família, as práticas cotidianas, enfim, a singularidade dos grupos étnicos.

Do exposto, podemos resumir essas imagens representativas do indígena na sociedade nacional em conformidade com o que relata o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (1972) em: a) “mentalidade estatística”, para quem os índios são irrelevantes na sociedade nacional; b) “mentalidade romântica”, cuja visão estereotipada considera-o como o “bom selvagem” e que nesse estado deve permanecer; c) “mentalidade burocrática”, veem os índios como qualquer cidadão sem recursos; d) “mentalidade empresarial”, para quem o índio é considerado mão de obra em potencial e, por isso, defende sua incorporação à sociedade nacional e o abandono de sua forma de vida tradicional.

Se durante séculos de colonização e resistência os indígenas tiveram sua imagem substancializada pelo dominador, que no dualismo sujeito/ objeto, sociedade/ natureza estava na segunda posição de ambos, a partir dos anos 70, na onda dos novos movimentos sociais, começam a ser vistos por outro olhar, discutindo e reivindicando seus direitos diretamente com as autoridades competentes, mostrando assim sua “agência”.³ Passaram a mostrar ao mundo o que pensavam e pensam e o que exigem como sendo seus direitos, construindo uma nova imagem de si, participando de foros internacionais, movimentos indígenas, fazendo e publicando os próprios vídeos numa reconversão e ressignificação de práticas alheias, interferindo diretamente na maneira como querem ser reconhecidos. Os povos indígenas passaram a pensar sua realidade, conforme analisa Sahlins, resultando nas “vítimas do imperialismo” uma autoconsciência cultural.

³ Para Giddens (2003) a noção de “agência” atribui ao ator individual a capacidade de processar e delinear as formas de enfrentar a vida, mesmo sob profunda coerção. A “agência” diz respeito à capacidade de fazer as coisas e não às intenções humanas em fazer tais coisas. Os atores sociais são “detentores de conhecimento” e “capazes”, sendo esses os principais elementos da “agência”.

“O que distingue o “culturalismo” atual (como se poderia chamá-lo) é a afirmação do estilo de vida próprio do indivíduo como um valor superior e um direito político, em oposição precisamente a uma presença estrangeira imperial” (SAHLINS, 2007, p. 504). Essa autoconsciência cultural reflete diretamente nos instrumentos legais que tratam do tema, nacional e internacionalmente.

Neste cenário associado a questões legais, tornou-se necessário definir quem eram os índios, agora sujeitos históricos que lutavam por seus direitos. Darcy Ribeiro (1957) no texto *Culturas e línguas indígenas do Brasil*, baseando-se numa definição elaborada em 1949, no II Congresso Indigenista Interamericano realizado no Peru, chegou a seguinte definição:

aquela parcela da população brasileira que apresenta problemas de inadaptação à sociedade brasileira, motivados pela conservação de costumes, hábitos ou meras lealdades que a vinculam a uma tradição pré-colombiana. Ou, ainda mais amplamente: índio é todo o indivíduo reconhecido como membro por uma comunidade pré-colombiana que se identifica etnicamente diversa da nacional e é considerada indígena pela população brasileira com quem está em contato (RIBEIRO, 1957).

Esse conceito é similar à definição adotada pela Lei 6.001/1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio:

Art. 3º Para os efeitos dessa lei, ficam estabelecidas as definições a seguir discriminadas:

I – Índio ou Silvícola – É todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional.

II – Comunidade Indígena ou Grupo Tribal – É um conjunto de famílias ou comunidades índias, quer vivendo em estado completo de isolamento em relação aos outros setores da comunhão nacional, quer em contatos intermitentes ou permanentes, sem contudo estarem nele integrados. (BRASIL, 1973).

Num âmbito internacional, a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho)⁴, que trata dos direitos dos povos indíge-

⁴ A convenção 169 da OIT foi ratificada pelo Brasil em 2002.

nas e tribais, afirma que a “consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção.” (ORGANIZAÇÃO IINTERNACIONAL DO TRABALHO, 2011, p. 15). Essa autoconsciência cultural pelos povos indígenas refletiu nos instrumentos legais, tanto internacionais como nacionais, operado a partir de uma mudança dos critérios de definição dos “grupos étnicos”⁵. O critério adotado e aceito hoje define grupos étnicos como “formas de organização social em populações cujos membros se identificam e são identificados como tais pelos outros, constituindo uma categoria distinta de outras categorias de mesma ordem.” (BARTH, 1969, p.11 apud CUNHA, 2009, p. 251). Grupos étnicos só podem ser caracterizados como tal pela distinção que eles percebem entre eles próprios e os outros com quem interagem. Assim, define-se etnia em termos de adscrição, autoatribuição e atribuição pelos outros, ou seja, é índio quem se considera e é considerado pelos outros como índio. Outra inovação da OIT 169 é a distinção adotada entre o termo “populações”, que traz a denotação de transitoriedade e contingencialidade, e o termo “povos”, que “caracteriza segmentos nacionais com identidade e organização próprias, cosmovisão específica e relação especial com a terra que habitam.” (ORGANIZAÇÃO IINTERNACIONAL DO TRABALHO, 2011, p. 8). Cabe a ressalva de que o emprego do termo “povos” limita-se ao âmbito das competências do referido texto, sem aplicação que contrarie outras acepções previstas no Direito Internacional.

No mesmo período em que se discutia internacionalmente o conteúdo do texto que resultou na OIT 169, no Brasil, antropólogos e juristas apoiados pelo movimento indígena tratavam do tema que seria o artigo da Constituição de 1988 sobre os povos indígenas. A questão legal dos índios e suas terras baseia-se nos “direitos originários”, onde o indigenato é considerado um título congênito de posse territorial, assim como na noção de

⁵ Segundo Manuela Carneiro da Cunha (2009), o critério de definição de um grupo étnico esteve, por muito tempo, ligado à biologia e a noção de “raça”. Um grupo indígena, nestes termos, seria aquele formado por descendentes “puros” de uma população pré-colombiana, fato ainda recorrente no imaginário popular. Após a Segunda Guerra Mundial e as atrocidades cometidas em nome da pureza racial, este critério foi substituído pelo da cultura. “Grupo étnico seria, então, aquele que compartilha valores, formas e expressões culturais. Especialmente significativa seria a existência de uma língua ao mesmo tempo exclusiva e usada por todo o grupo.” (CUNHA, 2009, p. 250). Estes pressupostos são inadequados, pois os traços culturais divergem no tempo e espaço. Além do mais, vários grupos deixam de falar a sua língua ou incorporam parcialmente outra sem, contudo, deixar de ser um grupo étnico coeso. O critério que define um grupo étnico baseia-se hoje na autodefinição.

“dívida histórica” que o Brasil tem com esses povos. O texto constitucional trata da questão indígena no tocante ao direito à terra que tradicionalmente ocupam, sua autodeterminação cultural e direito de usufruto exclusivo das riquezas contidas no território, conforme a Constituição Federal:

Art. 231 - São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º - O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º - As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis. (BRASIL, 1988).

Conforme explicitado, “terra tradicionalmente ocupada” é um conceito jurídico e as terras indígenas são propriedades da União, de posse coletiva e direito exclusivo de usufruto sobre os recursos naturais pelo povo indígena que nela habita. As terras indígenas são também reservas de riquezas biológicas e minerais e os habitantes responsáveis pelo seu patrimônio. Segundo Pacheco de Oliveira (1998, p. 20), o acesso a terra favorece o surgimento de um “campesinato indígena”, cuja peculiaridade está no controle coletivo sobre os meios de produção e sua subordinação ao Estado pelo órgão tutor.

Num panorama geral, o Brasil possui atualmente 694 terras indígenas, ocupando aproximadamente 13% do território nacional. Segundo dados do Instituto Socioambiental (ISA), desse total, 120 estão em processo de identificação e 421 estão homologadas e registradas. O problema é

que o reconhecimento legal não oferece empecilho para outras formas de violência e pressão como desmatamentos, garimpos ilegais, invasões de não índios, degradação do meio ambiente em geral pela expansão do agronegócio, obras de infraestrutura etc. Há enorme interesse sobre a exploração dos recursos minerais e hídricos, empresas que causam impactos sociais e ambientais, diretos e indiretos sobre as comunidades locais. Além disso, há inúmeros projetos de Lei tramitando para cercear direitos adquiridos pela população indígena e facilitar o acesso às terras e suas riquezas.

As Terras Indígenas tornaram-se alvo de ambição frente à política governamental de exportação de *commodities*⁶, o que elevou o preço destas e das terras. Com isso, a bancada ruralista do Congresso brasileiro criou um instrumento Legal para reduzir os direitos de posse e usufruto das terras, que a própria Constituição afirma serem “direitos imprescreíveis”. Refiro-me a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 215/2000.

A PEC foi apresentada no ano 2000 pelo deputado federal Almir Moraes de Sá, do Partido da República (PR-PR), com texto que propõe que as demarcações de terras indígenas, a titulação dos territórios quilombolas e a criação de unidades de conservação ambiental passem a ser uma responsabilidade do Legislativo e não mais do poder Executivo, através dos órgãos técnicos FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), como é hoje. No ano de 2004, a PEC 215 foi arquivada, segundo o entendimento do deputado Luiz Couto (PT-PE) escolhido para elaborar um parecer sobre esta proposta, por ser inconstitucional.

Em novembro de 2014, o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), relator da Comissão Especial da PEC 215, apresentou um texto substitutivo à PEC 215/2000, com emendas que tornam explícito o fim das novas demarcações de terras indígenas e a possibilidade de reabrir procedimentos administrativos já finalizados. Além disso, torna legal a invasão, a posse e a exploração das terras indígenas já demarcadas. Para

⁶ Delgado (2012) afirma que a própria conjuntura econômica atual do Brasil, dominada pela economia do agronegócio como “pacto de poder” dando origem à acumulação e à especulação fundiária, explica a emergência com que políticos atuam na tentativa de cercear direitos constitucionais de posse e usufruto de terras por parte de indígenas e quilombolas. Entenda-se por *commodities* agropecuárias e minerais a soja, milho, carnes, açúcar-álcool, celulose de madeira, café, minério de ferro, bauxita-alumínio etc. Só para ter uma ideia do tamanho da pressão em cima das Terras Indígenas, dados do ISA apontam que há 104 processos titulados e 4.116 interesses minerários em T.I.s. nas diversas fases em que eles se encontram.

piorar a situação, inclui a promulgação da Constituição (05/10/1988) como marco temporal para a comprovação da posse indígena.

No final do ano de 2014 houve uma intensa mobilização do movimento indígena e entidades indigenistas que resultou no arquivamento da proposta. No entanto, no início de 2015, o presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ) reinstalou a Comissão Especial da PEC 215.

Na prática, a Emenda Constitucional representa o fim de todos os processos demarcatórios, justamente pelas disputas dentro do Legislativo que responde, na maioria das vezes, a interesses contrários aos dos povos indígenas, quilombolas e preservação ambiental. Quanto a prática já exercida de utilizar o marco temporal da promulgação da Constituição de 1988 para demarcações, é algo arbitrário, pois os indígenas estavam neste território muito antes dele tornar-se o Estado Brasil. O fato é que muitos povos foram expulsos de suas terras pelo não índio e, segundo este critério, mesmo tendo vivido originalmente nela, não terão direito ao território. Este critério de marco temporal já foi utilizado para anular a demarcação de terras feita pela FUNAI nos casos da T.I. Limão Verde, no Mato Grosso do Sul, do povo Terena, T.I. Guyraoka dos povos Guarani e Kaiowá também no Mato Grosso do Sul e a TI Porquinhos, do povo Canela-Apãnjekra (FONTOURA; VASSALLO, 2015). Por fim, a PEC 215 é considerada inconstitucional por retroceder em um direito fundamental a povos indígenas e quilombolas. Resta agora esperar que este atentado contra os povos indígenas, quilombolas e ao próprio meio ambiente seja declarado inconstitucional pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

SOBRE O RELATÓRIO DE VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS

O relatório em questão referencia os dados do ano de 2014 nos quais se mostram absolutamente preocupantes. Esse documento é compilado por meio das denúncias que povos, organizações, lideranças indígenas e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) fazem. No ano de 2014 foram registrados 138 assassinatos de indígenas por variados motivos, dentre esses, destaca-se as disputas territoriais como as mais avassaladoras contra esses povos tradicionais. Essas intensas batalhas giram em torno do agro-

negócio que vem sendo motivado do próprio governo que, por outro lado, deveria assegurar a permanência desses grupos historicamente violentados.

Outra questão suscitada no documento é o descaso do Governo Federal com as populações tradicionais. Nenhuma área foi homologada no ano de 2014. São Seiscentas terras reivindicadas atualmente, no entanto, apenas uma foi declarada, a de Paquiçamba, no Pará. Isso gera ainda mais violência e disputas de terras entre os ruralistas e os/as indígenas. Nas áreas onde a fiscalização não funciona ou não existe, a devastação está sendo o principal fator de alerta que contribui enfaticamente para a eliminação dos indígenas. Lúcia Rangel (2014) ressalta vigorosamente que as violações individuais e coletivas contra esses povos fazem parte de um plano estratégico do Governo Federal devido ao seu interesse pelo extrativismo a fim de contribuir para o desenvolvimento do país. Ou seja, são ações desenvolvimentistas que estão em jogo aqui.

Todos/as os/as autores/as que escrevem no relatório deixam bem nítido a relevância do desenvolvimentismo corroborando para o aumento das violações de direitos dos/as indígenas. Dentre os empreendimentos que, na concepção do governo, geram riqueza e desenvolve o país estão as construções de hidrelétricas, a exploração da floresta amazônica em busca de gás, extração de minérios e o agronegócio que nos últimos anos vem crescendo vertiginosamente. Todas elas afetam mais de duzentos povos atualmente. Esse modelo de progresso é reprodução da lógica colonial. O desenvolvimento aqui se torna necessário para se equiparar aos países de primeiro mundo.

O racismo é outro elemento constituinte da opressão dos/as indígenas. De acordo com Iara Bonin (2014) o racismo se efetiva por meio de pessoas, grupos e o Estado que se omite frente às violências praticadas contra os povos tradicionais. É comum visualizar discursos de ódio contra os/as indígenas nas mídias digitais como também se tornaram motivo de piadas.

O judiciário, do mesmo modo é citado no relatório, pois contribuíram decisivamente para aumentar as violações de direitos dos/as indígenas em 2014. Ao reinterpretar o Art. 231 da Constituição Federal de maneira restritiva, mudaram a noção de terra tradicionalmente ocupada

por povos indígenas. Dessa forma, foi estabelecido que os povos que estavam em posse de terras no dia 5 de outubro de 1988 ou que estavam em guerra até esta data podem ter o direito a terra. No entanto, os povos que foram expulsos e que não estavam em suas terras de origem no período da promulgação da Constituição de 1988 não terão direito a ocupar suas terras. Cléber Buzzato (2014) afirma que essa reinterpretção do Art. 231 da Constituição Federal feita pelo Supremo Tribunal Federal torna legal a invasão de territórios indígenas como ao mesmo tempo sua expulsão.

No Brasil os crimes contra o patrimônio são os que mais encarceram cidadãos e cidadãs, no entanto, a lógica não parece ser a mesma quando esse tipo de crime é efetuado contra povos indígenas. Em 2014 foram calculados 221 casos de crimes contra o patrimônio. Quando se fala em crime patrimonial consideram-se os conflitos referentes às possessões de terras, exploração ilegal dos recursos naturais e omissão e morosidade na regulamentação das terras. O desdobramento disso é a continuidade de conflitos entre indígenas e não indígenas.

No que tange a violência contra a pessoa os dados sugerem 248 em 20 estados da federação⁷. Foram quantificados nove tipos de violências que dentre eles estão o abuso de poder (16), assassinato (60), homicídio culposo (20), lesões corporais dolosas (18), racismo e discriminação étnico-culturais (19), violência sexual (18), etc. O Mato Grosso do Sul se destacou como o Estado que mais cometeu violência contra a pessoa contabilizando 67 casos. A Bahia é o segundo que mais violenta com 31 casos, seguido pelo Pará com 25.

O relatório não nos deixa dúvidas, a violência contra os povos indígenas tende a aumentar caso providências não sejam tomadas. Infelizmente a perspectiva não é positiva tendo em vista que há um conluio entre a iniciativa privada, o governo e a maioria da população brasileira que não estão se importando muito com o extermínio desses povos e o pior, são esses mesmos que fomentam tais violências transbordando ódio advindo do racismo e a necessidade de explorar os povos tradicionais.

⁷ AC, AL, AM, BA, DF, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PR, RO, RR, RS, SC, SP e TO.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demonstramos nesse trabalho várias formas de violências que os povos indígenas têm sofrido na contemporaneidade. Infelizmente, a projeção para o futuro não é positiva tendo em vista que no âmbito político, por exemplo, estamos presenciando o Congresso Nacional mais conservador desde o período de redemocratização do país. O legislativo brasileiro tem sido um dos culpados pelas violações de direitos dos/as indígenas. As bancadas ruralista, religiosa e militar, as mais conservadoras, têm crescido vertiginosamente tornando-se um perigo para os povos tradicionais.

No âmbito do executivo, vimos que o Governo Dilma em 2014 não homologou sequer uma terra para os/as indígenas, demonstrando com isso total descaso nessas questões.

O Judiciário também não ficou para trás, pois reinterpretoou o Artigo nº231 que regulamenta a concessão de territórios tradicionais, dizendo que se os povos não estiveram em seus territórios na data da promulgação da Constituição de 1988 ou não estavam em guerra naquele período, perderão o direito a posse de suas terras.

Dessa maneira pode-se constatar que os três poderes são cúmplices das violações dos direitos dos povos indígenas.

Além dessas instituições, há a população que simbolicamente também degrada essas pessoas, pois continuam a reproduzir imaginários sobre os/as indígenas que tendem a estigmatiza-los. Um exemplo pertinente fora citado na introdução deste trabalho. A colonização acabou, mas os indígenas vivem, com outra roupagem, os mesmos dilemas experienciados há mais de 500 anos atrás.

Creemos que para mudar essa situação é necessária uma mudança cultural na sociedade. Seja ela em relação às representações sobre os/as indígenas como também o modelo desenvolvimentista do Brasil que não deve se orientar por modelos imperialistas.

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 2, n. 11, p. 89-117, 2013.

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 set. 2015.
- _____. Presidência da República. Casa Civil. *Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973*. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6001.htm>. Acesso em: 05 set. 2015.
- CAMINHA, P. V. *A Carta*. 2003. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2003>. Acesso em: 01 set. 2013.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *A Sociologia do Brasil indígena*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; São Paulo: EDUSP, 1972.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - CIMI. *PEC 2015: ameaça aos direitos dos povos indígenas, quilombolas e meio ambiente*. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/pec2015/cartilha.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2015.
- CUNHA, M. C. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- FERNANDES, F. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FONTOURA, J.; VASSALLO, R. *A PEC 201 é retrocesso aos direitos indígenas*. Disponível em: <<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2015/12/pec-215-e-retrocesso-aos-direitos-indigenas/>>. Acesso em: 05 dez. 2015.
- FREIRE, C. A. R. *Rondon: a construção do Brasil e a causa indígena*. Brasília: Abravideo, 2009.
- GANDAVO, P. M. *Tratado da terra do Brasil: história da província santa cruz que vulgarmente chamamos Brasil*. Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2008.
- GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. 2. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.
- GROSFUGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p 115-147, mar. 2008. Disponível em: <www.ces.uc.pt/rccs/includes/download.php?id=982>. Acesso em 05 dez. 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 05 set. 2015.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Povos Indígenas no Brasil: introdução*. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/direitos/estatuto-do-Indio/introducao>>. Acesso em: 05 set. 2015.
- MONTAIGNE, M. *Dos canibais*. Tradução e apresentação Luiz Antônio Alves Ava. São Paulo: Alameda, 2009.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT*. Brasília: OIT, Escritório no Brasil, 2011. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf>. Acesso em: 05 set. 2015.

PACHECO OLIVEIRA, J.; FREIRE, C. A. R. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World-systems Research*. Special Issue: Festschrift for Immanuel Wallerstein, v. 6, n. 2, p. 342-386. 2000. Disponível em: <<http://www.jwsr.org/wp-content/uploads/2013/05/jwsr-v6n2-quijano.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

RANGEL, L. H. (Coord.). *Relatório violência contra povos indígenas no Brasil: dados de 2014*. [Brasília], 2014. Disponível em: <<http://cimi.org.br/pub/Arquivos/Relat.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

RIBEIRO, D. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *Culturas e línguas indígenas do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro de Educação e Ciências Sociais, 1957.

STADEN, H. *Viagem ao Brasil*. Tradução Alberto Löfgren. São Paulo: Martin Claret, 2006.

VALA, J. Análise de conteúdo In: SILVA, A. S.; PINTO, J. M. (Org.). *Metodologia das ciências sociais*. 4. ed. Porto, Portugal: Edições Afrontamento 1986. (Biblioteca das Ciências do Homem).

VIDAS NO LIMITE: EXPERIÊNCIAS DE SOBREVIVÊNCIA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM MARÍLIA – SP

Camila Rodrigues da Silva

Zuleika de Andrade Câmara Pinheiro

INTRODUÇÃO

*Na subida do morro me contaram / Que você bateu na minha nêga
Isso não é direito / Bater numa mulher / Que não é sua
Deixou a nêga quase nua / No meio da rua
A nêga quase que virou presunto / Eu não gostei daquele assunto
Hoje venho resolvido / Vou lhe mandar para a cidade
De pé junto / Vou lhe tornar em um defunto.
(MOREIRA DA SILVA; RIBEIRO CUNHA, 1952).*

O trecho do samba *Na subida do morro* gravado em 1952 composto por Moreira da Silva e Ribeiro Cunha demonstra claramente como foram introjetados ao longo dos anos no imaginário coletivo a cultura do silêncio contra a violência, da subjugação e da dominação sobre as mulheres bem como sobre os comportamentos sociais considerados intrínsecos a elas. Dentro deste contexto as meninas vivem as experiências das relações familiares que produzem juntamente com outras instituições (Igreja, Escola, Estado, judiciário, etc.) modelos hegemônicos, dominadores e patriar-

cais que conformam suas dimensões sociais. Assim, as mulheres vão sendo educadas para nunca discutirem com seus maridos e companheiros sendo reservado a elas obedecerem sempre às ordens que lhes eram dadas. Para Mill (2006, p.32) “as mulheres são criadas, desde muito cedo, na crença de que seu caráter ideal é o oposto do caráter masculino: sem vontade própria e governadas pelo autocontrole, com submissão e permitindo serem controladas por outros”. Deste modo, seus cotidianos permeados por coerções e imposições de valores traduzidos em formas de comportamentos irão marcar suas vidas, desde a infância até a idade adulta. O gênero irá distinguir e marcar seus corpos, que entendidos como “propriedades” masculina serão igualmente, submissos aos seus maridos e companheiros, sendo permitido a estes que pratiquem contra elas os mais variados tipos de violência sem consequências de punição e repreensão. Com efeito, era um crime bater na mulher do outro. E na versão do samba o marido ao subir o morro descobre que outro homem havia batido gravemente em sua mulher. O marido demonstra seu desagrado e raiva com o ocorrido e para lavar sua honra ameaça o homem de morte, pois, afinal somente ele poderia bater em sua mulher.

Construída historicamente essa concepção acerca de comportamentos a serem desempenhados pelas mulheres cujo modelo ideal aponta para a mulher dócil, submissa, mãe e esposa dedicada permanecem até os dias de hoje. Indicadores de moralidade sua fidelidade, lealdade e dedicação ao marido conduziam e ainda conduzem julgamentos morais de bons costumes e dentre os desdobramentos mais cruéis destas moralidades e ajuizamentos está a violência contra as mulheres. A violência se manifesta fisicamente, psicologicamente, verbalmente, moralmente, patrimonialmente e mais especificamente no âmbito do espaço doméstico. Ou seja, há violências físicas e simbólicas que ocorrem no anonimato do ambiente doméstico das famílias causando dor, sofrimento, angústia e silêncio naquelas que experienciam maus tratos. A violência doméstica vivenciada cotidianamente por mulheres e seus relatos serão os motores geradores deste artigo que segue dois eixos de análises: pensar as dificuldades expostas pelas mulheres ao narrarem suas histórias de maus tratos, à luz dos processos traumáticos de abusos e violências as quais foram submetidas; pensar o fenômeno-limite da violência contra a mulher cujo fenômeno apresenta-se

multifacetado e plural no sentido de romper com estereótipos evidenciando resistências e sobrevivências no sentido de superarem a dor e o silêncio.

Mulher e silêncio, maus tratos e sofrimento, narrativas e memória são elementos que compõem o caleidoscópio das vidas das mulheres informantes deste estudo¹. É a partir destes eixos refletores que analisaremos à luz dos conceitos de sobrevivência, gênero e violência como as mulheres que sofrem violência doméstica lidam com as dificuldades em expressar suas experiências traumáticas. Como contar sua sobrevivência após exposições a longos períodos de uso da força física, abusos e brutalidade do outro? Narrar experiências de crueldade seria falar da sua própria morte, a exemplo de Primo Levi²? Como superar a barreira da vergonha de ter enfrentado inúmeras humilhações? Como lidar com julgamentos e reprovações de algumas pessoas que sugeriram que ficassem em silêncio? Como lutar contra a incredulidade dos outros e a vontade de esquecer? Problematicar sobre as experiências traumáticas da violência doméstica vividas por mulheres evidencia que estas são sobreviventes da violência já que são muitas vezes prisioneiras em seus ambientes domésticos. Com efeito, desconstruir o fenômeno-limite da violência contra a mulher é romper com estereótipos que perpassam à passividade feminina e alcoolismo masculino revelando assim suas resistências e lutas pela sobrevivência.

“Se o trabalho de campo se faz pelo diálogo vivido que, depois, é revelado por meio da escrita” (PEIRANO, 2014, p.10), para tanto lançamos mão de “registro de memória” visto que “quando introduzimos subjetividades no conhecimento acionamos por sua vez as lembranças sensibilidade, privacidade e cotidiano” (D’ALESSIO, 1998, p. 270), elementos importantes para desvendar a vida das mulheres informantes. A memória é o “pedaço” representativo da subjetividade e identidade dos sujeitos em

¹ As análises propostas pelo texto fazem parte da pesquisa “A Construção da Memória e o Impacto da Lei Maria da Penha/2006 no Cotidiano das Mulheres Vítimas de Violência”. A pesquisa que embasa este estudo ainda em fase preliminar faz parte de um estudo mais amplo de mestrado do pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP campus Marília. A pesquisa trata da memória das mulheres em situação de violência na cidade de Marília – SP na qual busca analisar suas trajetórias de vida e experiências vivenciadas a partir da aplicabilidade da Lei Maria da Penha (2006) no contexto das Políticas Públicas para as mulheres.

² Primo Levi (1919-1987) foi um dos poucos sobreviventes de Auschwitz, campo de concentração onde milhões de prisioneiros judeus, como ele, foram exterminados pelos nazistas. Sobreviveu a Auschwitz e ao regressar a Turim, sua cidade-natal, escreveu um contundente testemunho dos campos de concentração nazista. Dentre seus escritos destacamos seu primeiro livro *Isto é um homem* (1947) e seu livro mais lido *Os afogados e os sobreviventes* (1986).

sua relação com o mundo e deste modo adotamos como pressuposto que a memória se constitui na narrativa.

Assim, os relatos aqui expostos são de mulheres que sofreram violência doméstica na cidade de Marília/ SP e se disponibilizaram a narrar suas experiências³. Utilizaremos ao longo do texto as narrativas das mulheres informantes do estudo. Estas mulheres foram nomeadas por nós de “Maria” (Maria 1, Maria 2 e Maria 3). Entretanto, cabe aqui um esclarecimento. A ideia em chamá-las de Maria não tem o intuito de homogeneizá-las, mas, remeter a tantas Marias que sofrem e sofreram violência doméstica, a exemplo de Maria da Penha cuja lei foi em sua homenagem.

A composição dos temas violência doméstica, gênero e sobrevivência forma a linha central deste texto que tem como ancoragem teórica referências da História com interlocuções com Sociologia e Filosofia. Estas ancoragens teóricas nos possibilitarão argumentos para desvendar, compreender e analisar a realidade observada.

GÊNERO E HISTÓRIA ORAL: UMA QUESTÃO METODOLÓGICA

Importa para o escopo deste artigo situarmos o conceito de gênero posto que, foi a partir do movimento feminista que as discussões sobre a mulher na política, no trabalho, na família, na sociedade e nos movimentos sociais abriram novos caminhos para estudos e pesquisas, contemplando uma nova categoria analítica: gênero. A teoria feminista se mostrar fértil em questionamentos trazendo para o centro do debate contemporâneo questões sobre a condição da mulher, do corpo, do sexo, da sexualidade e de gênero. O que vamos constatar é que tais estudos e pesquisas abrem caminhos para discussões que põem em xeque a “naturalização” do que é “ser homem” e “ser mulher” e a forma de constituição do masculino e do feminino.

As categorias Gênero e Mulheres são constantemente inter-relacionadas com outros marcadores sociais de diferenças (classe social, gerações, etnia, etc) que assumem posições não estáticas e perpassam por processos de (re) atualizações constantes. Tomamos como ponto de partida

³ As mulheres assinaram um termo de consentimento e permitiram que as entrevistas fossem gravadas e transcritas. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética / CAAE: 37782114.9.0000.5406.

as discussões apresentadas na Introdução do artigo *Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica* (1990) da historiadora feminista americana Joan W. Scott. A autora vai dar dinamicidade aos padrões disciplinares das Ciências Sociais propondo discussões e reflexões quando argumenta que gênero, além de ser uma categoria descritiva deve ser usado como instrumento analítico. Ao esquadrihar o conceito de gênero Scott faz uma articulação entre concepções de gênero e a dinâmica histórica da sociedade tornando-se, assim, uma importante teórica sobre o assunto. Sua obra introduz o uso da categoria gênero nas discussões feministas, alcançando grande repercussão nos núcleos de estudos e pesquisas de todo Brasil. O gênero traz, assim, uma vantagem às discussões das Ciências Sociais ao propor uma mudança nos paradigmas epistemológicos tradicionais proporcionando novas interpretações históricas.

Ressaltamos que gênero não se referencia apenas às mulheres, mas também aos homens e as relações entre ambos. Para Scott (1990) além de desencadear análises das desigualdades e hierarquias sociais gênero opõe-se a um determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhe um caráter sociocultural articulado com a noção de poder. Portanto gênero cria, institui e expressa relações de poder, bem como indica e entalha em nosso corpo diferenças de sexo, além de ser performático.

Os estudos de gênero surgem para contestar a partir de outros olhares à produção dos saberes em relação a categoria sexo. Tal concepção era percebida como uma categoria fixa nos corpos e este determinismo biológico abalizava mulheres e homens fisicamente, assim, deliberava sua identidade, seu papel social, sua função, *status* e relação social a partir de valores e conteúdos desiguais e diferentes. Para compreender a complexidade e contradições de análises sobre o conceito de gênero, diversas concepções teóricas que apresentam alternâncias e desconstruções das abordagens. Tais abordagens decorrem dos estudos feministas que deslocam seu objeto de estudo empírico “mulher” para o objeto de estudo teórico “gênero”.

A fertilidade dos estudos sobre gênero nos dias atuais contrasta com a dificuldade da trajetória do conceito no campo historiográfico, pois, nas ciências humanas foi a História é a que mais tardiamente apropriou-se desse conceito, assim retardou a inclusão da categoria social ou mulheres como objeto de análise na pesquisa histórica: “Grande parte desse retardo

se deveu ao caráter universal atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria homem. Acreditava-se que, ao falar dos homens, as mulheres estariam sendo, igualmente, contempladas, o que não correspondia à realidade.” (SOHIET; PEDRO, 2007, p. 284).

A partir desses debates teóricos instaurados na comunidade acadêmica em geral, sobretudo, no campo da historiografia, as historiadoras feministas foram incisivas pela revisão do debate teórico na História que trouxesse à baila as questões sobre as mulheres.

Possivelmente por estarem atreladas ao espaço privado, as mulheres estiveram ausentes das atividades que eram consideradas importantes, dignas de registro e conhecimento de gerações futuras, fazendo com que suas presenças e participações nos arquivos públicos mostrassem-se extremamente reduzidas. Já nos arquivos privados, a presença de registros femininos como anotações diárias da vida familiar, cartas e diários íntimos é mais evidente. São registros que auxiliam na apreensão das subjetividades por meio das oralidades da vida cotidiana das mulheres, registros estes que demonstram riquezas de detalhes e expressões de suas vivências

A fim de construirmos narrativas para compreender as questões propostas neste estudo lançamos mão da História Oral como instrumento analítico-metodológico para que pudéssemos apreender por meio das oralidades das mulheres suas experiências vividas, trajetórias de vida e memórias. Para Pollak (1989) a História Oral deve privilegiar a memória dos grupos minoritários e dominados, a qual ele denomina de memórias subterrâneas⁴ que se opõem à memória oficialmente produzida visto que estas passam despercebidas pela sociedade englobante. Com efeito, as memórias subterrâneas das mulheres podem invadir o espaço público passando do não dito à contestação e à reivindicação evidenciando que são sujeitos da história e portadoras de direitos. Ouvir o que elas têm a nos contar e perceber a riqueza de detalhes em suas narrativas evidenciando suas subjetividades e experiências particulares, expressões e confissões que não são encontrados nos documentos oficiais, compõem a metodologia das oralidades.

⁴ Michael Pollak em seu artigo “Memória, Esquecimento e Silêncio” (1989) entende por memórias subterrâneas aquelas que são dominadas por uma memória coletiva organizada na qual resume a imagem que uma sociedade majoritária ou Estado desejam passar e impor. Tais imagens são referenciadas pelo autor como “zonas de sombras, silêncios e não-ditos” (POLLAK, 1989, p.08) que passam despercebidas pela sociedade englobante.

A problemática apresentada neste estudo é pensada a partir da História do Tempo Presente entendida não somente como o estudo do passado, mas também o estudo do presente que tem como pressuposto o fazer história marcado pela subjetividade, por ser uma história de “nós mesmos” e uma “história ainda por se fazer” (MARANHÃO FILHO, 2009) Tal fato representa um desafio para o(a) pesquisador(a) a partir do momento que nos identificamos com nosso objeto de pesquisa. Deste modo, Maranhão Filho (2009) nos ajuda a pensar sobre as preocupações teórico-metodológicas diante dos problemas colocados em pesquisas, principalmente no que se refere as questões das subjetividades das mulheres que sofreram violência doméstica e sobre a maneira com que elas enfrentam a violência a partir do seu cotidiano, experiências, lembranças e ressignificações de suas próprias vidas.

Outra questão importante que devemos considerar em nossas análises-metodológicas são as nossas ações acerca da relação entre entrevistadora e entrevistada. Portelli (1997), referência nos estudos de oralidades, recomenda atenção especial no trato das memórias. Para ele devemos ficar atentas às entrevistas, pois a relação dialógica é resultado da intersecção entre duas subjetividades, duas visões culturais, duas percepções e condições sociais distintas. A arte da pesquisa oral é ouvir não só o que o que nosso objeto de pesquisa propõe e sim o que a outra pessoa considera importante ao narrar sua história. Portelli sugere-nos também que a única técnica que devemos seguir é o agir com educação fugindo das técnicas enquadradas dos manuais de História Oral. Como uma ciência e arte do sujeito a História Oral leva-nos a tratar as entrevistadas não como “fontes” e sim como pessoas resguardando a importância de cada indivíduo que possui subjetividades, vivências e experiências singulares. Foi através desse olhar cuidadoso e apurado que obtemos das três Marias as narrativas que subsidiaram as análises a seguir.

O FENÔMENO MULTIFACETADO DA VIOLÊNCIA

Os estudos sobre gênero trazem ao centro do debate das ciências humanas a questão da violência contra a mulher no Brasil e a partir de alguns estudos pesquisadores (as) passam a usar a expressão *violência de*

gênero conceito cunhado por Heleieth Saffioti (2004). Este conceito está diretamente imbricado às ideias de patriarcado, poder, raça, etnia e relação exploração-dominação. Para Saffioti (*Idem*) *violência de gênero* é entendida como uma categoria de violência mais geral que abrange a violência contra a mulher e a *violência familiar*. Normalmente a *violência de gênero* incide no sentido do homem contra a mulher, no entanto, pode ser praticada no sentido homem contra homem e mulher contra mulher. Ao forjar o conceito de *violência de gênero* Saffioti distingue a *violência familiar* que envolve membros de uma mesma família ligados por laços de consanguinidade e afinidade da *violência doméstica*. A autora alude que a *violência de gênero* compreendida na base familiar pode ocorrer dentro ou fora do domicílio. Já a *violência doméstica* apresenta pontos de sobreposição à *violência familiar* que envolve pessoas que pertencem ou não a uma família que vivem parcial ou integralmente no domicílio do agressor. Embora Saffioti tenha utilizado o conceito de gênero, além de desenvolver uma nova nomenclatura em suas análises sobre violência contra as mulheres, a autora não inclui este conceito na sua explicação sobre *violência de gênero*. Isto porque Saffioti não recusa o paradigma do patriarcado e permanece definindo violência como uma disposição da dominação masculina (SANTOS; IZUMINO, 2005). Assim alude: “paira sobre a cabeça de todas as mulheres a ameaça de agressões masculinas, funcionando isto como mecanismo de sujeição aos homens, inscrito nas *relações de gênero*.” (SAFFIOTI, 2004, p.75).

Para Ramos e Machado (2009) a violência doméstica é caracterizada por um tripé: agressões ocorridas numa relação familiar (afetiva ou conjugal); a configuração de uma relação hierárquica entre gêneros; uma forte tendência à habitualidade da agressão (quase sempre no sentido homem contra a mulher). Para os autores a violência doméstica foi pensada reflexivamente como um fenômeno-limite multifacetado e plural, fenômeno este que envolto em discursos morais, culturais e religiosos recaem em sua maioria sobre as mulheres violentadas. Certamente tais discursos necessitam serem desconstruídos e refletidos constantemente.

Frequentemente ouvimos expressões como “mulher gosta de apanhar”, “algumas mulheres merecem ou pedem abuso”, “mulheres gostam de ser agredidas”, “quando um não quer dois não brigam” tais expressões são ditas e repetidas sem medições e avaliações. Estas repre-

sentenças sociais, entendidas como “uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2001, p.22), são reforçadas cotidianamente produzindo violência, dor, silêncio e inserem-se no imaginário social por meio de preconceitos que estereotipam cada vez mais comportamentos femininos restritos ao ambiente doméstico.

As representações sociais da violência doméstica são frequentemente associadas à patologização a partir do momento que, justificam-se atos violentos praticados por agressores. As agressões provenientes do uso abusivo do álcool, de drogas, da depressão e de ciúmes, conferem aos agressores o *status* de “loucos”, “maníacos”, “doidos”. Estas constatações são evidenciadas no relato de Maria 2 quando do questionamento se mesmo quando seu marido não ingeria bebidas alcoólicas era agressivo, esta responde: [...] eu acho que ele é meio louco (*risos*) é... ele é meio doido”. Ficou demonstrado que Maria 2 não conseguia explicar ao certo sobre a condição vivenciada de violência e atribuía a uma patologização as agressões cometidas contra ela.

O problema de pensar o fenômeno da violência com o foco na patologização é complicado visto que ela obscurece e encobre relações de poder, além de ressaltar estereótipos, como: “homem não leva desaforos”, “macho não abaixe a cabeça”, “homem pode tudo”, dentre outros. A representação de patologização do agressor e da violência ignora hierarquias e relações de poder no qual o gênero feminino é visivelmente alocado como subalterno e inferior no ambiente domiciliar. O que observamos em algumas situações de violência são explicações às quais as próprias testemunhas buscam justificar as agressões suportadas.

Alguns relatos revelam que as mulheres são como “propriedade” dos homens donde estes mantem supremacia sobre elas. Sobre esta questão o relato de Maria 1 de 39 anos na qual sofreu violência durante 14 anos, ao ser questionada a respeito dos motivos que levaria as agressões que sofria, expressão:

[...] Ele falava muito de ciúme, que ele tinha muito ciúme de mim, que não sei o que... eu *não podia conversar com ninguém, nem com as minhas amigas, ele tinha raiva que eu conversava com minhas amigas, ele não*

gostava quando que eu tava junto com minha família, todo tempo eu não podia ter vizinho, eu sempre morei sem vizinho, sempre me levou pra lugares assim, que a gente sempre trabalhava muito na roça e quando era pra pedir a casa “tem casa separada?” sempre foi sozinho, sempre foi muito sozinho. Ele falava que era por causa das crianças, que tinha criança porque não sei o que... que não era bom ter vizinho. (Maria 1, entrevista concedida 4 de novembro de 2014).

O que fica evidente na fala de Maria 1 é uma vigilância diuturnamente sobre ela por parte do marido. Pensar esta questão de que a mulher é “domínio” do homem nos remete à ideia de que o espaço das mulheres é restrito, vigiado e permeado de valores norteados por poder patriarcal no qual a supremacia do homem ante a mulher se aloja na tanto na vida social quanto privada. Aqui a ideia de patriarcado se expressa num contexto de dominação masculina na qual se apresenta de maneira negativa tanto na vida dos homens como na das mulheres. O patriarcado é, portanto como pontua Saffioti uma máquina que tem por base o controle e o medo, sendo um conjunto de procedimento social, configurado em poderes criados nas relações entre as pessoas que acaba por subjugar as mulheres (SAFFIOTI, 1979).

A partir dessa lógica podemos pensar como os homens são socializados para serem dominadores, hegemônicos e patriarcais. O que se constata são discursos médicos, jurídicos e religiosos que atribuíam um modelo ideal de homem com exigências de padrões de virilidade, provedor do lar e da casa e em hipótese alguma o homem poderia demonstrar seus sentimentos, emoções e não podia chorar. Desde a tenra idade, os padrões de comportamentos masculinos são construídos desde a maternidade até a idade adulta ao criar um tipo ideal de masculino.

Mesmo antes de a criança nascer já existe uma preocupação dos pais em saber o sexo do bebê para em seguida se preocuparem com a saúde física e neurológica. A existência do cromossomo Y ou órgãos sexuais masculinos, porém, não é suficiente para determinar se o homem é “macho” ou não. Para ser do sexo masculino o menino vai passar por todo um processo e sistema de códigos de comportamentos e condutas que “não parece ser exigido das mulheres.” (BADINTER, 1993). Deste modo, a diferença dos genitais será o ponto de partida para as expecta-

tivas de comportamento de homens e mulheres e para o delineamento de suas subjetividades (NOLASCO, 1993). Assim, nosso linguajar cotidiano na socialização dos meninos nos deixa sempre preocupado em referir-se à masculinidade dos meninos como uma finalidade e obrigação. Assim, a “fabricação” dos homens, perpassa pelos discursos sociais e mecanismos institucionais os quais os sujeitos são produzidos como bem ressaltou Simone de Beauvoir (1947) “não se nasce mulher, torna-se”, assim, como não se nasce homem, torna-se.

Na entrevista de Maria 1 ficou evidente que o sentimento de medo produz revolta e faz com que seus atos de rebeldia, de luta, de agência e de participação⁵ (GOHN, 2008) fossem aniquilados por micropoderes que a vigiava e a subjugava o tempo todo. Os mecanismos de dominação vivenciados por Maria 1 e sutilmente disseminados formam uma rede de minúsculos poderes. Para Foucault (2000) não se tem poder se exerce e a origem deste poder está no Estado, escola, igreja, família, trabalho configurando micropoderes que exercem sobre os indivíduos poder que interfere em sua autonomia tornando-os mansos e dóceis. Em outras palavras, para Foucault os micropoderes são as implicações decorrentes dos mecanismos de força que operam fora, abaixo e ao lado dos aparelhos de Estado e das relações sociais.

Em sua genealogia do poder Foucault se interessa pelas múltiplas e difusas formas pelas quais o poder é exercido sobre o corpo, os comportamentos e sentimentos dos sujeitos tornando-os transmissores de poder. O mandamento do disciplinamento era colocar cada indivíduo em seu lugar e por sua vez em cada lugar colocar um indivíduo articulando os controles locais e as redes ao ampliar os efeitos dos mecanismos disciplinares como o castigo, a punição e o treinamento do corpo na dimensão tecnológica da vigilância e na disseminação dos dispositivos de segurança da vida humana (FOUCAULT, 2000).

Desta forma, esses micropoderes podem ser percebidos no modo como os discursos normativos são moldados nos julgamentos de valores morais que são assentados nas mulheres. Aquelas que resolvem deixar o

⁵ Maria da Glória Gohn (2008) entende por agência e participação processos de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou indivíduo tornando-os protagonistas de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ações individuais e coletivas gerando novos valores e cultura política.

ambiente familiar não se enquadram no modelo ideal de mulher cujo principal indicador de moralidade é sua fidelidade e dedicação ao marido e filhos. O que observamos é que nos procedimentos judiciais há uma estreita relação entre “virtude moral” ao comportamento das mulheres na hora dos julgamentos e discursos legais. Portanto, algumas mulheres do século XXI “provam” da força dos micropoderes, além de experienciarem preconceitos e discriminações. Um exemplo sobre esta questão foi manifestado na fala de Maria 1 na qual foi forçada a optar pela humilhação e sobrevivência diária:

Eu falaria o que o meu filho falou pra mim o que bateu lá no fundo: “toma vergonha na cara e sai dessa vida”, apesar que *não é falta de vergonha na cara é muito medo é medo, meu filho achava que era falta de vergonha na cara mas não era, era medo do que ia acontecer depois, medo de não ter o que dar pra comer pros meus filhos, porque com ele eu apanhava, mas meus filhos tinham o que comer todos os dias é....* medo de você ficar desempregada, medo do que vão falar, do que vão achar...

[...]

Pode dar a volta por cima, mesmo que sofrido não é fácil, não é fácil, não é fácil você sair na rua e todo mundo te olha, não é fácil você procurar um emprego e fecharem as portas, não é fácil dá vontade de voltar pra trás assim pelo que eu tinha, mas nem isso eu sinto mais falta [...]. (Maria 1, entrevista concedida 4 de novembro de 2014).

Para seu filho um adolescente de 17 anos, Maria1 teria como sair da situação de violência na qual ela não deveria aceitar. Ficou evidente que sua sobrevivência era diária donde esta encontrava maneiras de viver um dia de cada vez. Para o filho, o “toma vergonha na cara e sai dessa vida”, sugere: por que viver nessa situação? Entretanto, ela justifica sua permanência insinuando que o sentimento de medo a faz se manter em casa com o agressor. Por ter que viver uma situação na qual não sabe enfrentar, além de aludir à sua obrigação de mãe que, por ora, se colocou mais forte aproximando-a da imagem de “santa” e de “mártir” que deve sofrer pelos seus filhos.

Estar imersa num ciclo de violência, cobranças e imobilização das representações tradicionais de mãe, esposa, companheira parece infundável torna-se cada vez mais insustentável para as Marias. Este encarceramento

dificulta as tomadas de decisões que possam criar alternativas para driblar as situações recorrentes de violência e assumir novamente o controle de suas vidas. No relato de Maria 2 esta esclarece como foram suas preocupações e dificuldades em tomar a decisão de que “a partir de agora eu não quero mais”:

mas era difícil, pois até hoje ele é muito dramático, ele faz muito drama, ele se faz muito de vítima então no começo eu me sentia muito culpada, porque minha mãe aguentou tudo até morrer, eu me sentia culpada, casamento era pra sempre e eu sentia que eu precisava, demorou, até que eu aguentei bastante 20 anos casada... (choro). (Maria 2, entrevista concedida dia 24 de fevereiro de 2015).

Além do medo, anteriormente mencionado, o sentimento de culpa torna-se recorrente nos discursos das Marias, pois, as mulheres foram educadas e socializadas para “sustentar” e “suportar” o casamento anulando-se diante da relação conjugal ao deixar em segundo ou terceiro plano as suas decisões e escolhas pessoais tolerando traições, bebedeiras e agressões.

No marco da discussão acima importa situarmos a ideia de distinção entre violência e poder proposta por Hanna Arendt (1989). Para Arendt o fenômeno da violência está associado às expressões de poder, enquanto que o fenômeno do poder é melhor compreendido em termos de obediência, submissão e dependência. A autora vai associar a violência com a perda de poder visto que não sendo a violência a fonte do poder, quanto mais poder menos violência. Entretanto, estes dois fenômenos estão imbricados e articulam-se no jogo político e assim, constitutivo da vida doméstica. A relação entre ambos (violência e poder), Arendt (1989) argumenta que o poder é fator primário predominante. Partindo desta lógica a autora não recusa a violência, mas sim a acha justificável. Tanto nas relações internacionais, políticas e domésticas, a violência é o último recurso para se manter a relação de poder intacta: “[...] porque aqueles que detêm o poder e o sentem escapar de suas mãos, sejam eles os governantes, sejam os governados, têm sempre achado difícil resistir à tentação de substituí-lo pela violência.” (ARENDR, 1989, p. 108).

O conceito de violência de Arendt é indispensável para nossas análises, pois no âmbito do doméstico, do privado o poder do homem tem

sido ameaçado. Tal ameaça deve-se ao fato de que o movimento feminista fortaleceu as mulheres quanto as questões sobre seus direitos políticos e civis. As lutas por iguais condições de trabalho e de escolarização; a inserção no mercado de trabalho; a conquista de leis e direitos; novas tecnologias demonstrando cada vez mais a relação de troca entre “vítima e algoz” e de empoderamento, foram algumas reivindicações alcançadas pelo movimento feminista. O relato de Maria 1 ilustra bem esta questão.

Ano passado eu tinha me separado dele, antes de me separar, eu queria voltar a estudar e terminar o meu ensino médio, porque na minha casa todo mundo estuda, todo mundo estuda. Eu tenho 4 irmãs que as 4 são pedagogas. Aí eu falei eu quero estudar, não que eu queira fazer pedagogia que não é pra mim, mas assim, eu quero voltar a estudar, só falta um ano eu falei o que é que UM ANO? Aí ele começou a falar que... estudar era pra biscate, que eu ia pra escola pra ir atrás de macho, que não sei o que, que não sei o que... Aí eu um dia eu peguei recebi o meu pagamento e fui pra São Paulo, porque quando eu estudei em São Paulo eu deixei meus documentos lá na escola que eu estudei e eu não trouxe histórico não trouxe nada e eu falei vou voltar lá na escola, pegar meus documentos e vou voltar a estudar, eu falei: queira ou não queira eu vou voltar a estudar, por bem ou por mal eu vou voltar a estudar.

[...]

Quando eu voltei de lá, nossa! Foi uma guerra na minha casa! Que eu cheguei com os documentos e falei: voltei e vou estudar! Aí a gente discutiu e ele me agrediu, ele me pegou pelos cabelos e começou a dar tapa na minha cara e meu filho, meu filho pegou, veio apartou a briga e falou pra ele “se você relar a mão na minha mãe, eu te mato! E você toma vergonha na sua cara e sai daqui, que eu to cansado de te ver apanhando” aí eu peguei olhei pra cara do meu filho e disse: é verdade, tenho que tomar vergonha na minha cara mesmo [...]. (Maria 1, entrevista concedida 4 de novembro de 2014).

A violência se apresenta como um motor importante para a relação de vítima e algoz como pontua Gregori (1993) em seu livro “Cenas e queixas. Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista” donde critica o estereótipo da “passividade feminina”. A autora demonstra que as cenas e queixas que dão nome ao livro são na verdade construídas numa relação de parceria entre homens e mulheres, que não são mais vistos apenas como opressores e oprimidas. A autora considera o lado mais perverso da violência, que é justamente aquele onde as mulheres

atuam para construir e manter seu lugar de vítima, posição que determina que elas sofram no próprio corpo essa perversa construção. Essa parceria entre vítimas e algozes retira das mulheres o estigma da passividade e as inserem dentro de uma rede, garantindo-lhes a possibilidade de deslocamento nas relações de poder. Deste modo, o termo “vítima” muitas vezes se coloca de maneira inadequada na construção das políticas públicas de enfrentamento a violência, refletindo, assim, nos atendimentos, acolhimento e efetivação das mesmas bem como na literatura acadêmica nacional sobre esse tema que estigmatiza as mulheres em passivas, dóceis e frágeis, deixando de evidenciar as inúmeras estratégias, mobilizações e agências que elas fazem parte.

A violência e o poder estiveram quase sempre associados ao masculino na qual utiliza como argumento que procedimentos violentos contra o “inimigo” (namorada / esposa / companheira) são justificáveis. Assim, as mulheres estão sujeitas ao poder daquele que seria o provedor e mantenedor da honra familiar podendo valer-se de sua autoridade para punir, exigir e agredir os demais componentes da família. Para a mulher recai a obrigação de cuidar dos filhos, lidar com as tarefas domésticas estando subordinada aos desejos do homem. Tais relações atingem de maneira mais cruel o âmbito social a partir do momento que expressões de gênero foram incorporadas reproduzindo poderes diferenciados entre homens e mulheres, nos quais os homens foram educados para controlar e dominar suas mulheres e filhos/as, já as mulheres voltadas a criar e cuidar dos/as filhos/as do espaço doméstico e do marido.

PODERÍAMOS DIZER QUE AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA SÃO SOBREVIVENTES?

O conceito de sobrevivente forjado por autores a partir de Primo Levi passou a fazer parte de nosso estudo com as devidas distinções de tempo e espaço, na qual e foi desenvolvida e situada a partir da proximidade com as Marias cujas experiências e relatos nos fez perceber que podemos considerar sobreviventes da violência doméstica estas mulheres. A cada ato violento e agressões cometidas contra elas, fizeram-nas prisioneiras dos seus próprios ambientes domésticos. As Marias (Maria 1 – 15 anos, Maria 2 – 17 anos,

Maria 3 – 7 anos) imersas nas “zonas de sombra e nos não ditos” (POLLAK, 1989, p. 9) passaram longos anos envolta em medos, silêncios, temores, agressões e confinamentos.

Os silêncios e não-ditos das Marias foram reforçados quando ao procurarem atendimentos legais instaurados pela justiça, receberam julgamentos morais, aconselhamentos ou foram (re) vitimizadas ao invés de serem amparadas e terem o respaldo da Lei Maria da Penha. Tal fato aconteceu com Maria 1 que ao procurar atendimento especializado ouviu de uma agente: “[...] olha você tem seus filhos pequenos vê o que você quer [...] às vezes dá pra perdoar”. O silêncio de Maria 1 após ouvir a sugestão da agente se assemelha a outros relatos e para não se exporem, muitas mulheres acabaram recolhidas em suas vidas e não mais procuraram a justiça. Há descaso com depoimentos das mulheres nos espaços que seriam de acolhimento indicado pela própria lei⁶ e pela cartilha da Lei Maria da Penha & Direitos da Mulher (2011)⁷ visto que a própria lei pontua dentre outros deveres dos agentes, não julgar as mulheres que permanecem em uma relação violenta, mas sim, procurar entendê-las e ajudá-las a sair dessa situação que sem segurança, apoio e amparo da lei é complicado e difícil.

Ricoeur (2000, p. 175) em sua sofisticada análise sobre a situação de testemunhar, nos oferece entendimento sobre essa realidade: “há testemunhas que jamais encontram a audiência de escutá-las e entendê-las”. Estas condições nos remetem as inúmeras mulheres que sofreram violência e procuram atendimentos especializados, não obtendo a devida credibilidade ao narrar seu testemunho. A partir deste entendimento poderíamos então sugerir que elas são sobreviventes?

Essas constatações colaboram para pensarmos as condições do relato após uma situação traumática, oferecida por Ricoeur quando se refere à crise do testemunho, como legitimidade; mais especificamente dos testemunhos daqueles que se salvaram dos campos de concentração nazista remetendo a Primo Levi e que viveram um evento e foram até o

⁶ No artigo 3º inciso 1º da Lei Maria da Penha (2006): O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

⁷ A cartilha Lei Maria da Penha & Direitos da Mulher foi produzida em 2011 e organizada pelo Ministério Público Federal juntamente com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC). Disponível em <http://www.prrr.mpf.mp.br/arquivos/pgr_cartilha-maria-da-penha_miolo.pdf>. Acesso dia 25 de maio de 2015.

seu final, não apenas como uma testemunha que o observou de fora, mas sobretudo, como um ator/atriz/vítima que participou de todo o processo de sobrevivência. Deste modo, questões são colocadas diante da dificuldade do sobrevivente justificar a sua própria sobrevivência aliadas aos obstáculos da incredibilidade, dos julgamentos, das reprovações, da vontade de esquecer que acabam por silenciar as testemunhas (RICOEUR, 2000; AGAMBEN, 2008).

A categoria sobrevivente, apresentada por Agamben (2008), sobreviventes de campos de concentração nazi fascistas, e Possas (2015)⁸ sobreviventes dos campos de concentração argentinos, pode ser relacionada às experiências traumáticas das mulheres que experienciaram a vida no limite (Primo Levi). Contar sua própria sobrevivência no ambiente doméstico não é tarefa das mais fáceis para algumas mulheres. Muitas delas se calam diante da vergonha, dos julgamentos e reprovações permeados pelas representações sociais que as desqualificam, principalmente quando procuram atendimentos especializados no qual a justiça não lhe confiam credibilidade aos seus testemunhos.

Maria 1 viveu esse sentimento de ser julgada pela incredibilidade do seu testemunho quando procurou a Delegacia da Mulher pela primeira e única vez com o objetivo de resguardar a guarda de seus filhos:

Teve a audiência e o promotor mandou eu voltar embora e cuidar dos meus filhos e eu falando pro promotor que eu tava sendo agredida eu chorando dentro da sala de audiência e o promotor mandou eu voltar embora e cuidar dos meus filhos, eu não tinha pra onde ir e eu tive que voltar. Aí eu nem procurei mais, porque eu desanimei eu falei não, porque que Lei é essa? Que a gente vai fala pro cara ô eu tô sendo agredida! Eu tô levando nome eu tô apanhando na cara, levando tapa na cara, levando um monte de nome, “volta e vai cuidar dos seus filhos, ele é um cara trabalhador.” (Maria 1, entrevista concedida dia 4 de novembro de 2014).

⁸ No período entre 1976 e 1982 funcionaram na Argentina 340 campos de concentração/extermínio distribuídos por todo o território nacional (CALVEIRO, 2013, p.41), sua complexidade está nas variações entre eles, e pelo número de presos quanto pelo tamanho das instalações. A Província de Córdoba, território do III Corpo do Exército, comandada pelo oficial por Luciano Benjamin Menéndez, “Cachorro” condenado em 2001, a prisão perpétua, se encontravam quatro: La Perla (1976-1979); D2 Bomberos (1976-1978); La Ribera (1975-1979) e D2 Cabildo (1977 a 1983). Megaucausa “La Perla”, 2012. Ver Testemunhos e Sobreviventes, a reinvenção de identidades, viuvez, gênero e o estado de exceção na América Latina. Revista Gênero&Direito, 2015, no prelo.

Mesmo diante dessas condições elas encontram brechas diárias de sobrevivência e de resistência em seus dia-a-dia e são por meio desses fortalecimentos diários que elas chegam a ser sobreviventes. Pelo depoimento de Maria 1, as dificuldades apresentadas as mulheres sobreviventes da violência cometida geralmente por seus esposos ou companheiros em seus lares, são visivelmente percebidas. O discurso jurídico baseado no patriarcalismo e nas representações de gênero arraigadas na nossa sociedade fazem por desqualificar os conflitos de violência doméstica como policial fazendo com que a mulher que procure atendimento com o objetivo de sair das situações vivenciadas volte para sua casa sem solução para o problema e seja constantemente (re) vitimizada (LIMA, 2009).

Diante das situações violentas enfrentadas cotidianamente por essas mulheres sobreviventes, no que se refere às agressões ativamente cometidas por seus companheiros, mas também direcionada para aquele tipo de violência social que acontece no espaço público, principalmente nos espaços jurídicos, questionamentos são colocados e re-significados a partir do momento que a testemunha resolve falar.

No entanto, há outras testemunhas que a “única razão de viver é não permitir que a testemunha morra” (AGAMBEN, 2008, p. 26) e foi por meio dessas brechas no testemunho que conseguimos ouvir dessas mulheres “que lhes couberam viver” (*Ibidem*) a partir do momento que superam as barreiras a elas impostas do preconceito, da vergonha dando-lhes credibilidade ao falar.

A categoria sobrevivente permeia também aspectos sociais que se iniciam na infância como no relato de Maria 3 que teve uma infância muito sofrida diante do descaso de sua mãe em relação aos seus cuidados com a saúde. A sobrevivência de Maria 3 acontece no seu dia-a-dia desde criança até os seus dias de adulta, que segundo ela, só após seus 18 anos é que ela mesma começa a cuidar de sua saúde:

Eu fui criada com uma cabra no quintal, porque eu fiquei 4 meses na UTI, aí quando eu saí de lá o compadre da minha mãe deu a cabra até eu... aí com 2 anos... aí eu fui sobrevivendo né? Com 15 anos eu descobri que a anemia estava muito forte mesmo a ponto de virar uma leucemia [...] mas graças a Deus ela teve controle, porque quando eu fiquei grávida da minha filha, minha mãe era semianalfabeta, quando eu era criança ela cuidou e na adolescência ela não cuidou mais de mim. Eu fui cuidar de mim a partir dos 18 anos quando eu fui mãe e comecei a cuidar [...]. (Maria 3, entrevista concedida dia 7 de novembro de 2014. grifo nosso).

Viver a vida no limite dentro do espaço intrafamiliar é estar suscetível a todos os atos violentos, sendo estes, despercebidos pela justiça, pois se restringem a punições e possibilidades dentro do privado. O líder, remetendo a Arendt (1989), elimina totalmente a condição humana da mulher por seus atos agressivos, simbólicos ou não, o que ocasiona uma espécie de (des)personificação. Dito em outras palavras, as mulheres são vistas como objetos ou “coisas” autorizando o macho alimentar seu sentimento de posse sobre ela.

Refletindo em seus sentimentos de anulação enquanto mulher portadora de direitos e dona das suas próprias escolhas, além da perda da autoestima e vaidades tão caras para a sociedade atual. Esse sentimento de não existência, de não ser ninguém, está presente na experiência vivenciada por Maria 1 chegando ao ponto dela se sentir um “lixo”:

Não tinha auto estima, não tinha auto estima, nada, nada, nada, nada, nada... eu acho que to dando uma melhoradinha agora, mas não tinha, me sentia lixo, sabe assim? Me sentia um lixo, me sentia ninguém [...]

Eu já nem tenho vaidades (risos) então, aí que piorou, nossa! Eu fiquei muito acabada! Demais, demais! Eu não tinha vontade de me cuidar, não tinha vontade de, tinha dia que não dava vontade de sair da cama, escovar os dentes e levantar, eu não tinha vontade. Tanto é que durante esse tempo que eu tomei calmante eu me acabava no calmante pra mim ficar dormindo [...]. (Maria 1, entrevista concedida dia 4 de novembro de 2014).

Agamben (2008) retoma sua discussão sobre o testemunho e os sobreviventes a partir do jargão dos campos de concentração sobre o Muçulmano, que segundo ele é: “[...] o prisioneiro que havia abandonado qualquer esperança e que havia sido abandonado pelos companheiros [...] era um cadáver ambulante, um feixe de funções físicas já em agonia.” (AGAMBEN, 2008, p. 49). Deste modo, o muçulmano é o intestemunhável aquele que pela situação extrema que era submetido nos campos de concentração passa a ser considerado um inumano, não está tanto no limiar entre a vida e a morte e sim, está no limiar entre o homem e o não-homem.

Para Agamben as testemunhas integrais são os muçulmanos, pois já perderam a capacidade de observar, de recordar, de medir e de expressar

e chegaram ao final do poço, ao contrário do sobrevivente, que são exceções e preservam ainda traços humanos. O que está em jogo é continuar sendo ou não um ser humano e conseguir conservar a dignidade e o respeito de si mesmos e a liberdade de escolha, no entanto em situações extremas é praticamente impossível (AGAMBEM, 2008).

As Marias cujos relatos foram escutados e estão sendo aqui explanados passaram por situações cambiantes ora vivem situações extrema de todos os tipos violências, ora passam por condições de pensar o seu próprio vivido tomando consciência do seu lugar enquanto mulher portadora de direitos. Elas não chegaram à condição de muçulmano, ou seja, aquele que não testemunha, aquele que perdeu seus direitos ao ponto de não serem mais humanos, mas sim, são sobreviventes que enfrentaram as situações limites e conseguiram agenciar suas próprias vidas.

Maria 2 permanece há 17 sofrendo violências psicológicas de seu marido, mesmo ao desempenhar todos os comportamentos socialmente esperados como, ser mãe, esposa, dona-de-casa e ainda trabalhadora na esfera pública, seu marido dizia que ela não valia nada e mesmo diante disso ela demonstrou sua reação:

[...] aí que não tem que se sentir como eles dizem que a gente é, a gente não é o que falam que a gente é, a gente não é, a gente não é aquilo, eles falam pra manipular a gente, eu me sentia, por mais que eu trabalhasse, que eu pagava as contas, que chegava em casa limpava a casa, cozinhas ia dar atenção pras crianças, pagava a escolas deles, ia dormir 3 horas 4 horas por noite só, fazia muita hora extra ainda não valia nada, não fazia mais que minha obrigação até o dia que eu falei, não, não é assim, não sou assim, não precisa, é esse basta que elas tem que dar! (Maria 2, entrevista concedida dia 24 de fevereiro de 2014).

Além de elucidar os episódios traumáticos de violências que eram recorrentes no vivido das Marias e os sentimentos de medo, angústia, sofrimento, culpa, dor e dó como relata Maria 2:

[...] eu tinha muita dó, bom, a partir do momento que eu decidi que eu não era aquilo tudo que ele falava eu comecei a ter dó. Dó... aí que eu comecei a não querer sentir raiva e... ele tem problema, ele tem problema e precisa de ajuda que ele cria uma fantasia na cabeça dele ao meu respeito, que falava como se fosse real [...]. (Maria 2, entrevista concedida dia 24 de fevereiro de 2014).

Pontuamos também, suas inúmeras mobilizações e estratégias de sobrevivência - reações que buscavam a efetivação de seus direitos, por meio do fortalecimento das relações de agência, do retorno aos estudos e dos atos de revolta contra as instituições existentes.

Uma das mobilizações que ajudou Maria 1 a não retornar para a situação de violência foi a sua inserção na Padaria Comunitária de um bairro na zona Sul da cidade de Marília, onde ela profissionalizou-se no ofício de panificação. O grupo é composto por mulheres da região com idades diferentes, que vendem os produtos e dividem o lucro entre si, essa pequena renda além das conversas entre as “meninas” como ela mesma nomeia, contribuiu para o processo de empoderamento de Maria:

[...] Ajudou bastante e as histórias das meninas também me ajudou bastante, CONSELHOS das meninas me ajudaram bastante e não vou voltar MESMO! Principalmente agora, não vou, não vou... A gente vai conversando, se enturmando ali e uma conta os problemas pra outra, nossa, faz um trabalho na cabeça da gente muito bom, muito bom. (Maria 1, entrevista concedida 4 de novembro de 2014).

Mesmo sem respaldos e acolhimentos necessários previsto na Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), as Marias conseguiram encontrar inúmeras maneiras de se agenciarem através de grupos de mobilizações sociais e geração de renda ou de amigas divorciadas que deram subsídios financeiros e emocionais para que pudessem, enfim saírem da situação de violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conceitualizar a violência se torna extremamente complexo, pois o termo é multifacetado e enfrenta interpretações distintas principalmente no tocante a violência entre homens e mulheres. Fica evidente a construção de um imaginário coletivo que foi construído historicamente através de discursos sociais (religiosos, jurídicos, médicos, estatal, etc) que subjugavam as mulheres e não as consideravam cidadãs portadoras de direito e por isso passível da violência.

A partir das narrativas das Marias podemos perceber como as relações de poder estão intrínsecas na vida cotidiana dessas mulheres, que assumem diferentes estratégias para “burlar” as amarras da sociedade patriarcal lutando por uma vida mais digna e livre de violência, dor e sofrimento. A violência contra a mulher constitui-se na principal violação dos direitos humanos das mulheres e é tolerada pela sociedade, ao manter-se a impunidade acomodada na ideia de que esse fenômeno é próprio da natureza humana (TELES, 2007).

Para a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) todos os cidadãos são iguais perante a lei e possuem plenos direitos como à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre muitos outros. Contudo, sabemos que a existência de leis não quer dizer que haja a presença dos direitos e suas efetivações dentro das práticas democráticas.

Para Teles (2007) falar de direitos humanos para as mulheres ainda é um tema novo e por isso passível a diversas críticas, pois para alguns, isso não passaria de privilégios para as mulheres. E por isso o tema dos direitos humanos das mulheres deve ser tratado recuperando conceitos históricos e as lutas políticas que já foram travadas em torno deles. Sendo essa, uma necessidade que se impõe para prosseguir na luta para a sua efetivação.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *O que resta de Auschwitz*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *Sobre a violência*. Tradução de André de Macedo Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: a experiência vivida*. São Paulo: Difel, 1972.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei 11.340 de 07 de Agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 10 jun, 2015.

D'ALESSIO, M. M. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos e poderes. *Projeto História*. Revista do Programa de Pós Graduação em História PUC/SP, n. 17, p 269-280, nov. 1998.

FOUCAULT, M. Soberania e disciplina. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 179-192.

GOHN, M. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Questões da Nossa Época. V.123).

GREGORI, M. F. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*, Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra; ANPOCS, 1993.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LIMA, L. L. G. As práticas de administração de conflitos de gênero no cotidiano das Delegacias de Polícia. *Dimensões: Revista de História da UFES*, v. 22, p. 117-139, 2009.

_____; SOUZA, S. A.. Representações de gênero e atendimento policial a mulheres vítimas de violência. *INTERthesis*, Florianópolis, v. 6, p. 61-85, 2009.

MARANHAO FILHO, E. M. A. Para uma historia do tempo presente: uma história de nós mesmos. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n.17, p.137-151, 2009

MELO H. P. *Heleieth Saffioti (1934-2010): socióloga, professora, escritora e pensadora feminista*. CNPQ, 2010 Disponível em: <<http://www.cnpq.br/>> . Acesso em: 6 jul. 2015.

MILL, S. *A sujeição das mulheres*. São Paulo: Escala, 2006.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. *Lei Maria da Penha & Direitos da Mulher*. Brasília, 2011. Disponível em <http://www.prrr.mpf.mp.br/arquivos/pgr_cartilha-maria-da-penha_miolo.pdf> . Acesso em: 25 de maio de 2015.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*. n. 42, p 1- 14. (no prelo).

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, A. História oral como gênero. *Proj. História*, São Paulo, v. 22, p. 9-36, jun. 2001.

_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Proj. História*, São Paulo, v. 15, p. 13-49, abr. 1997.

POSSAS, L. M. V. Testemunhas e sobreviventes, a (re) invenção de identidades: viuvez, gênero e o Estado de Exceção na América Latina. *Gênero & Direito*, Universidade Federal da Paraíba, v. 4, n. 01, p. 61-75, 2015.

RAMOS, M. S.; MACHADO, G. S. Lei Maria da Penha: avanço necessário mas ainda insuficiente. *Cadernos Aslegis*, n. 38, p. 52-59, set./dez. 2009.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis, Vozes, 1979.

SANTOS, C. MacD.; IZUMINO, W. P. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe*. Universidade de Tel Aviv, v. 16, n. 1, 2005.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 05-22, 1990.

SOIHET, R.; PEDRO, J. M. A emergência da pesquisa da historia das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.27, p. 282- 300, 2007.

TELES, M. A. A. *O que são direitos humanos das mulheres*. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Primeiros Passos).

MÍDIAS DIGITAIS, PROCESSOS SOCIAIS E SUBJETIVIDADES: NOTAS PRELIMINARES PARA UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA¹

Felipe Padilha

Lara Facioli

CRESCE DEPENDÊNCIA POR INFORMAÇÃO NO MUNDO

Uso de computadores torna-se obrigatório para usuários que precisam de atualização constante

O primeiro sinal é a mania de checar a chegada de e-mails a todo instante. O segundo pode ser a angústia de correr os olhos por uma enxurrada de dados sem aprofundar-se em nada. O vício por informação - mais um item na lista das compulsões modernas - cresce em todo o mundo, segundo estudo encomendado pela agência internacional Reuters. O assunto preocupa usuários de computador, empresas de comunicação e especialistas em relações humanas.

As armas de sedução tornam-se cada dia mais sofisticadas e imprescindíveis: serviços de transmissão de dados em tempo real, Internet,

¹ As reflexões desenvolvidas neste artigo foram apresentadas no minicurso intitulado "Mídias digitais e subjetividades - considerações sobre a pesquisa na rede" ministrado no I Seminário Internacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e pelo Grupo de Estudos Mundo Contemporâneo, da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, campus de Marília, realizado entre os dias 22 e 24 de setembro de 2015.

redes de televisão, jornais e revistas. Os clientes vivem uma relação dúbia com seus sedutores. Ao mesmo tempo em que se sentem vítimas da overdose de informação, exigem mais e mais notícias.

[...]

A preocupação dos pais em relação ao vício de informação também aparece no relatório da Reuters. Quase metade dos entrevistados afirma que as crianças preferem computadores aos colegas e 36% dos adultos estão preocupados com os efeitos dessa overdose sobre os filhos. O trabalho da Reuters alerta as empresas e escolas para o vício. “Treinamentos ensinam as pessoas a selecionar informações e evitar esses problemas”, diz o diretor do Grupo de Informação de Negócios, Michel Foster”. [...].

O Estado de São Paulo, 28 de fevereiro de 2015

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma leitura sociológica sobre as mídias digitais para problematizar as articulações entre o desenvolvimento das teorias e dos conceitos mobilizados para pensá-las. Também nos interessa oferecer às pessoas pouco familiarizadas com a temática uma trilha teórico-metodológica para uma inserção preliminar sobre o fenômeno contemporâneo das relações digitalmente mediadas. Pretendemos também chamar a atenção para a relação existente entre a história das mídias e da internet e os conceitos produzidos para pensá-las, em especial aqueles forjados em diálogo com as ciências sociais e as abordagens contemporâneas sobre a relação entre mídia digitais, subjetividade, política e gênero.

Inicialmente discutiremos como as mídias digitais e os seus usos tornaram-se fonte de ansiedade social no discurso dos jornais do final da década de 1990. A descontinuidade com a ordem precedente, a intensa transformação social, somada ao deslocamento tecnológico, foram ingredientes que guiaram as interpretações otimistas ou pessimistas desse período. Partindo de uma interpretação histórica das tecnologias de comunicação sugerimos que as dinâmicas que envolvem o uso das mídias digitais são histórica e culturalmente situadas. Mais do que isso, pensando com a sociologia processual de Norbert Elias, sugerimos que o processo de tecnição que culminou na ampla disseminação das mídias digitais é o resultado histórico de um processo de longa duração, não-planejado e que

atravessou a produção das subjetividades contemporâneas, na medida em que colocou em operação novos padrões de controle e auto-regulação.

Em seguida, apresentamos duas abordagens teórico-metodológicas das mídias digitais que são fundamentadas em contextos tecnológicos, teóricos, culturais e políticos bastante distintos. Em um primeiro momento, discutiremos como o chamado paradigma midiológico tecnológico, representado por McLuhan e Pierre Levy, produziu e disseminou os conceitos de “ciberespaço” e “cibercultura”. Ainda que tenham ganhado bastante popularidade nos anos 2000, nosso argumento é que o alcance explicativo desses conceitos pode ser questionado frente ao desenvolvimento das tecnologias e dos seus usos, bem como da popularização das mídias. Em contraste, apresentaremos a apropriação crítica do sociólogo Scott McQuire que tensiona o conceito de “ciberespaço” a partir do “espaço relacional”.

Por fim, discutiremos algumas abordagens recentes que oferecem aportes teóricos para uma reflexão sobre as transformações subjetivas que ganharam destaque com a popularização das mídias e dos seus usos e faremos uma breve recuperação sobre o uso das mídias em território nacional, que figuram em nossas pesquisas e que apontam para as ressignificações das relações mediadas.

De modo geral, buscamos reunir um conjunto de questões introdutórias pensando em um público que deseja se aproximar do tema. Nossa intenção não é oferecer respostas cabais sobre os usos dessas mídias, mas apresentar um conjunto de questões com as quais nos deparamos em nossos próprios percursos de pesquisa. O objetivo é colocar em circulação elementos históricos, teóricos e conceituais que colaborem com outras reflexões e apropriações sobre as relações digitalmente mediadas no contexto brasileiro contemporâneo.

Desde sua origem latina até o seu emprego atual, o termo “mídia” conserva o sentido de “mediação”, algo por meio do qual informações são passadas. Sobretudo depois da invenção e popularização de tecnologias como a imprensa, o rádio, o cinema, a televisão e, mais tarde, a internet, essa palavra, cada vez mais, passou a ser associada o conjunto dos chamados “meios de comunicação social”. Como mediação, a mídia não possui valor em si. Ou melhor, ela não possui valor que possa ser separado das consi-

derações feitas por um olhar informado por outros valores. Desse modo, uma compreensão sociológica das mídias deve considerar os espaços e os contextos nos quais elas operam, assim como os usos que delas fazemos.

A notícia apresentada no início do texto expressa os temores suscitados pela chegada da internet comercial no país, na metade da década de 1990, e pela intensificação da possibilidade de uso das mídias digitais no Brasil. Trata-se de um documento histórico que comunica sobre a experiência e as expectativas de uma época e que nos permite acessar sob quais juízos e moralidades as relações sociais digitalmente mediadas foram recepcionadas e compreendidas no Brasil.

Conectar-se por aqui foi um privilégio do qual apenas pequena parcela da população, situada sobretudo nas capitais e regiões metropolitanas, pôde desfrutar no final dos anos 1990. O computador, até então único suporte para a rede, ainda não se configurava como um “utensílio doméstico”, tampouco como equipamento de uso pessoal. Até o barateamento e popularização dos *notebooks* e, mais recentemente, dos *smartphones*, era comum que as famílias compartilhassem em suas casas um único aparelho. A recomendação era que o computador doméstico fosse estrategicamente instalado na sala principal para viabilizar o controle do conteúdo acessado pelas crianças e adolescentes.

Nesse período, os discursos veiculados por jornais e revistas, com frequência, estampavam em suas manchetes apontamentos trazidos por pesquisas científicas recém engajadas na observação das dinâmicas online. Essas pesquisas mantinham em comum uma percepção negativa e pessimista a respeito do que seria a internet e sobre as possíveis consequências decorrentes da exposição contínua das pessoas ao uso dos computadores. Os argumentos quase sempre descreviam como os efeitos da tecnologia se espalhavam pelas mais diferentes áreas da vida cotidiana, muito embora o repertório variasse desde o potencial vício até os temores despertados pelas possibilidades de ser enganado ou tornar-se alvo de golpes aplicados por desconhecidos na internet.

O tom de pessimismo calcado no determinismo tecnológico contido nas afirmações médicas atraía a argumentação para o regramento e, conseqüentemente, fomentava práticas de controle ao acesso que, quando

não estabelecidas dentro dos devidos limites, seria potencialmente causadoras de solidão, de criação de realidades paralelas, de isolamento e individualismo. Um consenso figurava de maneira central nesses discursos: a internet e os computadores, desde muito cedo, foram entendidos como ferramentas poderosas e capazes de desencadear transformações tanto nas relações sociais, quanto na subjetividade.

Atualmente, passados vinte anos da chegada da internet comercial, o acesso às mídias digitais se apresenta cada vez mais possível e incorporado na vida cotidiana do país². Apesar da desigualdade digital presente no nosso contexto, pesquisas recentes apontam que a população brasileira, de modo geral, está cada vez mais conectada, principalmente via telefone celular³. Nesse período de quase duas décadas, o perfil de usuários também mudou e a população de baixa renda que acessa a rede passou a enxergar nela não apenas uma esfera de sociabilidade e de conexão com amigos e parentes, mas possibilidade de desenvolvimento de empreendimentos próprios e meio de ascensão social (FACIOLI, 2013).

Os usos das mídias e a expansão crescente de relações digitalmente mediadas atualmente assumiram o lugar nas manchetes jornalísticas que nos colocam como um dos países que mais dedica tempo às redes sociais⁴. O tom das pesquisas se diversificou e, embora o viés pessimista permaneça em algumas manchetes, progressivamente tem aumentado o número de trabalhos apontando para a multiplicidade de usos das redes. Além disso, os estudos que ressaltam um suposto excesso de individualismo do sujeito conectado, têm sido matizados com análises que pensam as mídias digitais como agente de mudanças (McQUIRE, 2011), como mediadora de relações sociais (TURKLE, 2011; BAYM, 2010), como possibilidade de formação de identidades culturais (HARAWAY, 2000), como produtora de redes sociais e espaço de tensão política, hegemonia e resistência (CAS-

² Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) relativas à Tecnologias da Informação e Computadores (TIC), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e apresentados em 2014, quase metade dos domicílios brasileiros tem computador em casa. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=266778>. Acesso em: 10 de dezembro de 2015.

³ Segundo a mesma PNAD, o número de acesso a internet via celulares aumentou, o tirou o protagonismo do computador da cena de acesso de cinco Estados Brasileiros: Sergipe, Pará, Roraima, Amazonas e Amapá.

⁴ Os dados apresentados pela pesquisa Digital Future Focus Brazil 2015 produzida pelo consultoria ComScore afirma que os brasileiros gastam em média 650 horas por mês em redes sociais. A média é 60% maior do que no restante dos países analisados. Disponível em: <https://www.comscore.com/por/Imprensa-e-eventos/Apresentacoes-e-documentos/2015/2015-Brazil-Digital-Future-in-Focus>. Acesso em: 10 de dezembro de 2015.

TELLS, 1999; MISKOLCI, 2015; KURASHIGE, 2014; PADILHA, 2015) e também como lugar de criação de laços, de auxílio emocional, de ajuda-mútua e de mobilização coletiva (ILLOUZ, 2011; FACIOLI, 2013; DO PRADO, 2015; BELELI, 2015; PELÚCIO, 2015).

NOTAS SOBRE DESENVOLVIMENTO DAS MÍDIAS DIGITAIS

Hoje em dia, se tivéssemos a possibilidade de caminhar pelas ruas e aplicar um questionário sobre como o uso da energia elétrica afeta nosso cotidiano, provavelmente notaríamos pessoas surpresas ao ter que refletir sobre algo que está tão implícito às nossas atividades diárias. Poderíamos também questionar sobre o quanto essas pessoas são “dependentes” da eletricidade e o quanto uma queda no fornecimento de energia nos causaria ansiedade. Colocando essa análise fictícia da eletricidade em analogia com os argumentos lançados sobre as mídias, poderíamos indagar: somos viciados em eletricidade, já que praticamente tudo o que fazemos depende dessa tecnologia?

Essas questões comprometidas com a desnaturalização nos mostram como alguns processos tecnológicos foram historicamente foram naturalizados ao ponto de parecer que sempre fizeram parte da nossa paisagem cotidiana. Uma recuperação capaz de situar o processo histórico, político e cultural nos permite refletir sobre as mudanças sociais e subjetivas pelas quais passamos e que nos conduziram ao que nos tornamos hoje. Uma reflexão genealógica desses processos abre a possibilidade de, por exemplo, problematizar os discursos a respeito do impacto totalmente negativo ou excessivamente positivo que as mídias teriam em nossas vidas. Para além de pensar se estes avanços tecnológicos nos fazem bem ou mal, desejamos compreender, quais deslocamentos eles nos suscitaram e como em diferentes contextos ressignificamos os usos que fazemos das mídias.

Em termos de impacto na vida social, os efeitos da difusão das tecnologias da informação só tiveram precedentes na história da humanidade no contexto da revolução industrial e dos processos de urbanização dos séculos XVIII e XIX. Assim como ocorreu com estas últimas, o advento da eletrônica e da digitalização introduziram um padrão de descontinuidade nas bases materiais da economia, das relações sociais e da cultura. E, tal

como no contexto das revoluções industriais, as alterações nos padrões de vida, nas relações sociais e nas subjetividades marcadas pelas tecnologias, desafiaram a criatividade de estudiosos dedicados a compreender aquele momento de mudanças e, principalmente interpretar o mal-estar e as promessas colocados em cena.

As alterações nas relações sociais evocadas pela revolução industrial foram enfrentadas pela teoria social por um lado, com pessimismo e, por outro, como fundamentais para a compreensão do que viria a ser uma nova ordem social. Emile Durkheim, por exemplo, via na liberdade individual, resultante dos processos de divisão do trabalho e da ocupação dos centros urbanos, uma ameaça que colocava um alto risco à coesão social. Karl Marx, ao olhar a indústria alemã, não deixou de fora da problemática o excessivo individualismo gestado naquele contexto. Do mesmo modo, Georg Simmel se manteve atento aos novos estímulos causados nas subjetividades, ou na vida mental, como consequência da intensificação decorrente da vida na metrópole. A atitude *blasé*, nesse sentido, pode ser entendida como uma espécie de estratégia subjetiva para lidar com a intensidade desses estímulos.

Algo similar ao surgimento dos grandes espaços urbano-industriais se passa no contexto atual de avanço das mídias-digitais e dos seus acessos. É consenso que as tecnologias incidiram sobre as relações sociais e impactaram as nossas subjetividades. A mesma curiosidade que pautou os analistas das revoluções industriais ainda faz com que se multipliquem as explicações teóricas que disputam o poder explicativo dessas mudanças. Entretanto, antes de aprofundarmos a discussão sobre as formas de interpretação dos efeitos da tecnologia em nossas vidas, faremos uma breve retomada dos processos sociais que resultaram no desenvolvimento das mídias digitais. Nosso interesse com isso é situar alguns aspectos da história das mídias digitais apresentando parte das questões e interesses que estavam em jogo.

As mídias digitais, ou seja, o conjunto de dispositivos que engloba as redes e os seus suportes possuem uma história ampla, difusa e relativamente pouco debatida no campo das ciências sociais. Quando falamos em mídias digitais, de modo sintético, estamos nos referindo ao conjunto de dados transformados em uma sequência de números que podem ser

interpretados por um computador. De modo simples, qualquer dado que trafegue pelas mídias digitais, seja ele um som, uma imagem ou um conjunto de letras é, antes, convertido em uma sequência de números ou dígitos, daí o aspecto digital. Portanto, uma das diferenças mais notáveis entre as mídias digitais e as suas predecessoras analógicas como, por exemplo, o jornal, o rádio, o cinema e a televisão é o fato de que ao serem digitalizados os suportes físicos de armazenamento desaparecem.

Uma abordagem informada pela sociologia-processual proposta por Nobert Elias (2006) nos permite traçar alguns paralelos entre o que se passou com o desenvolvimento dos transportes durante os séculos XIX e XX e as inovações tecnológicas que permitiram o desenvolvimento dos computadores. Dessa perspectiva, mais do que o acúmulo do resultado de pequenas invenções particulares, cada uma das inovações que permitiram o desenvolvimento dos computadores comporta, em si mesma, um processo social que envolve experimentações, um período de não-saber, de riscos e perigos e, inclusive, de maturação. Mais do que isso, comporta interesses sociais de uma época, jogos de poder, ideais e fantasias sobre o possível e o impensável. Portanto, a questão plausível de ser aqui colocada não é quem inventou o computador ou a rede, mas quais foram os processos de experimentação - inicialmente difusos e posteriormente concentrados - que permitiram o desenvolvimento dessas máquinas? Onde eles se concentraram e sob quais interesses?

Nesse sentido, aqui iremos compreender o processo histórico de desenvolvimento dos computadores e da internet como processos de tecnização. Para Elias (2006, p.35):

tecnização é o processo que, à medida que avança, permite que se aprenda a explorar objetos inanimados, cada vez mais extensamente, em favor da humanidade, manejando-os e os processando, na guerra na paz, sobretudo na expectativa de uma vida melhor.

A tentativa de desenvolver máquinas capazes de executar comandos programados prescindem das máquinas de calcular criadas no século XIX. Charles Babbage (1792-1871), na década de 1830, projetaria o desenvolvimento de dois tipos de máquinas: a diferencial e a analítica. Ambas foram fundamentais para o desenvolvimento dos computadores eletrôni-

cos no século XX, sobretudo quando foram articuladas às primeiras ideias da eletromecânica. Retrospectivamente, os projetistas desses computadores constatariam que em grande medida Babbage tinha antecipado boa parte dos aspectos por eles desenvolvidos (BRETON, 1991).

A máquina analítica era programável a partir de cartões perfurados, uma técnica criada por Joseph-Marie Jacquard, em 1804, com a intenção produzir um tear automatizado. Com aproximadamente o tamanho de uma nota de um dólar, os cartões perfurados permitiam que dados e comandos fossem inseridos e lidos pelas máquinas. A mecanografia, ou o trabalho manual de perfuração dos cartões, era majoritariamente executado por mulheres. Por assim dizer, a máquina separava a memória do processador propriamente dito. Nesse caso, o cartão perfurado encarnava os códigos da memória, enquanto à máquina cabia a função de operar processando os dados (MAGALHÃES, 1997).

Magalhães (1997, p.23) aponta que a consolidação do comércio nacional e internacional aquiesceram a disseminação concomitante das máquinas de calcular e tabular, que passariam a ser cada vez mais usadas, até serem consideradas indispensáveis, para a realização das tarefas dos escritórios. As máquinas de calcular mostraram sua utilidade em diversos momentos, inclusive, ajudaram a tabular com mais velocidade os dados do censo demográfico de 1890, nos EUA. Anos mais tarde, o cartão perfurado foi retomado novamente por Herman Hollerith, empresário e fundador de uma empresa que desempenhou um papel relevante na história dos computadores: a *Industrial Business Machines* (IBM).

A literatura também mostra que a produção de máquinas tabuladoras possui uma relação de interdependência com as máquinas de escrever, em especial, com as primeiras máquinas elétricas lançadas pela IBM em 1934. Aliás, a sigla IBM só surgiu em 1924, embora a empresa tenha sido em 1911, com o nome CTR (*Computing Tabulating Machine Co.*). A IBM é um exemplo do processo não-planejado característico da tecnização: ela resultou da fusão de um fabricante de balanças e cortadores de frios e moedores de café com outra empresa fabricante de relógios de ponto. O contexto histórico de formação dos grandes trustes dos EUA de fins do XIX, que se mantiveram até a Primeira Guerra, pode também

ser lido como o momento de expansão da infra-estrutura de comunicação daquele país.

Em termos cronológicos, as técnicas das calculadoras se desenvolveram primeiramente pelas calculadoras mecânicas, passando pelas eletro-mecânicas chegando às eletrônicas capazes de processar sinais elétricos em circuitos analógicos ou digitais. Entretanto, não se trata de uma sucessão em escala linear, uma vez que elas coexistiram por muitas décadas de forma simultânea. “A supremacia da calculadora eletrônica digital se deu preponderantemente por razões de ordem mercadológica, graças à popularização do uso comercial do computador.” (MAGALHÃES, 1997, p. 25).

Em 1936, o matemático britânico Alan Turing desenvolveu a “máquina universal”, capaz de processar tarefas a partir de cálculos matemáticos e algoritmos. Os cartões perfurados foram fundamentais para que Alan Turing, atuando junto ao exército Britânico durante a Segunda Guerra Mundial, alcançasse êxito na decifração de códigos secretos alemães (FONSECA FILHO, 2007). Desse modo, o pano de fundo histórico sobre o qual se desenvolvem ambos, os computadores e a internet, remontam aos contextos bélicos/militares e às disputas entre interesses nacionais que marcaram o século XX.

Entre as décadas de 1950 e 1960 o aperfeiçoamento da técnica resultou nos primeiros *mainframes*. Estes computadores de grande porte que ocupavam salas quase inteiras foram os primeiros capazes de processar grande volume de dados, demonstrando como a computação poderia resolver o problema de simultaneamente memorizar e gerir informações. O foco nesse momento era melhorar a eficiência da produção industrial. Nas décadas seguintes, cada vez mais, o computador deixou de ser visto apenas máquina de armazenar informações transformando-se num equipamento capaz de desempenhar funções programadas com precisão.

O período da Guerra Fria, marcado pelo desejo de demonstrar supremacia tecnológica e econômica, bem como pela necessidade de domínio da informação, estimulou o aperfeiçoamento das tecnologias da comunicação. Os interesses que visavam transformar o processo produtivo industrial por meio do aumento da capacidade de programação e do processamento acelerado de dados foi articulado também à história da pro-

dução das armas nucleares e à corrida espacial. Esse conjunto de forças em disputa tomou o desenvolvimento da computação como uma tecnologia poderosa capaz de potencialmente reduzir ao mínimo o risco de erro humano durante o processo maximizando os resultados (ATIQUÉ, 2013).

Além disso, como mostra Adrian Atique (*Idem*), o processo de miniaturização dos computadores foi aquiescido nesse período como uma demanda decorrente da corrida espacial e da exigência de reduzir o tamanho dos *mainframes*. O tamanho reduzido tornaria viável que os computadores fossem acoplados aos foguetes sem que isso prejudicasse a potência e/ou capacidade. Os avanços em torno da tecnologia da informação se fizeram em cenários políticos de Guerra e pós-Guerra que são indissociáveis de interesses e de ambições tanto militares, quanto comerciais de nações como os EUA e a extinta União Soviética, vistas como as duas grandes potências econômicas e políticas daquele momento. A expressão mais bem acabada dessa corrida pela miniaturização dos computadores pode ser encontrada na tecnologia dos atuais *smartphones*, ou telefones celulares inteligentes.

O aperfeiçoamento dos computadores pessoais garantiu que, ainda na década de 1980, o seu uso fosse difundido para aplicações no trabalho, tais como programas de planilhas, processamento de banco de dados, entre outros. Foi nesse período que a posse de computadores se tornou comum entre as classes médias estadunidenses (*Ibidem*). Já na década de 1990 os computadores pessoais tornaram-se peças comuns no cotidiano das classes médias das potências econômicas com economias de mercado altamente desenvolvidas. O barateamento de produções e padronização de *softwares* aliada a uma explosão sem precedentes nas telecomunicações provocados pelo advento da fibra óptica de alta velocidade e pelo processo de privatização das telecomunicações foram figuras que prescindiram à chegada da internet com os seus contornos comerciais. Aliás, como é sabido, foi com as privatizações das telecomunicações que se deu a introdução da internet comercial no Brasil.

A sofisticação da linguagem computacional e a intensificação da produção de programas (*softwares*) garantiram, dentre outras coisas, a possibilidade de conectar essas máquinas em rede. Embora a noção de “rede social” tenha ganhado popularidade após o advento da internet, esse vocabulário não é exclusivo e tampouco gerado pelos usos da tecnologia

da comunicação. Ao que tudo indica, o pesquisador britânico A. J. Barnes foi quem primeiro empregou o conceito, em 1954, em um estudo feito em Breda, uma pequena comunidade agrícola localizada na Noruega. Barnes estava interessado em compreender o fluxo das relações sociais e as características do contato entre as pessoas na vida cotidiana. Reconstruídas a partir da observação de quem estabelecia contato com quem e por quais razões, a rede social permitiria ao pesquisador identificar quais são os vínculos estabelecidos entre as pessoas e como essas relações atravessam a vida cotidiana (BARNES, 1954).

A internet ganhou seus primeiros contornos em 1969 quando o Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América colocou em funcionamento a primeira rede operacional de computadores à base de comutação de pacotes. Gestada no Pentágono, a rede inicialmente teve seu uso apenas direcionado aos interesses dos órgãos militares. Chamada de ARPANet, acrônimo em inglês para *Advanced Research Projects Agency Network*, a rede teve como objetivo principal interligar as bases militares e os departamentos de pesquisa do governo.

No contexto da Guerra Fria, contando com altíssimos investimentos financeiros, a tecnologia da rede foi aperfeiçoada pela defesa estadunidense que temendo a possibilidade de que possíveis ataques destruíssem o centro de armazenamento de dados dos meios convencionais de telecomunicações. Distribuir a informação em uma rede interligada foi uma estratégia que remodelou a noção de segurança, pois permitiu a distribuição e o armazenamento sem um centro específico ou uma rota única para o tráfego de informações. A circulação simultânea da informação em fluxos diversos e em direções distintas tornava quase impossível a sua localização por completo e, conseqüentemente, a sua destruição.

Na década de 1970, as universidades e outras instituições que atuavam junto a defesa foram autorizados a se conectar à rede. Nesse período existiam aproximadamente uma centena de sites. A expansão da rede alterou seu uso e, no começo da década de 1980, a ARPANet se dividiu dando origem a MILNET, voltada exclusivamente aos assuntos militares, enquanto a outra parte da rede, a Internet, foi tornada pública. A criação do World Wide Web (WWW) padronizou a navegação que, por meio de um software, “permitia os usuários visitar facilmente documentos em qual-

quer número de redes diferentes e navegar através de informações em todo o sistema de redes de computadores interligados (a Internet)” (ATIQUÉ, 2013, p. 13).

Uma das características mais marcantes dessa primeira fase da Web, chamada também de Web 1.0, era a sua lógica quase estática. Isso quer dizer que os usuários não interagem com o conteúdo que consumiam. Essa fase foi marcada, sobretudo, pelo predomínio dos grandes portais de internet como, por exemplo, a America OnLine. Nesse cenário cabia aos portais e às equipes de produção, geralmente formadas por profissionais de diferentes áreas, os gerar o conteúdo tornando-o capaz de atrair o usuário para acessar as informações disponibilizadas.

A expansão das novas mídias ocorreu no que Atique denomina de “período de globalização”, entre 1991 e 2007, correspondente exatamente ao final da Guerra Fria e ao colapso da União Soviética até o início da crise das hipotecas nos Estados Unidos que se espalhou pelo mundo. Esse processo já avançado, em meados dos anos 2000, corresponde também ao que Manuel Castells (1999) chamou de sociedade de rede, marcada pelo fluxo de informações, mercados e pessoas. Em convergência, esses autores apontam como esse processo não se deu de modo igualitário para todos os países e foi atravessado também pelo remanejamento das relações e da reterritorialização das desigualdades mediante o descentramento da ordem social anterior.

O processo de tecnização das mídias mostra que as transformações na dinâmica da comunicação podem ser melhor compreendidas se historicamente situadas. Em termos didáticos, até o século XIX houve um predomínio exclusivo da comunicação entre um emissor e um receptor. Empiricamente esse modelo comunicacional corresponde às cartas, ao telegrama e ao telefone. Embora tenha sido iniciada com o livro e a mídia impressa, a transição desse modelo de comunicação se deu no século XX com a emergência das mídias de *broadcasting*, tais como o cinema e, anos mais tarde, a televisão. A partir desse momento, o modelo de comunicação é deslocado para um emissor com muitos receptores/espectadores. Na passagem do século XX para o XXI, marcada pela entrada da internet, o diagrama da comunicação foi mais uma vez deslocado para uma dinâmica

em que muitos emissores propagam mensagens para muitos receptores. Esse é a dinâmica característica das redes.

As passagens entre esses diagramas não se deu de maneira estanque eliminando o meio anterior. De outro modo, elas se fizeram de maneira interdependente e sobreposta. Assim, podemos dizer que a web 1.0 ainda conservava muito da dinâmica e da experiência imaginada pelas mídias de *broadcasting* e os livros preconizam elementos que estarão presentes nas dinâmicas seguintes, permanecendo ativo até os dias atuais. Atualmente, nos estudos sobre mídias digitais, é bastante comum a aceitação da ideia de que vivemos no contexto da web 2.0. A principal característica dessa nova internet é o fato de ser gerada pelo usuário, mas gerida por profissionais para gerar lucros (BAYM, 2013). Essa mudança está diretamente ligada ao barateamento e proliferação dos equipamentos de áudio e vídeo, sobretudo após a chegada dos *smartphones* ao mercado. As câmeras e as funcionalidades de áudio e vídeo acoplados aos equipamentos viabilizaram a passagem para um tipo de comunicação produzida e disponibilizada pelos usuários, mas que é gerida pelos sites para gerar lucros como acontece, por exemplo, o *YouTube*.

Com essa breve recuperação histórica do processo de tecnização das mídias digitais apresentamos algumas peças de um processo não-planejado, interdependente e inacabado. Mais do que isso, nosso argumento é que esse processo se deu colocando em curso um novo padrão de civilização que implicou em novas formas de regulação e controle. Ao falar em processo, pretendemos remeter, mais uma vez, aos conceitos de Elias (2006, p.27), para quem “o processo social refere-se às transformações amplas, contínuas, de longa duração de figurações formadas por seres humanos, ou de seus aspectos”. Tomar as mídias a partir de uma sociologia processual nos permite compreender como a tecnologias da comunicação colocaram em outros termos os padrões de auto-regulação impactando nas subjetividades.

PARA UMA COMPREENSÃO DO ESPAÇO RELACIONAL

O ciberespaço é, sem dúvidas, um dos conceitos mais populares nas pesquisas sobre/com mídias digitais. De modo simples, o ciberespaço seria aquele existente entre os computadores conectados. Atualmente, ain-

da é bastante comum o emprego do prefixo “ciber” para qualificar o contato por uma rede digital. O prefixo, nesse caso, deriva da elaboração teórica sobre a cibernética como uma relação entre informação, comunicação e controle de um determinado sistema. O termo, empregado inicialmente por Norbert Wiener (1975), remonta ao vocábulo grego *kibernos*, que significa “controle” ou “governo”, em sua acepção latina. O que está por trás da ideia de cibernética, portanto, é uma noção instrumental da informação como sendo a chave para entender e prever ações dentro de um sistema. Assim, ao falar em cibernética estamos apontando para um sistema e para o seu aspecto de retroalimentação, ou *feedback* (MARTINO, 2015, p. 21).

O filósofo francês Pierre Lévy (1999) pode ser apresentado como um dos responsáveis pela popularização do ciberespaço, em especial no contexto brasileiro. Tal como empregado por ele, o conceito guarda conexões com a cibernética. Na década de 1990, quando produz seus escritos mais conhecidos, Lévy assiste a chegada e a expansão da internet comercial no mercado francês. Em parte, isso permite compreender o seu interesse no crescimento do que ele denomina de “cibercultura”. Ou seja, o circuito de ideias, práticas, representações, textos, imagens e ações que estão marcados pela interação digitalmente mediada. A cultura é aqui entendida em um sentido amplo, sempre organizada a partir de um conjunto de práticas, o que nos permite dizer que a cibercultura é a cultura - ou as práticas - que ganham contornos no ciberespaço.

O conceito de ciberespaço é o resultado de uma compreensão inicial sobre um conjunto de transformações sociotécnicas em curso e que marcaram a passagem do século XX para o XXI. Um dos seus ganhos foi viabilizar uma compreensão do espaço como um campo aberto e indeterminado - uma vez que as mídias tendem à convergência - interconectado e combinado com outros dispositivos de gravação, comunicação e simulação (LEVY, 2015, p.102).

Para Lévy (2003) são quatro os componentes estruturais do ciberespaço: a) o compartilhamento de memórias e informações pelas pessoas conectadas; b) as ações que devem ser desempenhadas pelo computador são organizadas por programas; c) as interações e o acesso aos dados são mediados por uma interface; d) todos os elementos anteriores são digitalmente codificados, ou seja, são traduzidos em fórmulas matemáticas que

manipuláveis por computadores e armazenáveis em memórias. Ao serem transformados em dígitos (digitalizados), os dados tornam-se “virtuais”.

O termo virtual não deve ser entendido em oposição ao real, no limite, ele poderia ser oposto ao físico, já que tratamos de algo que existe em potência. Uma vez digitalizado e armazenado em uma memória um dado virtual/potencialmente pode ser acessado por qualquer pessoa, desde que possua uma conexão. Um planetário de críticas poderia ser apresentado em contraposição às formulações de Lévy. Em geral, os argumentos contrários marcam a perspectiva excessivamente otimista que desconsidera os aspectos políticos e econômicos que orbitam as suas discussões. Mas consideramos que o ponto importante de ser retido aqui é o fato de que a expressão “ciberespaço” leva a metáfora geográfica longe demais. Quando falamos que alguém está no ciberespaço, por contraste, é possível supor que alguém não está e, portanto, induzimos a ideia de que todas as pessoas conectadas estão em um mesmo lugar, numa espécie de computador único (MARTINO, 2015, p.30).

É tensionando este aspecto da elaboração de Lévy que o pesquisador australiano Scott McQuire (2011) propõe uma compreensão das mídias digitais como “espaço relacional”. De modo geral, suas pesquisas exploram os impactos sociais das tecnologias midiáticas, em especial, sobre as relações sociais no espaço e no tempo relacionada às problemáticas das identidades contemporânea, às dinâmicas das cidades e a interação entre tecnologia, política, cultura e inovação no espaço público em rede.

Discordando da noção que informa a maior parte das modernas análises sobre as mídias, McQuire critica e se afasta do entendimento de que a mídia está, em última instância, separada do “mundo real”. Isso não quer dizer que a questão sobre como o mundo é construído *na* e através *da* mídia não se mantenha importante, mas que é imprescindível considerar que a mídia e o social, o político, econômico e o cultural não são separáveis. Ao aceitar o amplo papel da mídia na produção da experiência contemporânea, este autor faz adoção crítica do *insight* de McLuhan (1977) para quem a mídia constitui um ambiente. Atualmente as tecnologias de mídia têm se estendido a tal ponto que estar no mundo, para parte significativa das pessoas, envolve uma contínua negociação de (e participação em) diferentes fluxos midiáticos. Em síntese, as relações sociais sob domínio desse

arranjo sociotécnico são afetadas em termos de escala e de velocidade das interações sociais

O espaçamento – a separação das coisas – sempre implica uma relação. De qualquer modo, por espaço relacional, estou me referindo à condição contemporânea na qual o horizonte das relações sociais tornaram-se radicalmente abertos. O espaço relacional caracteriza a experiência espacial da “modernidade reflexiva”, na medida em que a natureza predeterminada do espaço social e os contornos das subjetividades tidos como garantidos são, cada vez mais, deixados de lado em prol da ambivalência das configurações espaciais móveis e escolhas individuais efêmeras. [...] O espaço relacional é o espaço social criado pelo imperativo contemporâneo de estabelecer ‘ativamente’ relações sociais de acordo com a sua demanda, através de dimensões heterogêneas, nas quais o global é inextricavelmente imbricado com o estar face-a-face. [...] O espaço relacional é caracterizado pela frustração ou complicação de todas as relações simples ou diretas entre ‘dentro’ e ‘fora’. [...] Na abertura radical do espaço relacional podemos sentir os direcionamentos ambíguos que hoje afetam a falta de atratividade dos nossos lares, a urbanidade das nossas cidades e as nossas próprias identidades. (McQUIRE, 2011, p. 205)

O “espaço relacional” é a representação da emergência de um novo conjunto espacial chamado de relacional, pois leva em conta o local de acesso e a constante relação com outros espaços. Nesse sentido, uma análise nos termos desta compreensão no contexto brasileiro implica em pensar sobre como são constituídas as fronteiras entre espaços de classe social, gênero, local de acesso, questões raciais, nível de instrução, local de moradia, entre outras diferenças. É nesse sentido que podemos dizer que essas tecnologias não são somente como promotoras de transformações cotidianas, mas são geradoras de mudanças internas radicais e que atravessam o modo como pensamos, como sentimos, como nos relacionamos, como percebemos e organizamos o mundo e o nosso modo de ser.

SUBJETIVIDADES E MÍDIAS DIGITAIS

Em que medida as subjetividades são impactadas pelos usos dessas tecnologias? As mídias são capazes de moldar sentimentos e afetos, ressignificar nossos desejos ao ponto de alterarem a forma como pensamos, sentimos e como organizamos o mundo ao nosso redor? Existe uma nova

subjetividade conectada? É possível uma análise sociológica das relações estabelecidas entre/pelas pessoas a partir das mídias sem considerar a dimensão *offline* e suas possibilidades de conexão?

Mais do que elaborar uma analítica das subjetividades no uso das mídias digitais, pretendemos aqui apresentar um conjunto de reflexões que compõe um debate contemporâneo sobre as elas. Nossa perspectiva considera a mídia não como ambiente online desarticulado da realidade face a face dos sujeitos, onde é possível manipular subjetividades e identidades de forma a nos constituirmos enquanto sujeitos ora conectados ora desconectados. O espaço relacional da mídia pode ser delimitado exatamente pelo rompimento da fronteira entre dentro e fora, entre espaço público e privado, entre lá e aqui e, nesse sentido, está atravessado por características que compõem a rede em termos de gênero, renda, origem étnico-racial, religião, dentre outros aspectos que precisam ser pensados no sentido de compreendermos as formas de uso da tecnologia.

Dentre os autores que dão suporte a esta forma de pensar a relação entre sujeito e mídia digital optamos por trazer ao debate as reflexões de Eva Illouz e Shery Turkle, pois essas autoras, além de serem referências incontornáveis, pautam seus argumentos em pesquisas empíricas sobre o uso das mídias tendo como foco de análise as transformações subjetivas suscitadas pelas relações digitalmente mediadas. Também apresentaremos algumas reflexões sobre possibilidade de pensar o uso das mídias e das redes sociais no contexto brasileiro a partir de análises comprometidas com o nosso contexto de acesso e as diferenças e desigualdades de classe, gênero, sexualidade, identidade.

As análises de Illouz e Turkle mantêm em comum o interesse pelos impactos que as transformações subjetivas motivadas pelos acessos à tecnologia têm sobre as coletividades. Ambas possuem influências tanto da teoria social, quanto da psicanálise, e nas últimas décadas tem se dedicado também a compreender os avanços da psicanálise em solo americano e o seu espraiamento pela vida cotidiana do ocidente. No entanto, Turkle, professora do Massachusetts Institute of Technology (MIT), via psicanálise é mais afeita aos debates sobre as transformações subjetivas com foco nas mudanças do eu a partir do contato com a tecnologia. Illouz, de outro modo, se dedicada às observações a respeito dos discursos públicos, proces-

so socais e transformações históricas na esfera emocional e subjetiva que fazem funcionar o capitalismo. Por isso o seu interesse pelas articulações dos discursos da psicologia e da auto-ajuda nos espaços empresariais, na esfera da intimidade, nas relações afetivas e que invadem o mercado na contemporaneidade.

A obra de Turkle nos apresenta uma trajetória que acompanha o desenvolvimento das mídias. *The second self - Computers and the Human Spirit* (1984) foi o seu primeiro livro discutindo o tema percebido como uma suspensão da realidade. Já na obra mais atual, *Alone Together: Why We Expect More From Technology and Less From Each Other* (2011), o caminhar da análise das transformações da subjetividade nas reflexões da autora transitam entre a crença nas possibilidades subjetivas trazidas com as mídias e o pessimismo acerca da solidão e incapacidade de lidarmos com nossas fraquezas, processos forjados pela conexão em rede.

Sua primeira obra via na tecnologia a possibilidade de uma ampliação em torno das atuações, encenações, apresentações e representações de si, o que permitiria que fantasias e desejos fossem acessados e vividos em um ambiente *online*. A autora se mostra impactada pelo efeito da tecnologia na produção de uma subjetividade cada vez mais inapta a estabelecer processos de empatia, cuidado e laços afetivos. Diz ela: “nossa população está envelhecendo, haverá robôs para cuidar de nós. Nossos filhos são negligenciados; robôs cuidarão deles. Estamos exaustos demais para lidar uns com os outros na adversidade; robôs terão energia.” (TURKLE, 2011, p. 10).

Mas, apesar de juntos e conectados, estamos sozinhos, e esse é o alerta da teórica. Turkle (*Idem*) considera a tecnologia sedutora porque esperamos, cada vez mais, que ela seja a arquiteta da nossa intimidade. Esperamos que ela seja capaz e eficaz em atender os nossos desejos e vulnerabilidades, nos oferecendo a ilusão de companhia e intimidade sem as demandas exigidas pela amizade, pelo relacionamento afetivo e pelo vínculo emocional profundo. Na rede, temos uma capacidade de selecionar contatos pessoais na medida em que “deletamos” ou “bloqueamos” pessoas com as quais não queremos relação e, da mesma forma, a intensa sensação de pertença e presença garantidas por comentários e curtidas nas redes, se

desfaz no cotidiano das ausências, das necessidades não correspondidas de cuidado e afetos.

Quando abordamos a maneira como nossa subjetividade é transformada por meio do advento das tecnologias, não podemos deixar de pensar em nossos relacionamentos afetivos e amorosos, bem como em nossas relações de amizade, esferas diretamente afetadas pela mediação digital, na medida em que as mídias se transformaram em espaços privilegiados de busca de parceiros, de contato constante com familiares distantes, de compartilhamento de questões emocionais. Se as mídias digitais e o acesso à internet são o desdobramento mais recente do processo de transformação da esfera pública numa arena para a exposição da vida privada, trata-se de observá-la enquanto um representante significativo daquilo que os sujeitos têm vivenciado em sua intimidade.

Nesses termos, Eva Illouz (2011) nos traz uma importante reflexão sobre como a internet exige de nós uma série de habilidade inéditas transformadoras da forma como elaboramos nossos relatos sobre nós mesmos e, no limite, nossas formas de subjetivação. Em sua análise sobre os sites de busca por parceiros, a autora aponta para a necessidade de textualização da subjetividade cobrada pela rede. Nesses sites a capacidade do sujeito de elaborar um relato sobre si que aponte para uma suposta singularidade do eu e que o diferencie do conjunto de sujeitos que ali estão é testada até o limite. Além disso, a economia de abundância de parceiros a qual acessamos na rede, demanda um sujeito selecionador em detrimento das possibilidades de estreitamento de laços afetivos, mais característico do amor romântico:

O encontro virtual é literalmente organizado dentro da estrutura do mercado [...] a internet coloca toda pessoa que está à procura de outra no mercado, em franca competição com outras. Ao se inscrever num site você se coloca imediatamente numa situação em que compete com outros que lhes são visíveis. Portanto, a tecnologia posiciona o eu de maneira contraditória: faz o sujeito dar uma virada profunda pra dentro, isto é, exige que ele se concentre em seu próprio eu para captar e comunicar a essência única que há nele, sob a forma de gostos, opiniões, fantasias e compatibilidade afetiva; por outro lado a internet também faz do eu uma mercadoria em exibição pública. (ILLOUZ, 2011, p. 114).

Esta modesta exposição sobre parte dos argumentos trazidos por essas duas autoras nos permitem refletir sobre as transformações subjetivas alcançadas com o advento das mídias digitais. Mais do que isso, nos auxiliam compreender outros aspectos que atravessam o uso de computadores, celulares, tablets e como, nessa dinâmica de mediação, nos transformamos. Pensamos em nossas vidas cotidianas com celulares, redes sociais, grupos em aplicativos, e no conjunto de informações que acessamos diariamente como se ele sempre estivesse ali. Ficamos ansiosos quando a internet não funciona ou quando o celular vibra no bolso, nos deparamos pensando sobre como e quando postar informações sobre nossa vida na rede social, acessamos a vida afetiva de nossos amigos que acabaram de assumir uma relação séria no *Facebook*, sabemos quem acabou de regressar da sua viagem ao litoral ou para fora do país, dentre outras pequenas atividades que, como diria Paula Sibília (2010), fazem da mídia o show do eu. No entanto, tem algo que essas teorias não podem fazer por nós, ou seja, pensar sobre nossa realidade específica o sobre a forma como se usa as mídias aqui, sobre se e como ressignificamos um uso muito distinto dos contextos de guerra no qual foram criadas as tecnologias e nos contextos universitários norte-americanos e de classe média alta, onde surgiu a mais popular das redes sociais.

Argumentamos ao longo deste texto que as relações mediadas só podem ser pensadas contextualmente e encaminharemos nossas conclusões não no sentido de dar respostas cabais e universalizantes sobre aspectos que envolvem o uso das mídias, mas, sim, apontando como temos pensado o uso das tecnologias em seus contextos⁵. São razões históricas e lógicas culturais diversas as que motivam as mulheres das classes populares que acessam a rede em busca de auxílio para questões afetivas; aos homens gays utilizam aplicativos e plataformas da internet para viverem relações afetivas e sexuais em segredo; das que animam jovens homens da classe média a se unirem, conectados em rede, para compartilhar ideias de masculinidades.

No caso das mulheres das classes populares, as relações mediadas provêm à elas a segurança de discutir sua intimidade, o que lhes auxilia a pensar sobre seus relacionamentos e adquirir um relativo sentimento de agência em esferas historicamente controlada para estes sujeitos: a da pa-

⁵ Falamos aqui das pesquisas com mídias digitais desenvolvidas pelos integrantes do Quereres - Núcleo de Pesquisas em Diferenças, Gênero e Sexualidade. Ver: www.ufscar.br/quereres.

quera, da busca ativa por parceiros amorosos, do planejamento sobre o futuro e sobre a vida a dois. As redes formadas por estas mulheres das camadas populares têm criado processos de ajuda-mútua garantidores de suporte em tempos de inseguranças e incertezas, mas também apontam para algo mais: elas têm sua sociabilidade ampliada, modificada e intensificada (FACIOLI; MISKOLCI, 2015).

Outra forma distinta de uso da rede é feito por jovens homens de classe média que habitam a cidade de São Paulo (DO PRADO, 2015) e que tiveram acesso à rede desde o final da década de 1990. Com objetivo de trocarem experiência sobre relações afetivas, visualizam seus “horizontes” se abrirem e ampliam suas visões para além da necessidade de aprenderem a pegar mulheres, no sentido de obterem desenvolvimento e transformação pessoal que, sobretudo, lhes desvinculem de referenciais de masculinidades estigmatizados (DO PRADO, 2015, p. 258). As mídias e as redes sociais que delas fazem parte se mostraram, nesse sentido, aspectos de reforço das masculinidades.

Observando o que se passa no interior de São Paulo a busca por parceiros digitalmente mediada nos ajuda a compreender as lógicas locais que sustentam o segredo como um elemento central na busca. Os privilégios publicamente concedidos à heterossexualidade e às pessoas que conseguem sustentar uma heterossexualidade presumida garantem condições mínimas de reconhecimento, sobretudo, nos contextos do trabalho e da família. O segredo torna-se a alma do negócio em um contexto em que a homossexualidade tende a ser desacreditada podendo resultar em represálias e punições de diversas ordens. Por outro lado, as mídias colocam em circulação um vocabulário para qualificar o desejo que não é mais tão marcado pelos tropos da vergonha e da patologia (PADILHA, 2015).

O Brasil figura como um dos países que mais tem acessado as redes sociais como *Facebook*, nos últimos anos e, apesar de sua desigualdade digital, as mídias tem chegado, recentemente, a estratos da população de baixa renda devido, principalmente, a melhoria das condições de vida desse grupo social, bem como ao barateamento da tecnologia⁶. Dessa forma,

⁶ A Presidenta Dilma Rouseff assinou, no ano de 2013, decreto que zera as alíquotas da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda de smartphones; tal redução baixou o preço desses equipamentos em 30%, no caso dos importados, fazendo girar o mercado interno deste produto. Isso torna estes apa-

uma das perguntas que temos feito nos anos de pesquisa sobre o uso da internet e das redes sociais no país está colocada em torno de pensar como são ressignificadas tais formas de relação mediada, ou seja, quais são as diferenças entre os contextos de produção e de recepção dessas tecnologias para entender como elas atuam, em contextos situados, como tecnologias de produção de sujeitos.

REFERÊNCIAS

- ATIQUE, A. *Digital media and society: an Introduction*. Malden: Polity, 2013.
- BARNES, J. A. *Class and committees in a Norwegian Island Parish*. California, USA, 1954. Disponível em: <<http://sts.ucdavis.edu/summerworkshop/Workshop%202009%20Readings/Barnes%201954%20Class%20-%20committees.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2015.
- BAYM, Nancy K. *Personal connections in the digital age*. Cambridge: Polity Press, 2010.
- _____. Social Networks 2.0. In: CONSALVO, M.; ESS, C (Org.). *The handbook of internet studies*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2013. p. 384-405.
- BELELI, I. A. Imperativo das imagens: construção de afinidades nas mídias digitais. *Cadernos Pagu*, n. 44, p. 91-114, jan/jun. 2015.
- BRETON, P. *História da informática*. São Paulo: UNESP, 1991.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1999.
- DO PRADO, J. *Dos consultórios sentimentais à rede: apoio emocional pelas mídias digitais*. 2015. 269f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Carlos, 2015.
- ELIAS, N. Tecnização e civilização. In: *Escritos & ensaios - 1: Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 35-68.
- FACIOLI, L. R. R. *Conectadas: uma análise de práticas de ajuda-mútua feminina na era das mídias digitais*. 2013. 193f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.
- FACIOLI, Lara; MISKOLCI, Richard. Conectadas: experiência de subalternidade e ajuda-mútua feminina online entre mulheres de classes populares. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 20, n. 2, 2015. pp. 129-159, 2015.
- FONSECA FILHO, C. *História da computação: o caminho do pensamento e da tecnologia*. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2007.

relhos mais acessíveis, com um preço limitado a 1500 reais para aqueles produzidos em solo nacional. A queda dos preços, somados a facilidade no momento da compra, seja por meio do cartão de crédito ou do crediário, faz com que os mais pobres consigam, cada vez mais, acessar essas tecnologias.

- HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: _____; KUNZRU, H. TADEU, T. (Org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*, Belo Horizonte, Autêntica, 2000. p. 33-118.
- ILLOUZ, E. *O amor nos tempos do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- KURASHIGE, K. D. *Marcas do desejo: um estudo sobre os critérios de seleção de parceiros em relações homoeróticas masculinas em São Carlos*. 2014. 121f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2014.
- LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- _____. *A inteligência coletiva*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015.
- _____. *O que é virtual*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- MAGALHÃES, G. Das máquinas de calcular à informática. *Revista da SBHC*, n.17, p. 21-28, 1997.
- MARTINO, L. M. S. *Teoria das mídias digitais: linguagens, ambientes, redes*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- MISKOLCI, R. Discreto e fora do meio: notas sobre a visibilidade sexual contemporânea. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 44, p.61-90, jan/jun., 2015 .
- _____. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. *Cronos*, v. 12, n. 2, p. 9-22, 2011.
- MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- McQUIRE, S. A casa estranhada. *Revista do Programa de Pós-graduação da Escola de Comunicação da UFRJ: Dossiê: cidades midiáticas*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 27-66, 2011.
- PADILHA, F. *O segredo é a alma do negócio: mídias digitais móveis e a gestão do desejo homoerótico entre homens na região de São Carlos*. 120f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2015.
- PELÚCIO, L. Narrativas infêis: notas metodológicas e afetivas sobre experiências das masculinidades em um site de encontros para pessoas casadas. *Cadernos Pagu*, n. 44, p. 31-60, 2015.
- TURKLE, Sherry. *The second self: computers and the human spirit*. New York: Simon and Shuster, 1984.
- _____. *Alone together*. Nova York: Basic Books, 2011.
- WIENER, N. *Cibernética e sociedade*. São Paulo: Cultrix, 1975.

A INTERNET COMO ESPAÇO PÚBLICO DE AÇÃO E PRODUÇÃO DE VISIBILIDADES

Juliana Laet

Késia Maximiano

INTRODUÇÃO

Para se fortalecer e permanecer em luta, membros de movimentos sociais e ações coletivas procuram visibilidade para suas causas. Dentro do próprio nicho ao qual pertencem, por exemplo, um grupo de pessoas dentro de uma escola que quer resistir contra uma medida decretada pelo governo procura, entre os colegas, apoiadores para sua causa. Ou externamente a fim de adquirir legitimidade perante a sociedade e por meio de demandas direcionadas ao Estado, garantir seus interesses.

No Brasil, a partir da década de 1990, o diálogo do Estado com os movimentos sociais organizados foi ampliado. Buscou-se atrair estes movimentos para a esfera estatal a fim de que suas demandas fossem traduzidas em proposições de políticas públicas a serem analisadas e votadas nas instâncias governamentais. Assim, no Brasil, muitos movimentos sociais organizados se constituíram como instituições que representariam os públicos a quem procuram representar. Associações de bairros, associações ligadas aos direitos das mulheres, negros e a população LGBTs se tornaram, para o governo, porta-vozes das necessidades destas populações. No entanto, a pluralidade de sujeitos dentro dos movimentos deixa evidente

que certas pessoas continuam sem acesso a direitos ou que os direitos por elas conquistados não se expressam numa transformação social que lhes permita existir como são. A esfera pública que, de fato, consegue produzir uma voz a ser ouvida quando propõe demandas políticas a serem transformadas em políticas públicas é restrita a públicos específicos.

Porém, o que os movimentos sociais e ações coletivas nos mostram é que não basta estar na arena pública, que as políticas públicas, por seu aspecto homogeneizante e categorizante, tendem a não dar conta da pluralidade dos sujeitos e que as disputas por espaços de fala não se dão apenas nas arenas institucionais, mas ocorrem nos mais diversos espaços, na escola, no café, no supermercado, nas fábricas, nas empresas, na internet. Assim, a arena pública, aquela em que as demandas de grupos entram em conflito para a produção de políticas públicas, é somente um dos palcos em que esses grupos e indivíduos buscam se colocar e conquistar visibilidade. Diante disso, neste texto, procuramos analisar como outros possíveis espaços públicos podem ser constituídos na internet onde grupos e indivíduos constroem sua visibilidade a partir da produção autônoma de conteúdo acerca de si mesmos, da replicação de conteúdo produzido por sites e de debates a partir de disparadores diversos, criando enunciados políticos a partir de narrativas cotidianas.

A internet, no Brasil, começou a se expandir para o uso residencial a partir de políticas governamentais durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. Em 2005, dez anos depois que a internet se tornou de acesso público no país, ela era acessada por apenas 21% da população, mas 50% dos acessos à internet já era feito nas residências (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2005). Em dados de 2013, o número de domicílios com computadores com acesso à internet chega a 28 milhões, representando 43,1% do total de domicílios do país. Mas o que fez com que essa rede se expandisse de fato foi a ampliação do acesso à internet por meio dos dispositivos móveis, a partir de seu barateamento. Este acesso, hoje, ultrapassa em muito àquele nos domicílios, e o número de telefones móveis com acesso à internet soma mais de 105 milhões de unidades em todo o Brasil (PORTAL BRASIL, 2013). A mobilidade da conexão é uma realidade para muitos/as brasilei-

ros/as. Diante disso, a quantidade de pessoas presente nessa rede em tempo sincrônico com as demais atividades do cotidiano é enorme.

Assim como a internet se tornou parte da vida de muitas pessoas, os inúmeros conflitos advindos das interações cotidianas se acham também nas relações que se expandiram para dentro desse espaço. A internet, na experiência de muitas pessoas, não é mero instrumento de comunicação entre diversos usuários, mas pode ser pensada como um espaço que atravessa outros diversos espaços de interação. E como qualquer espaço em que pessoas entram em contato e interagem, esse, igualmente, tem regras e códigos que culminam em disputas.

As disputas ocorridas dentro da internet envolvem alguns aspectos distintos daquelas que ocorrem nas arenas públicas, dentro dos movimentos sociais ou mesmo nas ruas. A internet é um local imaterial no sentido de que ele não é delimitado por paredes de concreto, apesar da conexão depender de determinados materiais, mas as conexões e redes formadas dentro deste local pouco se diferenciam da materialidade das estruturas arquitetônicas de uma cidade, por exemplo. E, assim como essa materialidade oferece certas limitações a quem procura transitar nos espaços da cidade, na internet as disputas e limitações são ligadas à conquista de espaço de visibilidade no meio de comunicação.

Assim, para compreendermos como se dá a disputa por visibilidade na internet e de que maneira ela pode ser constituída com um espaço de ação em que os sujeitos atuam e discursam produzindo enunciados políticos a partir das suas narrativas cotidianas, precisamos explorar um pouco em que linguagem isto ocorre.

Neste artigo, após esta introdução, iremos trazer uma discussão sobre como mudanças nos meios de comunicação, mais especificamente a passagem da televisão para a internet, resultou em algumas transformações em relação a formas de atuação e constituição de espaços públicos de ação aqui no Brasil. Não queremos com isso dizer que a televisão foi suplantada pela internet e perdeu sua importância. Neste primeiro momento, iremos explorar de que maneira o uso da internet expressa o aprendizado acerca da televisão e de que maneiras ambos se distinguem e que mudanças esta distinção traz para a atuação dos agentes.

Após esta discussão, voltamo-nos para alguns episódios na experiência brasileira em que observamos que a internet se estabeleceu como espaço público de ação onde a visibilidade adquirida por certas pessoas e grupos resultou na produção de enunciados políticos e ações dos governos. Apon-tamos que os protestos de junho de 2013 foram um ponto de inflexão na experiência dos usos dos novos meios para os movimentos sociais no Brasil deixando evidente que a esfera pública foi ampliada. Não é que não houvesse a produção de enunciados políticos na internet antes de junho de 2013, mas este evento escancarou o fato de que na internet já se estava fazendo política há muito tempo. Porque o pessoal é político, porque a política se faz a partir das narrativas cotidianas expressas num espaço público. E essas narrativas fizeram com que a internet se tornasse esse espaço público.

Por fim, discutimos como o caso de Verônica Bolina, travesti agredida por policiais ao ser encarcerada, ganhou visibilidade nas redes e resultou no encaminhamento de políticas públicas nas arenas institucionais. A partir destes eventos, procuramos demonstrar o que são essas novas formas de ativismo baseadas na produção autônoma de conteúdo nas novas mídias e na produção de imagens.

A INTERNET E A PRODUÇÃO AUTÔNOMA DO EU

Na introdução deste artigo escrevemos que a internet pode ser constituída enquanto espaço público de ação no qual os indivíduos atuam e discursam produzindo enunciados políticos através de narrativas cotidianas que eles registram no meio de comunicação. A internet, portanto, tem um duplo aspecto: o primeiro, ela é um espaço público de ação; o segundo, ela é um meio de comunicação que permite a produção autônoma de conteúdos por parte de quem está nela inserido.

Quando falamos que a internet pode ser constituída enquanto espaço público de ação, queremos dizer que nela as pessoas podem se reunir e ao estarem juntas criarem um espaço em que compartilham suas narrativas de vida, contam suas histórias, isto é, agem. A ação é a atividade política por excelência, escreveu Arendt (2011), e para que ela ocorra, basta que as pessoas estejam juntas e atuem. Ao fazerem isso, está formado o espaço público onde a ação é potencialmente transformadora. Qualquer espaço pode se tornar um espaço público, basta que as pessoas estejam nele

e falem, contem suas histórias, apareçam e se revelem. Com os meios de comunicação a possibilidade do estar junto se expande para locais imateriais em que a proximidade espacial das/os agentes é dispensável.

Ao nos inserirmos e construirmos um espaço público fazemos com que a vida neles aconteça. Isso significa que a constituição do espaço público acontece em meio a diversas disputas. Se os meios de comunicação, por um lado, expandem as possibilidades de criarmos esferas públicas em certos locais imateriais, por outro, fazem com que seja possível controlá-los e selecioná-los.

Cada meio de comunicação possui uma cultura comunicativa própria. Esta cultura comunicativa é construída a partir do uso do meio e a partir da apropriação deste meio pelos usuários. A forma como se aprende os usos possíveis da internet hoje muito se baseiam no aprendizado de outras tecnologias como o livro, o rádio e, principalmente, na experiência brasileira, a televisão.

Como menciona Bucci (1997) em sua análise sobre a esfera pública no Brasil, esta começa e termina nos limites das objetivas das redes de televisão. Isto é, aqueles locais para onde apontam seus holofotes serão importantes e serão o Brasil, os locais e as pessoas que os holofotes não iluminam, portanto, ficam fora dessa esfera pública.

Se, por um lado, a Rede Globo foi capaz, através de uma programação unificada em todo território nacional, dar um sentido de nação ao Brasil (KEHL, 1986), esta nação dizia respeito a um público bastante específico, a classe média emergente. O lançamento do “Ipanema way of life”¹ produzido pela Rede Globo se baseia num trabalho de imagem delicadamente construído. Importante salientar que este trabalho sempre encontrou respaldo entre a população. Não é que a TV simplesmente manipulava e decidia pelo público o que deveria agradá-lo. A televisão sempre foi construída tanto pelo seu público quanto pelas emissoras. E o que foi iluminado pelos holofotes televisivos agradou ao público de maneira bastante significativa. Mais que isso, ela o ensinou acerca da importância da imagem para a prática política e para a publicidade de certas pessoas. Isto é, para existir como figura pública, era preciso aparecer na TV.

¹ Modo de vida de Ipanema.

Como escreve Kehl (1986, p. 170):

Essas imagens únicas que percorrem simultaneamente um país tão dividido com o Brasil contribuem para transformá-lo em um arremedo de nação, cuja população, unificada não enquanto “povo” mas enquanto público, articula, uma mesma linguagem segundo uma mesma sintaxe. O conteúdo dessa linguagem importa menos do que seu papel unificador, uniformizador: a integração se dá ao nível do imaginário.

Um imaginário compartilhado de maneira ampla a partir de um assistir coletivo, mas privado. Coletivo enquanto conteúdo compartilhado. Privado e individual pois ocorre no espaço da casa. A televisão, portanto, provoca uma privatização da vida social que transforma a casa em “um nó dentro da rede televisiva e radiofônica” e o efeito dessa transformação é a emergência de uma política plenamente baseada na imagem “sendo que a televisão se torna o meio politicamente dominante”² (MCQUIRE, 2008, p. 140, tradução nossa). Torna-se público, no sentido de ser reconhecido publicamente, quem está na mídia, quem é visto nela. Assim, a TV tem a importante função de manter o público reunido no sentido de estar compartilhando os mesmos conteúdos, mas é ela também que consagra as figuras do nosso mundo público.

E, quando temos nas mãos a possibilidade de nos tornarmos uma figura pública e, mais que isso, de expormos nossos próprios conteúdos, mesmo que haja limitações importantes, como lidamos com isso? Esta possibilidade, desafiadora para a televisão, chegou a nós com a web 2.0. Se, a partir dos anos 70, a televisão forneceu ao brasileiro a sua auto-imagem, as contestações a esta imagem, que sempre existiram, chegam ao seu ápice com a ampliação do uso da internet no Brasil. Aquela mídia com cara de classe média branca, heterossexual, cristã vai dividindo o espaço com uma outra mídia em que as outras esferas públicas começam a aparecer.

A internet há algum tempo foi invadida pela *selfie*³ da travesti, da sapatão, do viado, da negra, do negro feita no banheiro de casa, no protesto político. O vídeo produzido no baile *funk*, na manifestação política em

² “a node within radio and television networks [...], on television becoming the dominant political medium”.

³ Autoretrato produzido com a câmera dos *smartphones* que se tornou muito popular na internet nos últimos dois ou três anos. A/o usuária/o registra a foto e o publica nas redes sociais para mostrar a si mesmo simplesmente ou a si mesmo em determinados locais em que está.

que a polícia espanca desenfreadamente as/os manifestantes, no rolezinho no *shopping*⁴. Resultado: o choque! Quem são estas pessoas, que lugares são estes? A imagem na mídia foi definitivamente manchada com as cores do arco-íris. E agora?

MICROPOLITICA, RESISTÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A internet, não apenas se tornou um instrumento tecnológico de grande importância para a composição, articulações e dinamização de coletivos sociais, como, na mesma direção, viabilizou a formação de mobilização política e, conseqüentemente, de novas formas de ativismo. De acordo com o sociólogo Jorge Alberto Machado (2007, p. 250), a atuação em rede torna-se, portanto, a principal característica destes “novos” movimentos sociais, pela formação de tensões e colisões frequentes e pelo enlaçamento ou agregação de grupos identitários, como é o caso das redes que se formam para discutir feminismo e organizar atividades, manifestações. O autor retrata o impacto dessa nova forma de articulação nos novos arranjos de movimentos sociais:

[...] A matéria-prima básica dessa nova forma de organização é a informação gerada e eficazmente distribuída. Este poder resulta da ampliação da capacidade de produzir, reproduzir, compartilhar, expressar e difundir fatos, ideias, valores, visões de mundo e experiências individuais e coletivas em torno de interesses, identidades e crenças – e em um espaço muito curto de tempo. A possibilidade de comunicação rápida, barata e de grande alcance faz atualmente da Internet o principal instrumento de articulação e comunicação das organizações da sociedade civil, movimentos sociais e grupos de cidadãos. A rede se converteu em um espaço público fundamental para o fortalecimento das demandas dos atores sociais para ampliar o alcance de suas ações e desenvolver estratégias de luta mais eficazes (MACHADO, 2007, p.268).

A produção de conteúdo se configura como eixo central nas interações online e carrega consigo, intrinsecamente, a produção de diversos novos elementos que permeiam a relação entre o sujeito e o mundo, num processo mediado. Para a constituição de um campo de mobilização polí-

⁴ Os rolezinhos também se tornaram um fenômeno em 2013. Eram reuniões recreativas organizadas pela internet, mais especificamente através do *Facebook* e do *Whatsapp*, por jovens de classe baixa que iam até os shoppings para se encontrar, passear, visitar as lojas, paquerar. Ver mais em Cava (2013).

tica, os enunciados políticos são construídos a partir de elementos da vida cotidiana, tais como as vivências e trânsitos nos diversos espaços sociais, o que justifica as inquietações de quem os constrói.

A ideia de que a internet também se caracteriza como uma forma de ser e estar no mundo marca, a partir de seus usos cada vez mais cotidianos, uma constante transformação não somente na maneira como estamos nela inseridos/as, mas também pela forma como produzimos e somos produzidos/as a partir desses usos. Tais usos passam por uma articulação que envolve a transformação do pessoal em político.

Paula Sibilia (2008), em um amplo debate conceitual, afirma que, de um modo geral, por meio dos usos das redes sociais os indivíduos se mostram mais preocupados com a espetacularização da vida íntima e, por consequência, com o “show do eu”⁵. No entanto, para além disso, essa espetacularização, no âmbito da militância e da construção de visibilidades, também é uma forma de fazer política de existência, estando longe de compor lutas a partir de personas descorporificadas. Nesse contexto, a criação de grupos de discussão, páginas e perfis, em redes sociais fazem da exposição da vida íntima um ato político. Ademais, não há como mensurar ou controlar o alcance ou a forma de circulação que algumas postagens têm. À medida que uma postagem entra na página de atualizações das pessoas que estão conectadas com o espaço em que foi publicada, no entanto, as ferramentas de compartilhamento, enquanto uma das principais características das interações online, assumem um papel de megafone e criam ecos em torno dos discursos.

Nessa direção, o fazer político que algumas/uns ativistas assumem a partir dos usos de plataformas online é regido por seu princípio básico de funcionamento: a propagação de idéias. A forma com que essa propagação de idéias marca a conexão entre as esferas on e offline demonstra seu verdadeiro potencial político na medida em que essas duas dimensões se retroalimentam.

Essa lógica de interação exige uma relação direta entre o usuário das plataformas e o computador, *tablet* ou *smartphone*, e é por meio dessa

⁵ O termo foi cunhado pela autora em sua tese de doutorado, para discutir sobre as diferentes dimensões do “eu” na internet, a partir das experiências de subjetividade nas quais as dimensões “íntimas” e “confessionais” são pensadas como “alterdirigidas” - construções de si orientadas para uma exposição que objetiva legitimar formas de ser e estar no mundo.

interação primária que interações secundárias são criadas. A partir delas é possível levantar discussões em nível nacional e internacional a partir de elementos como a empatia (SIBILIA, 2008) e a sensibilização a partir dessa empatia, seja ela individual ou coletiva.

Permeadas por contextos on e offline, essas interações mediadas que resultam em debates e articulações políticas não encontram uma linha seccional que os distingue. De acordo com Iara Beleli (2012), esses espaços formam um *continuum* dimensional que repercutem um no outro tanto na dimensão das práticas quanto na dimensão subjetiva de uma construção pessoal, mas também coletiva à medida que toma grupos como ponto de partida em discursos reivindicatório, a exemplo de falas como “Eu, mulher trans negra da periferia da cidade de São Paulo [...]” utilizadas como ponto de partida para marcar um lugar de fala política. Há, portanto, um borramento entre as fronteiras do público e do privado, do pessoal e do político. Assim, o indivíduo que propõe um debate despretensioso em seu perfil pessoal numa dada plataforma de interações online, certamente o faz motivado por algum aspecto de suas práticas cotidianas, e nem sempre com a intenção de provocar uma mobilização no âmbito dos debates políticos. No entanto, esses debates são uma forma de fazer política já que as relações e a vida social é política.

As narrativas em torno das práticas cotidianas tornam-se um ato político ao criarem enunciados de resistência chamando para a cena o debate em torno das demandas que são coletivas, mas que partem da vivência individual. Nesse sentido, a relação indivíduo-coletivo é tensionada, especialmente a partir da marca de um tipo de mobilização que não toma o diálogo com o Estado como central nas suas formas de fazer política.

Nesse sentido, as discussões políticas não somente dizem respeito a temáticas relacionadas ao movimento social institucionalizado ou partidário, mas, sobretudo, a questões referentes a (re)elaborações de estratégias de enfrentamentos que atravessam o campo da privação de direitos ou a busca pelo rompimento de estigmas sociais.

De acordo com Miskolci e Beleli (2015), entre alguns grupos sociais socialmente subalternizados por seu gênero, sexualidade, origem étnico-racial ou idade a conexão em rede tem facilitado as discussões políticas. À medida que a propagação de ideias circula a partir de uma estrutura em

rede, a multiplicação da informação produz uma visibilidade em torno dos debates. No entanto, há um largo hiato entre pensar que existe um aspecto positivo na criação de novas visibilidades em torno de demandas políticas, nas representações sociais e a luta por reconhecimento.

As novas formas de ativismo gestadas a partir dos grupos de debate na internet ganham uma nova gramática de pertencimento ao trazerem para a cena novos elementos que compõe as resistências políticas. O acesso a determinados debates desmaterializa a dimensão corporal da presença em um espaço legítimo de discussões políticas, e torna a política um fator que atravessa as diversas práticas cotidianas, pois está incorporada no fazer, na publicização desse fazer, e especialmente na conversão desse fazer em bandeira de luta. Esse entrecruzamento entre público e privado marca exponencialmente essas novas formas de mobilização.

Assim, o agir em conjunto que se dá a partir do uso dos novos meios de comunicação espetaculariza o privado e o torna público. Não é somente o privado enquanto espaço privado, mas a vivência particular. Na verdade, como colocado anteriormente, a espetacularização do eu provoca um borramento dessas fronteiras. Mas, de que maneira se dá esse espetáculo?

OS PROTESTOS DE JUNHO DE 2013 E AS NOVAS ESFERAS PÚBLICAS

O espetáculo que ocorre nas esferas públicas formadas a partir da internet tem um sentido midiático e performativo semelhante àquela da produção e execução dos programas de TV. Afinal, foi a partir de uma forte influência deste meio que aprendemos a usar os novos meios de comunicação e informação. No espetáculo da internet, ressaltamos, a produção do eu, porém, é autônoma e individual. Cada nó na rede produz sua própria imagem. Obviamente que os nós, na verdade, são eles mesmos redes complexas que reúnem várias relações materiais ou não para sua própria formação. É possível vermos de que maneira esses nós se constroem individual e coletivamente ao observarmos, por exemplo, os protestos de junho de 2013.

Esse evento marcou a era da atuação nos espaços públicos construídos na internet. Junho de 2013 legitimou, no país, a atuação e articulação política na internet. Organizadas inicialmente pelo Movimento Passe Livre (MPL), as chamadas para as manifestações contra o aumento da passagem do transporte coletivo eram feitas no Facebook através da ferramenta “eventos” dessa rede social. Durante as manifestações, as páginas dos eventos, as publicações de vídeos, relatos, fotos viralizaram nas redes e atraíram a atenção para os protestos que ocorriam na cidade de São Paulo. Isso fez com que o movimento em apoio às manifestações paulistanas se expandisse para todas as regiões do país ocorrendo ao mesmo tempo em centenas de cidades. A participação no protesto extrapolava a presença nas ruas e se expandia para as redes que foram constituídas enquanto espaços públicos (LAET, 2015). A *selfie* na rua se tornou a prova incontestável da participação no protesto e demonstração de apoio aos manifestantes. O compartilhamento de conteúdo na rede também era demonstração de apoio, mas não só isso, era também uma forma de participação (LAET, 2015).

As manifestações de junho de 2013 em São Paulo mostraram que a experiência política nas cidades não está limitada à ação no espaço urbano físico, mas ela também acontece quando as pessoas transformam os espaços midiáticos constituindo-os em ambientes de ação. Isto se tornou possível por causa da ubiquidade da tecnologia nos espaços urbanos e pelo intenso uso que as pessoas fazem dela. Neste sentido, as casas, os computadores e os celulares se tornaram nós conectados com outros múltiplos nós na construção da ação política em espaços públicos midiáticos que se imbricavam com o espaço da cidade.

Acreditamos que essa mobilização intensa nas redes em junho de 2013 gerou modificações políticas importantes para além dos “20 centavos”. Foi a partir da experiência de junho de 2013 que ficou evidente para os participantes que a vivenciaram o poder aglutinador dessa mídia. Mais do que isso, foi a partir da propagação de ideias próprias publicadas no Facebook e Twitter ou a replicação de ideias alheias que as/os participantes experienciaram a internet como esse megafone. Foi também com base nessa experiência que a esfera pública brasileira se expandiu para além da TV, mostrando outros espaços e dando destaques a situações que as câmeras

televisivas tantas vezes evitaram focalizar. Obviamente que já existiam públicos distintos na internet, mas junho de 2013 foi esse ponto de inflexão que alavancou o espaço da internet como espaço público e atraiu para tal espaço os olhares e a atuação de uma grande parte das/os brasileiras/os.

Daí para a espetacularização da vida íntima foi apenas um curto passo. A construção do indivíduo na esfera das interações online a partir da introdução de elementos que envolvem uma corporalidade imagética e elementos textuais se traduz na composição de um corpo tanto para quem interage quanto para o conteúdo em circulação, o que repercute diretamente na produção de visibilidades. Um caso de grande repercussão a partir do uso das redes sociais foi o de protesto em torno da prisão e de episódios de violência em relação à Verônica Bolina.

Se a militância que se utiliza de um campo de mediação online é atravessada especialmente pela estratégia da produção de visibilidades, acionando diversos elementos, tais como a experiência do outro, casos como esse podem ser observados a partir da proporção tomada no que diz respeito às notícias sobre a violência que Verônica Bolina sofreu ao ser presa⁶, mobilizando uma série de debates em torno dos direitos das pessoas trans.

Num grupo específico do *Facebook*, o debate foi bem acentuado. Comentários frequentes foram notados, como: “se fosse um filho de político isso não acontecia, so pq eh trans”, “a gente sofre violência o tempo todo, e o estado não nos ampara legalmente e quando somos culpadas aí q tudo piora, não sei se acho bem feito ou me revolto” ou ainda “se fazem com o meu cabelo o que fizeram com o dela, eu mato todo mundo mesmo”.

Se a violência é a condição básica de quem ultrapassa os limites no que diz respeito às vivências dos binarismos de gênero, de que modo é possível desmontá-la? As expectativas encontram-se no âmbito da cultura, ainda que sejam reconhecidas as necessidades de avanço no campo do jurídico, especialmente no que tange à produção, formulação e reformulação de políticas públicas. No entanto, as reivindicações se encontram no âmbito da criação de novas visibilidades ou de visibilidades positivas sobre

⁶ O caso Verônica Bolina, ocorrido no mês de abril do corrente ano, teve repercussão internacional em decorrência dos debates lançados a partir do compartilhamento de notícias na plataforma. Na ocasião, Verônica agrediu uma idosa e foi presa em flagrante, no entanto, foi levada para uma prisão masculina, tratada no masculino, humilhada e violentada pelos policiais. A publicização das imagens do rosto de Verônica desfigurado e de suas roupas rasgadas foram o ponto de partida para os debates em torno dos direitos das pessoas trans, na plataforma.

as demandas, vivências e necessidades de pessoas trans no campo da vida prática e no campo dos direitos. Os impasses sobre esses posicionamentos e lutas vêm respingando na forma com que elas se articulam e é nessa direção que as interlocuções nas redes sociais têm ganhado ressonância.

Se na década de 80, as primeiras mobilizações em torno da questão dos gêneros e das sexualidades se davam especialmente em decorrência da epidemia de AIDS essa não mais é a questão central nos pontos de mobilização política.

A institucionalização do movimento trans brasileiro se deu a partir dos diálogos do movimento com o Estado, mas acabam por tirar o caráter dialógico da luta, o que respinga na falta de acesso não somente por ausências de projetos e programas por parte do Estado, porém mais do que isso, pela não aceitação por parte das dinâmicas sociais excludentes que afirmam que, embora pessoas trans tenham direito a processos de modificação corporal, por exemplo, elas ainda assim não têm o direito de serem consideradas sujeitos, reforçando cada vez mais seu lugar às margens.

São inúmeros os relatos de pessoas trans que sofreram violência, desde aquela que é perpetrada no ambiente doméstico, até a truculência policial nos espaços de prostituição. Além disso, a violência simbólica é uma marca presente em diversas etapas da vida das pessoas trans, expressas na desvalorização de suas vivências de gênero. No caso de Verônica, ao ser encaminhada para uma cadeia masculina, onde foi obrigada a cortar os cabelos e usar roupas que a partir de pressupostos hegemônicos são tidas como masculinas, foi alvo de constrangimento a partir do total desrespeito com sua identidade de gênero.

A estratégia de visibilizar o caso repercutiu num posicionamento por parte da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e do Conselho Municipal de Políticas LGBT da cidade de São Paulo, de modo que, ao estabelecer um diálogo com o poder público, o caso pôde ser acompanhado e as devidas leis foram acionadas.

O caso Verônica Bolina trouxe à cena diversos debates em torno dos direitos humanos, mas uma discussão que foi acentuada girou em

torno da necessidade de aprovação do projeto de lei João Nery⁷, ou Lei da identidade de gênero, de autoria do Deputado Federal Jean Willys e da Deputada Federal Erika Kokay. Os discursos perpassavam a luta pelo reconhecimento da identidade de gênero, especialmente mediante vivências de violência simbólica em redor do uso do nome de registro em instituições e serviços.

O ponto central desse caso é que em menos de dois dias havia uma mobilização intensa que envolveu diversas instituições políticas oficiais de pessoas trans, órgãos públicos, tais como defensoria e conselho de pessoas LGBT, a partir de uma mobilização e da proliferação do debate acerca do caso, por meio das redes sociais. Isso evidenciou não somente o alcance do debate em um curto espaço de tempo, mas o entrecruzamento entre as esferas *on* e *offline* no fazer político. Ademais, destacou também sua forma de utilização, que tem a ver com uma ferramenta extensiva de movimentos alternativos em torno da minimização da violência no que diz respeito às vivências de pessoas trans.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pontos de reflexão levantados nesse artigo não têm a mínima pretensão de serem conclusivos. Especialmente porque a multiplicidade de possibilidades de ativismo a partir fluxos da informação e das interações nos mostram que as relações entre o local e o global são permeadas por elementos conectados numa rede que se entrecruzam em diversos pontos.

Se as relações em rede são marcadas pelos pontos de intersecção entre uma plataforma e outra a partir de um ponto em comum na propagação de ideias, podemos considerar que esse ponto que conecta duas ou mais plataformas é uma notícia vinculada pela mídia de massas, que desencadeia um debate em tom reivindicatório. Esse fato causa uma falsa ideia de que há uma perda de controle sobre o alcance da informação/debate, o que se propõe como verdade, mas somente até certo ponto. Ao ter acesso a um dado debate via plataforma de rede social, é comum percebermos que várias pes-

⁷ De acordo com Bento (2014), essa é a primeira na história que se estrutura pelo princípio do reconhecimento pleno da identidade de gênero de todas as pessoas trans no Brasil, sem necessidade de autorização judicial, laudos médicos nem psicológicos, cirurgias nem hormonioterapias, assegura o acesso à saúde no processo de transexualização e despatologiza as identidades trans. O projeto inspira-se na Lei de Identidade de Gênero argentina.

soas com as quais nos relacionamos estão debatendo ou comentando aquele assunto. No entanto, essas pessoas com as quais mantemos interações numa dada plataforma tendem a pertencer a um circuito comum, o que causa a falsa sensação de que todos estão comentando sobre o mesmo assunto. Certamente, outras pessoas que também podem estar relacionadas em alguma medida com o circuito do qual fazemos parte, mas que reproduzem outros tipos de debates (ou não o reproduzem), podem estar falando sobre outra coisa, ou sequer podem estar sabendo sobre aquele assunto que não saiu um único minuto das suas atualizações nas redes sociais. A esse fenômeno, é dado popularmente o nome de “bolha midiática”, e produz a sensação de que dada pauta/discussão está sendo mobilizada por todos. Essa falsa universalidade cria a impressão de que o debate está dado, altamente circulante, e portanto, acessado e apropriado por todos.

Quando pensamos acerca do que é essa bolha midiática que nos salta aos olhos, percebemos que os espaços públicos construídos na internet são múltiplos e têm recortes importantes. Se os protestos de junho de 2013 revelaram na rua a multiplicidade dos sujeitos presentes nessa enorme rede, ela também fez com que, através da imagem e dos discursos baseados na imagem, pessoas identificassem em outras os discursos que elas julgavam mais pertinentes. No dia 17 de junho de 2013, quando as ruas de mais de 300 cidades foram ocupadas no Brasil, a multiplicidade de pautas que levou tantas pessoas às ruas ficou evidente e resultou em polarizações importantes dentro da rede.

Essa polarização tem uma forte marca geracional. Os espaços públicos dentro da internet são espaços jovens. As linguagens políticas dos/as ativistas de que falamos aqui são bastante específicas dessa juventude que ressignifica o espaço da internet e da cidade e expande a esfera pública. Na verdade, essa expansão se traduz na emergência de diversas outras esferas públicas baseadas em recortes de classe, gênero, raça e geração. Assim, sem a intenção de valorar os discursos e as lutas presentes na internet ou julgar a efetividade de tais discursos, é interessante pensarmos a respeito do alcance real desse fazer político e dessa luta por transformação social. Ao pensar nessa questão não queremos diminuir a importância de tal ativismo ou dizer que ele não produz resultados. A ação, como diz Hannah Arendt (2011), é fazer, é iniciar e, por si só, tem forte potencial transformador.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. *A condição humana*. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- BELELI, I. Amores online. In: PELÚCIO, L. et al. (Org.). *Gênero, sexualidade e mídia: olhares plurais para o cotidiano*. Marília: Cultura Acadêmica Editora, 2012. p. 56-73.
- BENTO, B.; PELUCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.20, n.2, p. 569-581, 2012.
- BUCCI, E. *Brasil em tempo de TV*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.
- CAVA, B. *Rolezinho é ação afirmativa contra racismo*. 16 dez. 2013. Disponível em: <<http://uninomade.net/tenda/rolezinho-e-acao-afirmativa-contraracismo/>>. Acesso em: 10 dez. 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. *Acesso à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal*. 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acesoainternet/internet.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2015.
- KEHL, M. R. Eu vi um Brasil na TV. In: SIMÕES, I. F.; COSTA, A. H. D.; KEHL, M. R. (Org.). *Um país no ar: história da TV brasileira em três canais*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 167-323.
- LAET, J. *June 2013 in Brazil: the experience of media spaces in political action*. University of Pittsburgh - Panoramas. Disponível em: <<http://www.panoramas.pitt.edu/content/june-2013-brazil-experience-media-spaces-political-action#sthash.lwKrxzWL.dpuf>>. Acesso em: 11 dez. 2015.
- MACHADO, J. A. S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, nº 18, p. 248-285, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n18/n18a12.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2015.
- MCQUIRE, S. *The media city: media, architecture and urban space*. Melbourne: SAGE Publications, 2008.
- MISKOLCI, R.; BELELI, I. Dossiê: percursos digitais: corpos, desejos, visibilidades: apresentação. *Cadernos Pagu*, n. 44, p. 7-11, jan.-jun. 2015.
- PORTAL BRASIL. Infraestrutura. *IBGE: metade dos brasileiros teve acesso à internet em 2013*. Brasília, DF, 19 set. 2014. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2014/09/ibge-metade-dos-brasileiros-teve-acesso-a-internet-em-2013>. Acesso em: 17 jul. 2015.
- SIBILIA, P. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

**ENTRE O PASSADO E O PRESENTE:
MÚSICA POPULAR E CINEMA NO
CENTRO-OESTE PAULISTA**

Lays Matias Mazoti Corrêa

Thiago Henrique de Almeida Bispo

Minhas asas estão prontas para o voo,

Se pudesse, eu retrocederia

Pois eu seria menos feliz

Se permanecesse imerso no tempo vivo.

(GERHARD SCHOLEM apud BENJAMIN, 994)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O trabalho com a memória abre uma série de possibilidades para as Ciências Sociais se pensado a partir das relações com outras áreas das Ciências Humanas e das aproximações com categorias fundamentais na reflexão das interações sociais. Nos quadros sociais da memória, a história viva desafia o aglomerado de fatos, nomes e datas que a História¹ nos oferece, conferindo vitalidade e funcionalidade a personagens e elementos históricos considerados superados pela modernidade.

¹ Referimo-nos ao seu sentido universal de história apreendida e escrita a partir de uma imparcialidade científica suspeita, elegendo-se como oficial.

Pensando nesses aspectos, o presente texto busca apresentar as relações possíveis entre memória, identidade, história e esquecimento a partir de objetos culturais como a música popular e o cinema. Através da memória, pretendemos romper com a lógica das rupturas da modernidade representada entre o *novo* e o *velho*, cujo tempo histórico é apresentado como linear, homogêneo e evolucionista, trazendo para o debate outras narrativas que marcam continuidades e descontinuidades de histórias vivas numa interação incessante entre o passado e o presente.

A estética pós-caipira da banda Mercado de Peixe de Bauru-SP inova na releitura estabelecida sobre a figura do caipira e sua cultura, interligando-se a temáticas e sonoridades contemporâneas através de uma proposta híbrida, numa tentativa de reparar as arestas deixadas pelas ruínas da modernidade. Por outro lado, ainda que a história do cinema construída no desenvolvimento da cidade de Marília-SP não lhe confira o devido prestígio e importância dos tempos de outrora na atualidade, a memória atua como mecanismo de resistência frente ao esquecimento social que os tempos modernos dos *shoppings centers* lhe conferiu.

HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE: O MOVIMENTO PÓS-CAIPIRA EM BAURU-SP

No início da década de 1990, surgiu na cena cultural do interior paulista o movimento pós-caipira. Organizadas através de duas edições do Festival Caipira *Groove* em Campinas-SP, diversas bandas apresentaram propostas musicais sincréticas que, conforme José Roberto Zan (2008, p. 05), congregavam “a sonoridade de instrumentos eletrônicos (guitarra e contra-baixo) [...] do *rock*, o *rap*, o *funk*, o *reggae*, estilos ‘*pós-punk*’ como o *grunge* e o *hard rock*; e matrizes musicais da cultura caipira, especialmente moda-de-violão, catira, samba rural paulista e jongo”. Ao lado das bandas como Matuto Moderno (São Paulo), Trem da Viração (Vale do Paraíba), Vô Varvito (Campinas), Sacricrioulo (Campinas), Dotô Jeka (Vale do Paraíba), Fulanos de Tal (Rio Claro), o grupo musical Mercado de Peixe, de Bauru-SP, participou ativamente desse processo, figurando como um dos principais representantes da cena pós-caipira.

Sob a inspiração musical e ideológica do movimento *Mangue Beat*², a banda Mercado de Peixe utilizou-se da palestra proferida por Hermano Viana em um dos festivais e lançou o *Manifesto Pós-Caipira* em 2003. Em seu conteúdo, surgia uma identidade caipira radicalizada, muito diversa daquela solidificada pelo imaginário popular através da figura de Jeca Tatu, de Monteiro Lobato. O pós-caipira apresentou-se como uma figura periférica, errática e nômade, tendo o eixo de sua brava resistência centrada, justamente, em sua inadaptabilidade e subalternidade, “enxergando qualidades naquilo que [...] só podia ser defeito.” (VIANA, 2003).

Um verdadeiro pós-caipira (anti o caipira-estilizado-de-festa-junina, festa sempre nostálgica do antigo, do que já passou - mas isso não quer dizer que o estilo junino não seja útil... ou mesmo o sertanejo-hiperpop de Sandy & Junior... tudo é radicalmente reciclável...) aproveita radicalmente o presente, sem se preocupar com o registro do que está vivendo.

[...] Esse presente, assim pensado e vivido, não é certamente o fim da história, mas a história vivida sem a ilusão da evolução totalitária. Cada pós-caipira tem seu próprio tempo, e sua maneira – acoradamente correta - de estar no tempo. Lição: o tempo do mangue-beat: nada nostálgico da pureza perdida do maracatu; e por isso o maracatu está mais vivo do que nunca. Hoje. O mangue-beat nos ensinou a botar fogo na cultura local, afrociberdelificando-a. É preciso agora jeco-centrifugar o afrociberdelificado. Para fazer coro com o Jeca Tatu de Monteiro Lobato: ‘Eta fogo bonito!’ (VIANA, 2003, grifo nosso).

O trecho destacado no discurso de Viana nos permite compreender a forma como que as categorias história e memória são apreendidas pela proposta pós-caipira, questão essa que também aparece no projeto estético da banda Mercado de Peixe. O documento expressa a necessidade de rompimento com a perspectiva evolucionista da história, marcada por um tempo histórico linear e homogêneo cujo destaque é dado pelas rupturas. Essa concepção aproxima-se da noção de história de Maurice Halbwachs, já que para o sociólogo

A história divide a sequência dos séculos em períodos, como se distribui o conteúdo de uma tragédia em vários atos [...] na história se tem a im-

² O movimento *Mangue Beat* foi articulado em fins da década de 1980 por Chico Science, do Nação Zumbi, Fred Zero Quatro, da banda Mundo Livre S/A e Renato Lins. O protagonismo híbrido da periferia de Recife foi referenciado no Manifesto *Mangue Beat* através da metáfora do lamaçal do mangue - ecossistema rico em matérias orgânicas que possibilita a troca das mesmas entre as águas doces e salgadas – que buscou simbolizar a diversidade do movimento.

pressão de que, de um período a outro, tudo é renovado, interesses em jogo, orientação dos espíritos, maneiras de ver os homens e os acontecimentos, tradições também e perspectivas para o futuro [...]. (HALBWACHS, 1990, p. 81).

Ao contrário da história, a memória não estabelece nenhum corte, expressando-se a partir do sentimento de continuidade cultivado por determinado grupo social. A memória, para Halbwachs, é a história viva e vivida física e/ou afetivamente, na qual passado e presente se interpenetram, renovando-a constantemente e pluralizando as possibilidades de lembranças.

Assim, no documento, a história viva – a memória – é tomada como parte de um processo interativo entre o passado e o presente, na qual a perspectiva evolucionista é abolida justamente por trazer consigo os binarismos que esboçam rupturas, tais como tradicional/ moderno e velho/ novo. A defesa da radicalidade entoa a necessidade da desconstrução de um passado cuja história confere passividade e subserviência às periferias rurais e urbanas.

Nesse sentido, “jeco-centrifugar o afrociberdelificado” busca expressar a necessidade de continuidade do processo iniciado pelo *Mangue Beat* na tarefa de romper com a lógica do pensamento evolucionista e trazer as periferias para o centro do debate: “devemos celebrar o homem inadaptado, que recua e não abraça sorridente o ‘progresso’, que desconfia do ‘civilizado’ e por isso prefere viver ‘na penumbra das zonas fronteiriças.’” (VIANA, 2003).

Apesar da visibilidade midiática e a divulgação obtida com os festivais, a cena pós-caipira não emplacou na indústria cultural e se arrefeceu. Um dos motivos que influenciou nesse processo centrou-se na discordância entre as bandas daquilo que deveria ser tomado como “essência” pós-caipira, já que alguns tendiam para uma maior preservação das tradições enquanto outras, como a Mercado de Peixe, defendiam a necessidade de trabalhá-las, porém desconstruindo-as a partir das novas paisagens sonoras e temáticas do presente:

Cada um tinha sua própria abordagem de como dialogar com a cultura caipira, nós éramos mal vistos nos meio mais tradicionais, como da Ine-

zita Barroso, que nos recusou por eletrificar a viola. Nós não apenas fizemos isso, como botamos distorção nela e a usamos para tocar rock, pesquisar sons que pareciam com a cítara indiana. (ALCÂNTARA, 2015).

[...]

O Mercado de Peixe sempre teve uma atitude de contestação, rebeldia, liberdade e humor – muitas vezes até punk. Muitas vezes essas atitudes foram mal interpretadas e causaram certo distanciamento entre outros grupos que tinham uma leitura ‘contemplativa’ da cultura popular. Afinal, foi o que diferenciou o MDP, pegar o ‘caipira’ mastigar, engolir e transformar em outra coisa... Assim como no modernismo [...]. (GOMES, 2015).

Apesar disso, Mercado de Peixe é uma das poucas bandas que conseguiram “sobreviver” no mercado musical alternativo, angariando quase 20 anos de carreira e três discos produzidos: *Roça Elétrica* (2003), *Territórios interioranos* (2008) e *Água da faca* (2015)³. Além da sonoridade sincrética expressa por *remixes* e *samplers*⁴ de músicas consagradas no cancionário caipira - como *Assim é que é o sertão*, de Tonico e Tinoco, *Fogo no Canavial*, de Alvarenga e Ranchinho e *Moda do Peão*, de Cornélio Pires - a banda possui diversas canções autorais que auxiliam na produção da síntese dessa identidade pós-caipira, utilizando-se recorrentemente da memória e da própria história da cidade de Bauru como partes de seu projeto estético musical.

³ Além desses, a banda produziu diversos EPs (*Extended play* é a produção de um disco cuja soma do tempo das canções apresentam-se extensas demais para a classificação de um compacto, também conhecido como *single*, e pequena demais na caracterização de um álbum musical): EP *Aparições* (1999), *A saga low tech do caipira paulista I* (2001), *A saga low-tech do caipira paulista II* (2002), *Beats e Batuques* (2002) e *O Caminho do Peabiru* (2014). Em 2013, realizaram uma turnê comemorativa dos 15 anos de carreira, passado por 10 unidades do SESC. Para esse trabalho, realizamos análises do álbum *Roça Elétrica* (2003) e *Água da faca* (2015).

⁴ *Remix* é uma música modificada eletronicamente a partir de acréscimos de batidas rítmicas e/ou efeitos adicionais produzindo uma versão dançante. Já o *sampler* é a montagem de uma nova composição a partir de registros sonoros originais através de um aparelho, o amostrador, sendo esse geralmente acoplado a outros instrumentos (como o teclado) ou realizado externamente através da captação de som feita por computadores. Canções *remixadas* e *sampleadas* geralmente compõem o universo da música eletrônica. Na balada pós-caipira proposta pela banda Mercado de Peixe esses recursos são utilizados como símbolo da nova estética proposta, na qual eletrificar a viola e *remixar* e *samplear* canções de outrora configuraram a defesa da necessidade do rompimento com os círculos mais tradicionais de música caipira.



Figura 1. Divulgação do disco *Água da faca* (2015) com composição atual da banda: Polettini, Pires, Alcântara, TRZ, Madureira e Gomes (Foto: Cosmo Roncon Jr. publicado no site do jornal *A cidade*, de Ribeirão Preto em 12/09/2015)

A foto acima revela um desses aspectos que se apresenta como eixo estético da proposta pós-caipira da banda. O trem de passageiros da antiga Rede Ferroviária Federal S. A. (RFFSA) é rememorado com destaque e vitalidade. A fundação da cidade de Bauru-SP data de 1896 e sua constituição inseriu-se dentro da “Marcha para o Oeste”, política de Getúlio Vargas que buscava o incentivo à ocupação da região central do Brasil. Com o início da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB)⁵ em 1906, a cidade passou a representar um ponto estratégico de escoamento da produção cafeeira do centro-oeste paulista, fazendo com que, mais tarde, fosse elevada como polo econômico da região.

Se o trem era tomado como símbolo do progresso no início do século XX e elemento central da própria história da cidade, na contemporaneidade sua imagem associa-se comumente à ideia de tecnologia ultrapassada, sobretudo se pensarmos em outros meios de transporte como o avião. O processo de privatização das estradas de ferro brasileiras na década de 1990 contribuiu para essa questão, uma vez que os trens de passageiros foram extintos, muitas estações foram abandonadas e as linhas férreas que ainda se encontram em funcionamento destinam-se exclusivamente ao transporte de cargas, como é o caso da América Latina Logística, proprietária atual da NOB.

⁵ A referência geográfica noroeste no nome da estrada de ferro faz menção à localização da região de Bauru em relação à capital do estado, São Paulo.

No entanto, história e memória justamente por não ser sinônimos podem, muitas vezes, se contradizer. A importância do trem perpetuada no passado histórico da cidade de Bauru-SP contribuiu para a consolidação de uma memória coletiva que se faz presente em sua “interpenetração” (HALBWACHS, 1990) às memórias individuais. Conforme Michael Pollak (1992, p. 201), esse processo fundamenta as construções identitárias a partir dos “acontecimentos vividos pessoalmente” e dos “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer” Nesse sentido, a memória apresenta-se como fator constituinte das identidades “na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.” (POLLAK, 1992 p. 204).

Na discografia da banda Mercado de Peixe podemos perceber melhor como funcionam esses elementos constitutivos da memória individual e coletiva, bem como sua relação com os processos identitários. Ao utilizar-se de aspectos da história da cidade – o trem, as canções tornam viva a memória desse passado atualmente considerado inerte: “Eu sentei na linha do trem, pra ver a fumaça dançar e pensei: Ai que saudades do trem!” (MERCADO DE PEIXE, 2003). Na canção *Brasil Novo*, passado e presente entrelaçam-se conferindo vitalidade à memória de uma infância e adolescência cuja figura do trem possui máxima importância, representando espaço de brincadeiras, aventuras e/ou reflexões.

A saudade remete-se a vivacidade desse elemento nessa memória individual que é, ao mesmo tempo, coletiva, expressando-se como “uma corrente de pensamento contínuo [...] que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém.” (HALBWACHS, 1990, p. 82). Em outras palavras, o que se pretende é atribuir uma valoração diferente daquela concebida na atualidade, isto é, se o trem é visto sob o signo negativo do passado histórico superado, o recurso da memória lhe atribui um valor positivo ao evidenciar sua importância e vitalidade.

Na canção *Juan Caballero*, ao lado do trem, outra figura popular de Bauru ganha destaque: trata-se da cafetina Eny Cezarino, proprietária de um dos maiores e mais famosos prostíbulos da história - a Casa de Eny,

(mais tarde Eny's Bar), entre as décadas de 1960 e 1980⁶: “Ô Eny, ô Eny, o trem já vai partir de Bauru a Corumbá, Puerto Quijarro, Arroyo, Santa Cruz” (*Água da Faca*, 2015). Os versos trazem o trajeto da antiga NOB que ligava Bauru-SP a Corumbá-MS, apontando a cidade fronteira de Puerto Quijarro, na Bolívia, como ponto de integração com a rede ferroviária boliviana que prosseguia até Santa Cruz de la Sierra através do chamado Trem da Morte⁷.

Ao contrário do Brasil, mesmo com a privatização das linhas férreas, a Bolívia manteve o transporte de passageiros por trens e o trecho citado ainda é muito utilizado na atualidade. Nesse sentido, a canção desconstroi parte do presente ao conferir funcionalidade ao trajeto brasileiro, evidenciando as possibilidades de viagens que a estrada de ferro NOB poderia conferir a seus passageiros, ao mesmo tempo em que denota a importância da interligação com outros países da América Latina.

Para além dessa canção, a figura de Eny emerge como de musa estética da banda. Em *Brasil Novo*, os versos “Ai, que saudade do trem/ Ai, que saudade da Eny/ Eny que era mulher de verdade/ O trem que trazia a novidade” (MERCADO DE PEIXE, 2003), expressa muito bem esse aspecto, denotando valor à cultura popular. Nesse caso, não só a figura de Eny é reconstruída, mas também a própria composição do famoso samba *Ai que saudades da Amélia* (1942), de Ataulfo Alves e Mário Lago, conferindo respeito e prestígio à Eny ao enunciá-la como “mulher de verdade”.

Sobre a representação de Eny, mais uma vez a memória exerce um papel mais ativo do que a história oficial, já que essa última a negligenciou, caracterizando-a a partir de estereótipos e preconceitos, seja por ser mulher, prostituta e/ou cafetina. É provável que os membros da banda não conheceram Eny no auge de sua carreira, mas certamente tomaram conhecimento de sua influência a partir da memória coletiva. Na história, seu prostíbulo se tornou notório pelos clientes que recebia, compreendendo desde o poeta Vinícius de Moraes até o presidente João Goulart. Porém, na memória, o que permanece vivo é a contribuição pública de Eny à cidade

⁶ O prostíbulo se situava no trevo de Bauru, às margens da Rodovia Marechal Rondon.

⁷ Em seu último álbum, *Água da faca* (2015), a banda Mercado de Peixe gravou uma faixa sonora com o título *Trem da Morte*. A composição sonora da música apresenta imbricados sons de locomotivas de trem ao lado de melodias bolivianas.

através das novidades que trazia, isto é, do auxílio prestado nas construções de creches, escolas e outras obras sociais que realizou.

Mais do que a história, a memória fundamenta-se como aspecto articulador da estética pós-caipira, conferindo vitalidade a personagens e funcionalidade a elementos históricos considerados inertes e/ou superados pela modernidade, ao mesmo tempo em que esboça nova(s) identidade(s). A ideia do “novo” e “novidade” associam-se a interposição entre a permanência de elementos do passado e a emergência de outros que passaram a contracenar a partir de um processo de (re)significação mútua, cujo resultado é expresso pelo hibridismo cultural: “Moro na entrada do Brasil novo: onde vivem neo-hippies, manos, nômades e caboclos.” (MERCADO DE PEIXE, 2003).

A radicalidade pós-caipira também aparece na arte do álbum *Água da Faca*, lançado em 2015. Na imagem a seguir, percebemos um aglomerado de referências que visam aproximar a cultura caipira com outras periferias e centros do mundo: na parte superior, o bondinho e o Corcovado carioca desembocam nas ruínas incas de Machu Pichu, no Peru e no Lago Titicaca; “O caipira picando fumo” (1893) e “O violeiro” (1899) de Almeida Júnior, contracenam com “As banhistas” (1887) de Renoir; indígenas do quadro “Primeira missa do Brasil” (1861), de Victor Meirelles observam curiosamente a apresentação do novo álbum da banda cuja celebração é expressa pelo ritual antropofágico de “Cena de canibalismo” (1592), de Theodore de Bry.



Figura 2: Capa do álbum *Água da Faca, Mercado de Peixe*, 2015.

A estética pós-caipira da banda Mercado de Peixe nos permite retomar os dizeres de Walter Benjamin (1994) sobre a figura metafórica do *Anjo da História*⁸, o qual, a partir da mistura dos tempos, enxerga o passado histórico através das ruínas deixadas ao longo do tempo pela civilização ocidental. A tempestade representada pelo progresso o arrasta fortemente em direção ao futuro, impedindo-o de restaurar o que restou. A radicalidade pós-caipira busca romper com essa tempestade e, ainda que não possa voltar para o passado, utiliza-se da memória para reconstruir narrativas que versam sobre os tempos de outrora e os de agora, celebrando as permanências e amenizando, por fim, o amontoado de ruínas.

⁸ Sua inspiração se deu a partir do quadro “Angelus Novus”, de Paul Klee (1920).

ENTRE A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO: O CINEMA PIONEIRO DE MARÍLIA-SP

A cidade de Marília surge com o avanço da cultura do café no centro-oeste paulista, a partir de 1915, quando as primeiras plantações foram feitas na “Fazenda Cincinatina”, em uma área que atualmente corresponde a uma parte central da cidade. A “Companhia Paulista de Estradas de Ferro” finca, em 1916, o marco no futuro local da estação ferroviária do município. Pouco depois, em 1922, é formado o “Patrimônio do Alto Cafezal”. Em 1926, forma-se o “Patrimônio da Vila Barbosa” e em 1927 o “Patrimônio Marília”. Em 1929, o município de Marília é oficializado tendo como data de aniversário 4 de Abril. Em 1933, Marília é designada uma “Comarca”, sede do judiciário regional, com aproximadamente 13 mil habitantes (GUIDUGLI, 1980). Através desses dados, podemos pensar o surgimento da cidade de Marília - imersa no cenário de expansão para o Oeste - como um município *ponta-de-trilho*⁹ demonstrando seu potencial de crescimento econômico e social dentre as cidades vizinhas.

Porém, cabe salientar que o processo de municipalização não foi tão simples como parece. Afinal, o que ocorreu na prática foi a junção das propriedades próximas, ficando claro, até nos dias de hoje, que não foi plenamente planejada. Esse aspecto fica claro se pensarmos a respeito das vias públicas de acesso entre a parte de “cima” e a de “baixo” da cidade, divididas aparentemente pela avenida principal Sampaio Vidal.

[...] Tem-se a impressão de que essas aglomerações são constituídas de diversas células. Não derivam tais células de uma compartimentação do relevo: a origem delas resultou da rivalidade, às vezes áspera, de vários patrimônios. [...]... acabaram essas diferentes células por constituir um conjunto urbano, mas no qual ainda se percebem traços da heterogeneidade original: uma rua mais larga serve de fronteira; mais ou menos adiantada está a urbanização; e, sobretudo, os bairros operários procedem das fundações mais recentes e distantes do centro comercial, fiel ao primeiro patrimônio. Nada disso se afasta do contorno muito simples da planta em forma de tabuleiro de xadrez. Nem são jamais muito aventureiras as tentativas de quebrar a monotonia das ruas, que se cortam em ângulos retos e não passam de variações sobre um tema, que por toda a parte permanece extremamente perceptível. [...] As condições geográ-

⁹ Expressão que denominava as cidades que abrigavam a última (ou a primeira) estação de trem até onde os caminhos da estrada de ferro se estendiam (MONBEIG, 1984).

ficas não geram paisagens urbanas diferentes, nem são, na sua perfeita igualdade, a fonte dos diferentes êxitos dos patrimônios. São os homens, os únicos responsáveis pelos destinos desiguais de suas obras urbanas. (MONBEIG, 1998, p. 344 - 346).

A fragilidade do planejamento da cidade também pode ser apontada através do próprio surgimento do cinema em Marília em 1927¹⁰, antecedendo sua própria fundação. O cinema foi trazido por Francisco Rodrigues Souto e instalado originalmente na Rua Tamandaré que, mais tarde, passou a chamar Rua Ceará, sendo conhecida atualmente como Avenida 9 de Julho, local esse que deu início a esse novo espaço cultural.

Assim, o cinema esteve presente dentro do cotidiano das pessoas que circulavam pela cidade, essa que estava a formar suas primeiras habitações entre inúmeros estabelecimentos comerciais criados para fornecer base para os viajantes que passavam por ela. Entre os anos de 1924 a 1928, durante a formação dos patrimônios iniciais de Marília, dos “653 edifícios, somente três eram casas exclusivamente de moradia; 650, locais de comércio, dos quais 87 casas de tolerância.” (MONBEIG, 1998 p. 359).

Ao analisar Marília em sua conjuntura regional, podemos observar um ponto em particular que indicaria o futuro próspero que estaria reservado para a cidade: o aumento populacional, incentivado pela imigração de diversas nacionalidades, sobretudo a japonesa. Tais grupos vieram atraídos pelo trabalho nas plantações de café e algodão da região, e também daqueles ofertados pelos pontos de urbanização, como abastecimento de água e pavimentação.

No final da década de 1930, Marília já assumia ares de “capital regional”, cujo processo de urbanização se mostrava bastante desenvolvido em relação à infraestrutura mínima, representada pela pavimentação de ruas centrais, abastecimento público de água e coleta de esgoto, por exemplo. Já em 1934, passou a ser a “18ª cidade mais populosa do Estado, e em 1939 a população total do município atingia ‘71.464’ habitantes sendo ‘18.098’ na parte urbana”. Em contrapartida, “Bauru tinha população total de ‘45.852’ habitantes”, número inferior ao registrado em Marília, “mas com mais moradores na parte urbana, ‘23.616’,

¹⁰ Dado coletado a partir de pesquisa nos registros históricos da cidade, localizado na sede da prefeitura.

sendo o município com o maior “índice de urbanização” da região.” (PEREIRA, 2005, p. 70 - 71).

Cabe aqui ressaltar que a cidade de Bauru foi fundada em agosto de 1896 enquanto Marília somente em 1929, 33 anos mais tarde, e mesmo com esse diferencial, em pouco tempo consegue elevar seu número de habitantes acima do índice de Bauru, cidade essa que, mais tarde, recebeu a malha ferroviária tornando-se um ponto estratégico para o escoamento da produção cafeeira do centro-oeste do Estado de São Paulo.

Durante a consolidação do município de Marília, pode-se observar um grande aumento na quantidade de salas de projeções, como o Cine Municipal (1927), Cine popular (1929) fundado por Said Nunes e Arquimedes Manhães, Teatro São Bento (1929), Cine Teatro São Luiz (1930) fundado por Frediano Giometti. Em outras palavras, esses indícios históricos demonstram o potencial de crescimento urbano e populacional que havia em Marília, refletindo também em seus aspectos culturais, no caso, o cinema e seus derivados, como estabelecimentos comerciais voltados para a oferta de produtos cinematográficos que podiam ser encontrados na Avenida São Luís.

O desenvolvimento cultural alavancado pelo cinema faz com que em 12 de Outubro de 1952, seja fundado na cidade o primeiro e único Cineclube (CCM) por um grupo de oito jovens - Roberto Caetano Cimino, Alfeu Afonso, Sebastião Vieira Alves, Fausto Augusto Battistetti, Sérgio Albeiro, Wilson Pinto, Miguel Marilio Saad e Luiz Felipe M. Filho - interessados no desenvolvimento cultural de Marília, cuja primeira exibição foi o filme *A dama de Shangai* (1947).

O crescimento na quantidade de cinemas continuou em alta. Entre as décadas de 1940 e 1960 é possível observar a existência do Cine Marília (1941) fundado por Emílio Peduti, Cine Lácio que se manteve funcionando até (1957) fundado por Guido Modelli, Cine Juventude Católica fundado por Luiz Bicudo de Almeida, Cine Teatral Peduti (1966) por Emílio Peduti (um dos últimos cinemas restantes até os anos 2000) e, por fim, o Cine Santo Antônio (1967) fundado pela empresa Cerávol.

A história do cinema mundial reserva um capítulo à parte ao cineclubismo, prática social que surge poucos anos após o aparecimento do cinematógrafo dos Lumière, em 1885. Os esforços para datar seu começo apontam, como início oficial, o cineclubes fundado pelo francês Louis Delluc. (SILVA, 2008, p. 141).

Essa prática social está diretamente relacionada com um conhecimento mais profundo sobre o cinema e também sob um olhar diferenciado em relação ao que está sendo visto. Dessa forma, o cinema expressa-se não somente como um espaço de sociabilidade, entretenimento e mercado, mas principalmente como uma linguagem artística de um propósito cultural específico. Em outras palavras, um filme pode ser visto e produzido de maneira diferenciada, ao mesmo tempo em que cria uma comunicação audiovisual com seu espectador, tornando possível um debate sobre técnicas de filmagem, temáticas diversificadas abordadas pelos longas e também um modo de acesso cultural, isto é, a possibilidade de conhecer algo novo e “de fora” através das narrativas de filmes e documentários.

No contexto urbano, o cinema oferece um espaço de maior sociabilidade entre seus frequentadores, seja como organizador ou participante do evento. Durante toda sua trajetória, o cinema em Marília apresentou-se como um dos pontos de encontro da cidade, ilustrando não só um espaço de estudo, entretenimento e consumo, mas também um espaço de interação social. No caso dos cineclubes, esses passaram a realizar um papel de “sistema” de análise, debate e críticas às produções diferentemente de uma leitura observada por espectadores menos atentos, criando assim certa tradição dentro desses espaços.

Devemos salientar a importância do movimento que ocorria no Brasil em relação ao cinema, a época denominada “Cinema Novo”. “Entre os vários cinemas novos que se desenvolveram pelos anos 60, o brasileiro foi um dos mais destacados, não só pela importância que teve internamente como também pela repercussão internacional” (BERNARDET, 2006, p. 100). Nesse período, o cinema nacional passa a ter mais relevância, projetando nomes como Glauber Rocha e Nelson Pereira dos Santos para além do país, atraindo, por sua vez, olhares diversos para o cinema nacional que passa a viver uma de suas fases mais renomadas.

Esse processo pode ser percebido pela mudança no público que passou a frequentar os cinemas e a acompanhar lançamentos nacionais: se

antes as produções focavam-se na demanda popular pelas “chanchadas”, esse movimento passou a atrair as classes mais elitizadas na sociedade.

Com o Cinema Novo, as elites – ou parte delas – passam a encontrar no cinema uma força cultural que exprime suas inquietações políticas, estéticas, antropológicas. Externamente, o Cinema Novo permitiu que se estabelecesse com outros países um diálogo cultural; é raro que isto ocorra por parte de um país subdesenvolvido. Esse trabalho internacional do Cinema Novo foi importante para sua receptividade interna. A elite, por ser dependente dos centros culturais dos países industrializados, hesitava em aceitar o Cinema Novo. A repercussão internacional dos filmes deu-lhe certa segurança. Se a Europa elogiava, é que algo de elogiável devia haver. (BERNARDET, 2006, p. 101).

Esse contexto se mostrou propício para o lançamento de festivais que marcaram não somente a história do cinema brasileiro, mas a sua projeção e reconhecimento estrangeiro: em decorrência da forte presença do cinema, foram organizados, por parte do Cineclube, três grandes festivais em Marília nos anos de 1960, 1967 e 1969 que contaram com a exibição de filmes nacionais e a presença de grandes nomes desse meio artístico, como diretores e atores.



Figura 3: Festival de Cinema 1966

O Festival de 1960 foi o Primeiro Festival de Cinema no Brasil e sua repercussão atingiu a mídia internacional, acolheu grandes celebridades do cinema nacional da época e antecedeu o Festival de Gramado

que teve início em 1973. Por esse motivo, foi criado o Prêmio Curumim, primeiro prêmio nacional de cinema, realizado até 1985.

Tal evento tornou a cidade de Marília foco dos principais artistas e diretores de filmes, um evento consagrado e de repercussão para o cinema nacional, se vinculando também ao Jornal Curumim criado em meados de 1960, um pequeno informativo disponibilizado para toda a região sobre os filmes que seriam exibidos e até mesmo os festivais que viriam a ocorrer.

O Prêmio Curumim concedia uma estatueta ao melhor diretor avaliado entre os meses de julho a junho do ano anterior e a seleção era julgada pelos membros do colegiado de diretores, associados e outras pessoas da cidade de Marília. Sua criação teve forte repercussão mundial atraindo o olhar da mídia internacional que se dirigiam a cidade para cobrir esse evento. Foram premiados, por exemplo, os diretores dos filmes como *A hora e a vez de Augusto Matraga* (1965) de Roberto Santos e *O rei da noite* (1975) de Hector Babenco.

Apesar disso, com o desenvolvimento econômico e urbano chegando ao centro da cidade e a invenção da televisão, gradativamente o público passa a se afastar dos cinemas, já que, muitas vezes, um dos motivos de ida às salas de projeções se justificava pelo interesse em assistir notícias, desenhos e filmes. Sem o seu público, gradativamente os cinemas de rua começam a morrer: com o passar dos tempos, os cinemas que uma vez fizeram parte das avenidas movimentadas e do cotidiano de vida das pessoas mudam-se para dentro dos grandes centros comerciais, os *shoppings* ou então fornecem espaço a áreas “melhor ocupadas”.

Os problemas enfrentados - como a marginalização do espaço e sua deterioração - pelo cinema em Marília não se apresenta como um caso isolado, já que esse movimento pode ser observado em outras cidades brasileiras e também estrangeiras. Tal fato pode ser ilustrado pela cena do filme *Cinema Paradiso* (1988) de Giuseppe Tornatore. O cinema que se apresentava como ponto de referência da cidade, com sua marginalização social, passou a exibir apenas filmes pornográficos e, posteriormente, veio a fechar. Sua morte é consolidada pela demolição, cujo objetivo é fornecer espaço para um estacionamento. A partir do diálogo entre Totó e o antigo proprietário, podemos observar estes motivos que desencadearam o fim

do Paraíso: “*Quando o fechou?*” pergunta Totó; em resposta, o proprietário diz: “Em maio faz 6 anos. Ninguém mais vinha. Você sabe, a crise, a televisão, o videocassete... Hoje o cinema é apenas um sonho. A cidade o comprou, eles vão construir um estacionamento. No sábado eles vão demoli-lo.”

Estabelecendo uma análise comparativa entre esse trecho do filme e o cinema na cidade de Marília, podemos perceber a semelhança do processo, pois sem os investimentos na manutenção necessária, suas salas de projeções passaram a ser sucateadas, fechadas e/ou rebaixadas a pontos urbanos marginalizados para reproduções pornográficas. Toda uma construção cultural elaborada em torno do cinema é substituída por memórias e leves ruídos frente a uma modernização avassaladora que resignificou os centros urbanos.

As ricas lembranças daqueles que viveram essa época se tornam fragmentos escondidos de forma silenciosa nas antigas construções dos cinemas que ainda estão pela cidade, ainda que modificadas e incorporadas por outras empresas. Com o passar dos anos, essas novas construções contribuem para que os antigos cinemas caem no esquecimento social, dando espaço outras formas de sociabilidades representadas por estabelecimentos bancários, religiosos e comerciais.

Apesar disso, na memória daqueles que tiveram seu cotidiano inundado pelas inovações das salas de projeção, pelos festivais que promoveram a cidade e pelo espaço de sociabilidade hoje modificado, o cinema ainda resiste. A busca das oralidades dos que fizeram parte dessa história é crucial para compreendermos o seu real significado. Nesse sentido, Paul Ricoeur em sua obra *A memória, a história, o esquecimento* elucida o papel do testemunho dentro do tempo histórico.

O testemunho nos leva, de um salto, das condições formais ao conteúdo das “coisas do passado” (praeterita), das condições de possibilidade ao processo efetivo da operação historiográfica. Com o testemunho inaugura-se um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental. (RICOEUR, 2010, p. 170).

O salto que se dá das condições formais ao conteúdo das coisas do passado como é colocado por Ricoeur se dá justamente por conta dessa memória do vivido, a lembrança de quem esteve presente durante todo um processo e é capaz de testemunhar e manter a versão independente do tempo, pois esse testemunho faz parte do vivido permeado pela subjetividade do sujeito que possui tal memória.

Nos registros históricos da cidade, um espaço dentro da prefeitura onde documentos “oficiais” da história da cidade são guardados é possível encontrar dois livros escritos por um morador que conta, através de suas memórias, os acontecimentos da cidade a partir do desenvolvimento do cinema. Nos registros, essas obras são indicadas como textos autorais de quem vivenciou esse processo histórico na cidade de Marília através da transformação de um testemunho em documento, para que a memória impeça aquilo que a história quer esquecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da importância conferida pelos sujeitos a personagens e elementos históricos negligenciados na contemporaneidade, buscamos apresentar outra(s) história(s). Sabemos que, assim como a história, a memória é seletiva e guarda somente àquilo que lhe confere sentido e significado, possuindo, assim, seus próprios limites na abordagem histórica e sociológica. No entanto, ainda que a representação do passado seja uma tarefa difícil, realizá-la sem a leitura e escuta atenta de outros discursos é negligenciar o próprio presente que se manifesta a partir das continuidades e descontinuidades do passado. De forma breve, buscamos denotar a importância do trabalho com a memória, assim como evidenciar suas relações com outras categorias, como história, identidade e esquecimento.

Assim, por relacionar-se com grupos sociais específicos, a memória – coletiva e individual – fornece mobilidade e fluidez entre o passado e o presente, possibilitando o desnudamento de situações conflitivas a partir da análise dos discursos daqueles que são negligenciados intencionalmente pelos jogos de poder entre os grupos. Refletir sobre a memória torna possível descortinar as relações sociais, estabelecendo uma releitura da própria história a partir de diferentes sujeitos e, principalmente, outras lembranças.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, F. *O Mercado de Peixe e o movimento pós-caipira*. [jan.2015]. Entrevistadora: Lays Matias Mazoti Corrêa. 2015.
- BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.
- _____. Sobre o conceito de história. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-234.
- BERNARDET, J-C. *O que é cinema?* São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção primeiros Passos).
- CINEMA Paradiso. Direção Giuseppe Tornatore, 1989. Mara Films - Les Films Ariane - Cristal di Film - TFI Films Production. Brasil. Versátil. Home Vídeo. color, 121 min.
- GOMES, E. *O Mercado de Peixe e o movimento pós-caipira*. [jan.2015] Entrevistadora: Lays Matias Mazoti Corrêa. 2015.
- GUIDUGLI, O. S. *A geografia da população urbana: aspectos teóricos e o caso de Marília – SP*. 1980. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- MERCADO DE PEIXE. (Banda). *Roça elétrica*. Coletivo Samacô e Atração Fonográfica, 2003. 1 CD.
- _____. *Água da faca*. Samacô Records, 2015. 1 CD.
- MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec; Polis, 1984.
- PEREIRA, V. A. *Terra e poder: formação histórica de Marília*. Marília: FFC - UNESP - Comissão Permanente de Publicação, 2005.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.
- RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed da UNICAMP, 2007.
- ROQUE, T. Mercado de Peixe retorna a Ribeirão com disco novo. *Jornal A Cidade*, Ribeirão Preto, 12 set. 2015. Disponível em: <http://www.jornalacidade.com.br/lazerecultura/lazerecultura_internaNOT.aspx?idnoticia=1099615>. Acesso em: 05 dez. 2015.
- SILVA, V. A. S. Cinema e cineclubismo como processos de significação social. *Domínios da Imagem*, Londrina, v.2, n. 4, p. 137-148, maio 2009.

VIANA, H. *Manifesto pós-caipira*. 2003. Disponível em: <<http://www.geocities.ws/violaeletrica/manifesto.htm>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

ZAN, J. R.. (Des)territorialização e novos hibridismos na música sertaneja. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL PARA O ESTUDO DE MÚSICA POPULAR, 5., Campinas, 2004. *Anais...* Campinas: Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas, 2004. Disponível em: <<http://www.sonora.iar.unicamp.br/index.php/sonora1/article/viewFile/14/13> . Acesso em: 10 dez. 2015.

SOBRE OS AUTORES

PROF. DR. LUÍS ANTÔNIO FRANCISCO DE SOUZA (ORG.)

Cursou Graduação (1987) e Licenciatura (1994) em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo. Cursou mestrado (1992) e Doutorado (1998) em Sociologia na Universidade de São Paulo, com Estágio Sanduiche na Universidade de Toronto, Canadá (1995-1996), sob supervisão de Robert W. Shirley. Pesquisador na área de História da Polícia Civil, Processo Criminal, Violência Policial, Controle Externo sobre a Polícia, Políticas de Segurança Pública, Políticas Locais de Segurança, Violência e Direitos Humanos. É Livre-Docente na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Unesp, campus de Marília, atuando nos cursos de Graduação em Ciências Sociais e no curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, no nível de mestrado e de doutorado, tendo orientado várias dissertações de mestrado, teses de doutorado e supervisões de pós-doutorado.

PROFA. DRA. LAYS MATIAS MAZOTI CORRÊA (ORG.)

Docente assistente da Universidade Federal de Viçosa, campus de Rio Paranaíba-MG. Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Marília-SP. Mestre em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon-PR. Possui graduação em História-Licenciatura na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas-MS, UFMS/ CPTL. Na área de pesquisa tem atuado na reflexão sobre o rural brasileiro a partir das articulações entre História, Sociologia e Antropologia no estudo das culturas populares e expressões artísticas, como literatura, música e cinema.

PROF. DR. FRANCISCO LUIZ CORSI

Possui graduação em Economia pela Universidade de São Paulo (1984), graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1984), mestrado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (1991), doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1997) e pós-doutorado pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (2011). Atualmente é Professor Assistente Doutor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em História Econômica. Atua principalmente nos seguintes temas: Estado Novo, Política Externa, Nacionalismo, Projeto Nacional, Economia Brasileira.

PROFA. DRA. THAÍS BATTIBUGLI

Possui Graduação em História - Unicamp (1996); Graduação Tecnológica em Gestão Pública - FGV (2016), Mestrado em História Social - USP (2000); Doutorado em Ciência Política - USP (2007). É Coordenadora do curso de pós-graduação em Gestão Pública Municipal do Centro Universitário Campo Limpo Paulista (UniFaccamp). Atualmente é pesquisadora do Observatório de Segurança Pública (OSP) da UNESP/Marília (2014), na área de políticas públicas de segurança. Fez curso de extensão em Gestão e Avaliação de Políticas Públicas - FGV (2012); é professora do curso de Direito do Centro Universitário Padre Anchieta (UniAnchieta), da UniFaccamp; da Faculdade de Paulínia (FACP); e do curso de História da Faccamp. Foi pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP – 2001-2007). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Gestão Pública, Segurança Pública. Atua principalmente nos seguintes temas: democracia, segurança pública, políticas públicas e políticas sociais.

PROFA. DRA. LUANA DE CARVALHO SILVA GUSSO

Professora do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Direito e do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille. É Pós-Doutora em Direito pela Universidade de Coimbra na área de Democracia e Direitos Humanos (2013), com Mestrado (2008) e Doutorado em Direito do Es-

tado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (2012). Pesquisadora com experiência nas áreas de Direitos Culturais, Direito Penal, Criminologia, História do Direito, Patrimônio Cultural e Direitos Humanos, com foco no estudo do Controle Social e Violência, da Cultura e da Memória . É graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) (2005) e em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (2005). Especialista em Direito Penal e em Criminologia pelo ICPC - UFPR (2006). Advogada.

PROF. DR. EGOR VASCO BORGES

Possui graduação em Ciências Criminais pela Academia de Ciências Policiais (2007), mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2012) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2017). Tem experiência na área de Direito, Sociologia com ênfase para pesquisas interdisciplinares entre direito e sociologia atuando principalmente nos seguintes temas: Instituições, pensamento social, políticas públicas, África, racismo e xenofobia.

PROFA. MESTRA MICHELLE MARIANO CARLESSO

Possui graduação em Letras pela Universidade Paulista (2013), graduação em Filosofia pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2011) e mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso (2014). Atualmente, cursa doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Marília-SP.

PROF. MESTRE FRANZ ARNALDO CEZARINHO

Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista(UNESP). Graduação em Ciências Sociais (bacharelado) pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

PROFA. DRA. ZULEIKA DE ANDRADE CÂMARA PINHEIRO

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista UNESP/ Marília, mestre em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa - UFV (2009), Graduada em Economia Doméstica pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2003). Atualmente é pesquisadora do Grupo de Pesquisa Cultura & Gênero / Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero - LIEG / UNESP / Marília. Temas de pesquisas e estudos: Gênero, Masculinidades, Sexualidade, Feminismos, Mulheres, Pessoas em situação de rua, Saúde Pública, Políticas Públicas.

PROFA. MESTRA CAMILA RODRIGUES DA SILVA

Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília (2016). É pesquisadora do Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero (LIEG/UNESP), membro do Grupo de Pesquisa Cultura e Gênero e membro do Grupo de Estudos Mundo Contemporâneo (GEMUC/UNESP). Graduada em Ciências Sociais – Bacharel pela Universidade Estadual Paulista campus de Marília (2013) e Licenciada em Ciências Sociais pela mesma instituição (2012). Tem experiência na área de Sociologia e Antropologia com ênfase em Relações de Gênero, Feminismos, Violência contra a mulher.

PROF. MESTRE FELIPE ANDRÉ PADILHA

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS-UFSCar), na linha de pesquisa Cultura, Diferenças e Desigualdades. Mestre em Sociologia (PPGS-UFSCar/2015) e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (2011). Tem experiência nas áreas de Sociologia e Antropologia e pesquisa os seguintes temas: sociologia digital, tecnologias da informação e da comunicação (TICs), mídias digitais, internet, serviços comerciais de busca de parceiros, gênero e sexualidade, cultura e diferenças, estudos queer, estudos culturais, etnografia e etnografia digital. É membro da Association of Internet Researchers (AoIR), pesquisador associado ao Núcleo de Estudos em Ambiente, Cultura e Tecnologia (NAMCULT).

PROFA. DRA. LARA ROBERTA RODRIGUES FACIOLI

Graduada e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Concluiu o mestrado na Universidade Federal de São Carlos na linha de pesquisa Cultura, Diferenças e Desigualdades sob orientação do professor Richard Miskolci. O título da dissertação, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) é: Conectadas: uma análise de práticas de ajuda mútua feminina na era das Mídias Digitais. É doutora também pela UFSCar onde estudou o uso das mídias digitais pelas mulheres das classes populares brasileiras. Seus temas de pesquisa, atuação e interesse são: gênero, sexualidade, subjetividades, diferenças, mídias digitais, educação, educação e diferenças. Atualmente realiza Estágio Pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e é integrante do Grupo de Pesquisa Gênero, Direitos Humanos e Políticas Públicas (CNPq). Também coordena, em parceria, o SPG Mídias digitais, subjetividades e diferenças no evento anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS).

PROFA. MESTRA JULIANA LARISSA DE LAET GOMES

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista - Campus de Marília. Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2010). Pesquisa as mídias digitais e os meios de comunicação no espaço urbano.

PROFA. MESTRA KÉSIA MARIA MAXIMIANO DE MELO

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; - Campus Marília (2016). Possui graduação em Terapia Ocupacional pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas - UNCISAL (2011). Faz parte do Grupo de Pesquisa: Transgressões - Gênero, Sexualidades, Corpos e Mídias contemporâneas, da UNESP - Bauru; e do Grupo METUIA. Atualmente, desenvolve pesquisa acerca dos seguintes temas: Gênero, Sexualidade, Travestilidades, Mídias Digitais, Teoria Queer.

PROF. MESTRE THIAGO HENRIQUE DE ALMEIDA BISPO

Mestre em Ciências Sociais pela UNESP - Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Licenciado em Sociologia pela UNESP - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, possui pesquisas na área de Memória, Religião e Atualidades. Bolsista PROEX (Pró-Reitoria de Extensão Universitária) no período de 2009/2011, desenvolvendo oficinas de percepções musicais, cinema e trilha sonora com os/as alunos/as matriculada na Universidade Aberta a Terceira Idade (UNATI) Melhor projeto de Iniciação Científica da área de humanidades no XXIV Congresso de Iniciação Científica da Unesp Fase I Marília ano de 2012 9º melhor trabalho na área de Humanidades no XXV Congresso de Iniciação Científica da Unesp ano de 2013. Atual estudante do curso de pós-graduação, mestrado, pela UNESP - campus Marília.

SOBRE O LIVRO

Catálogo

Telma Jaqueline Dias Silveira
CRB 8/7867

Normalização

Sonia Faustino do Nascimento

Revisão

Lays Matias Mazoti Corrêa
Egor Vasco Borges
Franz Arnaldo Cezarinho

Capa e Diagramação

Gláucio Rogério de Moraes

Produção Gráfica

Giancarlo Malheiro Silva
Gláucio Rogério de Moraes

Assessoria Técnica

Maria Rosangela de Oliveira
CRB - 8/4073
Renato Geraldi

Oficina Universitária

Laboratório Editorial
labeditorial.marilia@unesp.br

Formato

16X23cm

Tipologia

Adobe Garamond Pro

Papel

Polén soft 70g/m2 (miolo)
Cartão Supremo 250g/m2 (capa)

Acabamento

Grampeado e colado

Tiragem

300

Impressão e acabamento
Gráfica e Editora Shinohara
Marília - SP

2018

